

PC-11-1
R09-204659

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANUÁRIO
DO
INSTITUTO RIO-BRANCO

1953/1954/1955

SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

EXCERTOS REFERENTES AO INSTITUTO RIO-BRANCO

“No continente feliz em que vivemos, fomos, somos e seremos, espero em Deus, garantia de concórdia e harmonia da família americana, dignificando os exemplos do incomparável Rio-Branco, patrono desta Casa e do Instituto, e de seus ilustres continuadores, e em outros setores e em outros tempos das grandes figuras da nossa Pátria. O nosso ideal de poderio e de grandeza não tem preocupações de arrogância, nem muito menos se funda no desejo insensato de preterir oprimir ninguém, mas tão somente na ambição cristãmente humana de querermos ser fortes para, se se apresentar oportunidade, podermos ajudar a quem quer que seja a realizar e cimentar felicidade igual a que nos esforçamos em conseguir para nós mesmos. Bem avisados, e beneméritos por esclarecidos, os responsáveis como Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, pelos destinos de uma nacionalidade que, procurando suprimir os riscos de ineficiência da diplomacia improvisada e dos improvisados na diplomacia, fundam e amparam, sem vacilações, instituição como a que nos desvanecemos de dirigir”.

Lafayette de Carvalho e Silva, 11-12-1948
(discurso de parâmetro da segunda turma
do Curso de Preparação à Carreira de
Diplomata).

A Secretaria do Instituto Rio-Branco
apreciaria sugestões, críticas e indicações
de possíveis erros a fim de melhorar as próximas
edições deste Anuário.

“A carreira que ora se abre aos egressos do Instituto já não é a do meu tempo. As dificuldades que se lhes deparam, num mundo de competições acerbadas, são cada vez maiores e, para os que devem vencê-las, exigem cada vez mais preparo e esforço.

Dêse preparo, o Instituto lhes fornece as bases. Cumpre, depois, a cada um, desenvolvê-las, ampliá-las, pelo estudo, pela aplicação, pela observação.”

Hildebrando Accioly, 11-12-1948 (discurso de encerramento da solenidade da formatura da segunda turma do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata).

“O diplomata não poderá ir buscar somente no que foi aquilo que deverá ser. A vossa função não será mais, prioritariamente, nacional, mas mundial. O mundo está em perigo e o Brasil não se poderá isolar do mundo. E’, pois, na visão global, no conhecimento da vida mundial, que ireis achar as razões de vossa orientação, de vossa vigilância, de vossos serviços ao Brasil. Não existem mais problemas peculiares a nós que não se confundam no todo internacional.

A tarefa dos diplomatas ocidentais será uma só: defender a democracia, porque esta, se mantida, se encarregará de defender a todos os povos amantes da liberdade e da paz.

Foi para preparar-vos para esta missão, mais ampla, complexa e difícil do que a dos vossos maiores, que se fundou o Instituto Rio-Branco.”

Oswaldo Aranha, 13-1-1950 (discurso de paraninfo da terceira turma do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata).

“E’ preciso ... organizar Conselhos de Estudos que se especializem em assuntos políticos, econômicos e culturais de todos os continentes; dar ao Instituto Rio-Branco maior amplitude e maiores prerrogativas;..... revivificar, enfim, a nossa diplomacia, reaparelhando-a, reforçando-lhe os métodos e reajustando os meios de ação, de modo a podermos contar com uma atividade verdadeiramente inteligente e atenta ao aproveitamento das oportunidades, com uma política externa, dinâmica e, sobretudo, muito brasileira.”

GETULIO VARGAS.

(Discurso pronunciado em Niterói, 3-9-1950)

“Para o aperfeiçoamento especializado dos quadros da carreira e para o ingresso nela, deseja o Senhor Presidente elevar o “Curso de Preparação à Carreira Diplomática”, ministrado pelo Instituto Rio-Branco, a um plano ainda mais largo, capaz de dar um alcance apropriado aos interesses da carreira, o que exigirá naturalmente o realinhamento dos exames de admissão a níveis universitários. Os candidatos devem possuir predicados de escolar intelectual e, ao mesmo tempo, uma cultura suficiente para o conhecimento dos problemas da política internacional.

.....

“Outra iniciativa que merecerá o cuidado do Governo consistirá na instituição de um curso, obrigatório para os funcionários da carreira, de Chefia e Altos Estudos Diplomáticos. Desempenhará ele no plano diplomático, o que o Curso de Estado Maior desempenha no plano militar. Adotado esse ponto de vista, os diplomatas, para o exercício da Chefia de Missão, terão de alcançar aprovação naquele Curso.”

João Neves da Fontoura, 1-2-1951 (discurso de posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores).

“O Instituto é uma experiência vencedora. Um lustro bastou para consagrar-lhe as vantagens, quer no que toca ao processo de seleção, quer no referente ao Curso de Aperfeiçoamento. Ninguém contesta que os concursos de provas sejam excelentes, mas não se equiparam às disciplinas seriadas. Um exame — simples exame — é muitas vezes vitória fácil para os medíocres desbarbaçados, dotados de sangue frio e presença de espírito, enquanto se converte num intranponível escolho para os concorrentes introvertidos em-bora com sólido preparo. Além disso, o curso permite aferir outros predicados que só o tempo, a convivência entre mestres e discípulos, a observação pessoal se incumbem de revelar ou denegar. Por outro lado, o Curso de Preparação, tal como está delineado, é um campo democraticamente aberto a todos, sem exceções nem privilégios de nascimento, de cor ou de fortuna, inclusive porque o Governo concede aos que transpuserem as provas vestibulares o recurso de uma bolsa de vinte mil cruzeiros anuais. Nunca, como hoje, a carreira diplomática foi assim mais acessível aos que dispunham de qualidades para nela ingressar.”

João Neves da Fontoura, 22-9-1951 (discurso de paraninfo da quinta turma do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata).

“Aqui vos deixo consignado o meu caloroso agradecimento e muito sinceramente vos acompanho no justo elogio do Presidente Getúlio Vargas pela criação deste Instituto Rio-Branco para a preparação à carreira diplomática, outrora privilégio dos ricos, depois aberta aos validos do Governo e hoje, com proveito manifesto do país, só acessível ao merecimento comprovado.”

Raul Fernandes, dezembro de 1952 (discurso de paraninfo da sexta turma do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata).

“Quando, em 1950, participei da Delegação brasileira junto à Organização das Nações Unidas, tive a oportunidade de conhecer de perto a dedicação e o brilho com que tra-

balham os nossos diplomatas, não só os já consagrados nos mais elevados graus da carreira, como os Secretários e Auxiliares, moços de valor, nos quais aprendi a depositar a maior e a mais segura confiança, enxergando neles os propulsores de nosso futuro, no campo das relações internacionais”.

“Os dados de que disponho têm a mais alta significação e dão razão a que preste minha mais calorosa homenagem aos meus antecessores e aos órgãos técnicos desta Casa, tão cheia de tradições, tão ufana de seu glorioso passado, tão confiante em seu futuro, que se anuncia auspicioso, porque suas novas gerações se vêm formando no Instituto Rio-Branco e este Instituto é uma força que dá ténpera e brilho aos diplomatas de amanhã, exercendo sua missão cultural e técnica com bravura e competência.”

Vicente Ráo, 3-7-1953 (discurso de posse no cargo de Ministro das Relações Exteriores).

“A sólida formação económica que vos proporcionou o Instituto Rio-Branco, permite-vos ocupar um lugar de destaque nessa pugna de idéias contra idéias em que, estou certo, o espírito integral do humanismo cristão leva vantagens enormes contra o unilateralismo materialista do Marxismo.”

Juarez Távora, 9-12-1954 (discurso de paraninfo da oitava turma do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata).

HISTÓRICO, ORGANIZAÇÃO E ATIVIDADES
DO INSTITUTO RIO-BRANCO

HISTÓRICO

A idéia da criação do Instituto Rio Branco nasceu por ocasião das "Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco", nos trabalhos da sua Comissão Preparatória, constituída por Portaria Ministerial de 23 de março de 1944.

Foi designado para chefiar os trabalhos da Comissão o Ministro Jorge Latour, então 1.º Secretário e Chefe inteiro do Serviço de Documentação que, na Circular expedida a 23 de março do mesmo ano, expondo o plano das comemorações e solicitando sugestões e contribuições, inclui entre projetos de realizações do Centenário o da criação de um Instituto, que tomaria o nome de "INSTITUTO BARÃO DO RIO BRANCO" e no qual "*se organizassem cursos e se lecionassem matérias direta ou indiretamente relacionadas com a política exterior, a vida internacional, a diplomacia, os assuntos consulares e outros de interesse real dentro da mesma esfera de cogitações.*"

A idéia foi aceita com entusiasmo pelos dirigentes da Casa e, a 10 de janeiro de 1945, o Embaixador Carlos Alves de Souza, então Chefe do Departamento de Administração, teve oportunidade de elogiar os trabalhos desenvolvidos pelo Ministro Jorge Latour, no sentido de tornar realidade o Instituto, cuja criação havia sido por ele proposta. Por ocasião da entrega de diplomas aos alunos dos cursos de História da Cartografia, Geografia das Fronteiras do Brasil, Mapoteconomia e Legislação e Prática Consular, foi apresentado ao Ministro de Estado um Memorandum declarando que a iniciativa desses cursos nada mais era senão o primeiro passo com que o Ministro Jorge Latour vinha procurando estabelecer "*uma das linhas de ação do INSTITUTO BARÃO DO*

RIO BRANCO, cuja idéia fora por ele originariamente concebida e constantemente trabalhada.”

Assim nasceu o “Instituto Rio Branco”, que foi estruturado pelo Decreto-lei n.º 7.473, de 18 de abril de 1945, e que tinha então as seguintes finalidades:

- a) formação, aperfeiçoamento e especialização dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- b) preparo de candidatos ao concurso para a carreira de “Diplomata”;
- c) difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais;
- d) sistematização de dados e documentos e realização de pesquisas sobre história política e diplomática.

Em 26 de dezembro de 1945, o Decreto-lei n.º 8.461, deu nova redação ao Decreto-lei inicial sem, contudo, modificar ainda a estrutura e o plano do Instituto que acabava de ser criado. Este continuou a ser uma entidade de pesquisas e sistematização de dados históricos, mantendo, ao mesmo tempo, cursos destinados ao preparo de candidatos inscritos nos concursos para o ingresso na Carreira de Diplomata e também ao aperfeiçoamento e especialização dos funcionários do Itamaraty.

Foi com o Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946, sob a gestão do Ministro João Neves da Fontoura, que se determinou que o ingresso à Carreira de Diplomata “só se poderia efetuar através o mesmo Instituto, quer por concurso direto, quer por uma seleção entre os alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata”, criado nessa ocasião e que constitui, na verdade, uma forma de concurso a longo prazo.

O Instituto Rio Branco passou então a ser a primeira escola diplomática do Brasil e, sob a administração do Embaixador Hildebrando Accioly, seu primeiro Diretor, foram elaborados o Regulamento e o Regimento e organizados os primeiros exames vestibulares.

Em 13 de janeiro de 1947, assumiu a direção o Ministro Hélio Lobo, que deu novo impulso ao Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, tornando-o obrigatório para os alunos

diplomados pelo Curso de Preparação. Nessa administração foram também instituídas com a Portaria Ministerial de 31 de janeiro de 1947, as bolsas de estudos destinadas a facilitar a permanência, no Rio, dos alunos procedentes dos Estados que não estivessem em condições de prover à sua própria subsistência durante os dois anos de estudo.

Em 22 de abril de 1947, assumiu a direção do Instituto o Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva que, até a presente data, tem trabalhado incessantemente para manter o nível cultural, elaborando os primeiros programas para o exame vestibular, dando caráter universitário aos programas do Curso de Preparação, selecionando professores e tornando o Instituto um verdadeiro centro de ensino superior onde se diplomam funcionários aptos a ocupar os cargos de responsabilidade que os esperam na vida diplomática.

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco faz parte do Ministério das Relações Exteriores, e está subordinado diretamente ao Ministério de Estado.

Compõe-se de Secretaria e Cursos. Aquela dividida em três seções: a de Administração, a Técnico-Pedagógica e a de Pesquisas e Publicações. Esses, divididos em Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que tem a duração de dois anos e é o curso regular do Instituto; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, também regular e obrigatório para os alunos já formados e nomeados e que tem, habitualmente, a duração de quatro a seis meses; e Cursos de Extensão e Especiais que são determinados anualmente pelo Diretor e dedicados, de preferência, a matérias que possam contribuir para ampliar os conhecimentos do pessoal da casa, quer de carreira, quer administrativo.

O Diretor do Instituto Rio Branco é nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado, dentre os diplomatas da categoria de Ministros de 1.^a classe, isto é, Embaixadores.

A Secretaria tem um Chefe, designado pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas de categoria de Ministros de 2.^a classe ou de 1.^os Secretários e Cônsules de 1.^a.

Os Chefes das Seções de Administração e de Pesquisas e Publicações são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco dentre os funcionários da carreira de Diplomata, podendo, entretanto, para a segunda delas, ser contratada pessoa de fora daquela carreira.

A Seção Técnico-Pedagógica é chefiada por um especialista contratado para esse fim.

ATIVIDADES

EXAME VESTIBULAR DO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

Para obter matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os candidatos devem submeter-se a um exame vestibular.

Vagas

O número de vagas é previamente fixado para cada exame vestibular segundo as necessidades da administração do Itamaraty, procedendo-se ao seu preenchimento rigorosamente de acôrdo com a classificação dos candidatos aprovados.

Inscrições

A fim de oferecer igual oportunidade a todos os brasileiros é dada ampla divulgação da abertura das inscrições para exames vestibulares no *Diário Oficial* e jornais de mais significação na Capital Federal e nos Estados. Geralmente, o prazo das inscrições é de 90 dias.

Condições de Inscrição

É condição essencial para inscrição no exame vestibular a apresentação do certificado de licença clássica ou científica ou de conclusão de Curso Secundário por um dos regimes vigentes a partir da data do Decreto n.^o 16.782 A, de 13 de

janeiro de 1925, ou, ainda, prova de estar cursando ou ter cursado Escola Superior oficial ou oficializada.

Sómente poderão inscrever-se brasileiros natos. A idade mínima é de vinte e a máxima, trinta e cinco anos.

E' necessário, outrossim, um atestado de idoneidade moral, que pode constar de fôlha corrida ou de cinco cartas de referência de professôres, chefes ou empregadores, com as respectivas firmas reconhecidas.

As demais exigências são: carteira de identidade da repartição federal ou estadual competente, atestado de vacinação anti-variolica fornecido pela Saúde Pública e preenchimento do formulário de investigação social, fornecido pelo Instituto.

Convém notar que os exames do Instituto Rio-Branco não acarretam nenhum ônus direto aos candidatos.

Exame de Sanidade e Capacidade Física, Psíquica e Moral

Os candidatos ao exame vestibular serão submetidos, no Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas, a exames de sanidade e capacidade física, psíquica e moral. Esses exames compreendem um processo de investigação social. Têm sido realizados nesse Instituto desde 1948 e são de caráter eliminatório.

A realização do exame médico-biotipológico tem por objetivo a seleção dos elementos aptos, sob o ponto de vista físico e psíquico, para a carreira diplomática. Assim, não poderão ingressar na Carreira candidatos que apresentem deformações ou graves insuficiências físicas. Aquilatam-se também, por meio de testes, características de temperamento, equilíbrio nervoso, coeficiente de normalidade de cada candidato, procedendo-se, dêsse modo, a um diagnóstico geral da personalidade.

As provas de nível mental visam a selecionar os mais aptos, sob o ponto de vista estritamente intelectual, para as funções diplomáticas.

A partir de 1950, os candidatos foram entrevistados, individualmente, por uma comissão de especialistas daquele Instituto e de dois funcionários do Itamaraty, na qualidade

de observadores, computando-se, na ficha de cada um, o desembaraço, a precisão de conceitos emitidos e o comportamento no ambiente de prova.

Matérias dos Exames de Conhecimento

As provas do exame vestibular são realizadas na seguinte ordem cronológica:

Escritas

Português, Francês, Inglês, História Mundial Moderna, História do Brasil, Geografia, Elementos de Economia Política e Noções Fundamentais de Direito.

Orais:

Português, Francês, Inglês e Cultura geral.

São eliminatórias tôdas as provas escritas e classificatórias as orais.

Pêso das Matérias

Para cálculo da média de conjunto do exame vestibular atribuir-se-ão: pêso 3 (três) a Português, Francês e Inglês; pêso 2 (dois) a História Mundial Moderna, História do Brasil, Geografia, Elementos de Economia Política e Noções Fundamentais de Direito; e pêso 1 (um) a Cultura Geral.

RELATÓRIO REFERENTE A 1953

INSTITUTO RIO-BRANCO

1953

Diretor:

EMBAIXADOR LAFAYETTE DE CARVALHO E SILVA

Chefe da Secretaria:

CONSELHEIRO BEATA VETTORI (até 30 de maio)

CONSELHEIRO JAIME AZEVEDO RODRIGUES (até 11 de novembro)

MINISTRO ANTÔNIO CORRÊA DO LAGO

Chefe da Seção de Administração:

CÔNSUL MARCOS ANTÔNIO DE SALVO COIMBRA (até 27 de março)

CÔNSUL MANUEL MARIA FERNANDEZ ALCAZAR

Chefe da Seção de Pesquisas e Publicações:

FLÁVIO GARCIA DE SOUZA

Encarregado da Seção Técnico-Pedagógica:

PROFESSORA MARINA DE BARROS E VASCONCELLOS

Elementos de Economia Política — 19 candidatos; 18 aprovados e 1 reprovado;
Noções Fundamentais de Direito — 18 candidatos; todos aprovados.

Provas Oraís:

Português; }
Francês; } 18 candidatos; todos aprovados.
Inglês; e }
Cultura Geral }

Foram os seguintes os candidatos aprovados:

	<i>Média final</i>
1.º — Joaquim Ignacio Amazonas Mac-Dowell	81,06
2.º — Regina Victoria Castello Branco	80,51
3.º — Marcel Dezon Costa Hasslocher	77,87
4.º — José Murillo de Carvalho	76,63
5.º — Oswaldo Biato	75,63
6.º — Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho	72,66
7.º — Luiz Horacio de Oliveira Lacerda	71,42
8.º — José Bonifácio Lourenço de Andrada	71,12
9.º — Michael Joseph Corbett	71,10
10.º — Edmundo Radwanski	70,73
11.º — Gil Roberto Fernando de Ouro Preto	70,52
12.º — André Guimarães	70,42
13.º — Pedro Hugo Fabricio Belloc	67,79
14.º — Jorge Pires do Rio	66,79
15.º — Marco Aurelio dos Santos Chaudon	65,68
16.º — Odilon de Camargo Penteado	63,76
17.º — Victor Augusto Nunes Vasseur	63,58
18.º — Mario Wilson Fernandes	62,96

As bancas examinadoras, presididas pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, e assessoradas pelo Conselheiro Antonio Corrêa do Lago, Chefe da Secretaria, e Professora Marina de Barros e Vasconcellos, Encarregada da Seção Técnico-Pedagógica, tiveram a seguinte constituição:

Português — Professores Carlos Henrique da Rocha Lima e Jesus Belo Galvão;
Francês — Professores Ricardo Rodrigues Vieira e Marina de Barros e Vasconcellos;

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

(C.P.C.D.)

EXAME VESTIBULAR PARA O ANO LETIVO DE 1954

As inscrições do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, para o ano letivo de 1954, foram abertas a 3 de agosto de 1953 e encerradas a 2 de outubro do mesmo ano. Inscreveram-se 96 candidatos. Aos exames de sanidade e capacidade física, psíquica e moral, realizados logo após, pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas, compareceram 93 candidatos, dos quais 72 lograram aprovação.

Damos a seguir o movimento geral das provas realizadas:

Provas Escritas:

Português — apresentaram-se 68 candidatos, foram aprovados 43 e reprovados 25;
Francês — apresentaram-se 44 candidatos, um dos quais, reprovado no ISOP, teve acesso às provas intelectuais em virtude de Mandado de Segurança; foram aprovados 32 e reprovados 12;
Inglês — apresentaram-se 32 candidatos; foram aprovados 22 e reprovados 10;
História do Brasil — 22 candidatos; 19 aprovados e 3 reprovados;
História Mundial Moderna — 19 candidatos; todos aprovados;
Geografia — 20 candidatos, um dos quais, reprovado no ISOP, teve acesso às provas em virtude de Mandado de Segurança; 19 aprovados e 1 reprovado;

Inglês — Professores John Knox e John Mulholland;
 História do Brasil — Professor José Honório Rodrigues;
 História Mundial Moderna — Professor Mecenas Dourado;
 Geografia — Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães;
 Elementos de Economia Política — Secretário Miguel Alvaro Ozório de Almeida;
 Noções Fundamentais de Direito — Professor Hamilton Leal;
 Cultura Geral — Ministro João Guimarães Rosa e Secretário Lauro Escorel Rodrigues de Moraes.

PRIMEIRO ANO LETIVO

No Primeiro Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata foram matriculados, em 1953, os 26 candidatos aprovados no Exame Vestibular realizado em 1952. Em julho foram submetidos às provas parciais e em novembro e dezembro aos exames finais; nestes lograram aprovação 20 alunos, que foram promovidos à série seguinte; 5 alunos foram reprovados com direito à repetência do 1.º ano e 1 aluno foi eliminado do Curso, por ter sido reprovado em mais de duas matérias.

CORPO DOCENTE

Português

Professor Carlos Henrique da Rocha Lima
 Substituto: Professor Roberto Barbosa da Silva;

Francês

Professora Louise Jaquier;

Inglês

Professor John Knox;

Política Mundial Contemporânea

Professor Pedro Freire Ribeiro;

Geografia Econômica

Professor Hilgard O'Reilly Sternberg;

Economia Política

Secretário Octávio Augusto Dias Carneiro
 Substitutos: Secretário Miguel Alvaro Ozório de Almeida e Secretário João Batista Pinheiro;

Direito Internacional Público

Professor Francisco Mangabeira
 Secretário Luiz de Almeida Nogueira Pôrto;

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Hamilton Leal;

Direito Civil e Comercial

Professor José Cândido Sampaio de Lacerda;

Orientação Profissional

Ministro Jayme Azevedo Rodrigues.

EXAMINADORES

Português

Professor Roberto Barbosa da Silva
 Professor Carlos Henrique da Rocha Lima;

Francês

Professora Louise Jaquier
 Professora Marina de Barros e Vasconcellos;

Inglês

Professor John Knox
 Professor John Mulholland;

Política Mundial Contemporânea

Professor Pedro Freire Ribeiro
 Professor Mecenas Dourado;

Geografia Econômica

Professor Hilgard O'Reilly Sternberg
 Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães;

Economia Política

Secretário Miguel Alvaro Ozório de Almeida
 Secretário João Batista Pinheiro;

Direito Internacional Público

Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Accioly
 Professor Francisco Mangabeira;

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Hamilton Leal
 Professor Thiers Martins Moreira;

Direito Civil e Comercial

Professor José Cândido Sampaio de Lacerda
 Professor Oscar Accioly Tenório.

CORPO DISCENTE

(Na ordem de classificação)

- 1.º — Marcellio Marques Moreira (Distrito Federal).
- 2.º — Luiz Paulo Lindenbergh Settle (Espírito Santo).
- 3.º — Ronald Leslie Moraes Small (Distrito Federal).
- 4.º — Ayrton Gonzalez Gil Diegues (Distrito Federal).
- 5.º — Alcides da Costa Guimarães Filho (Distrito Federal).
- 6.º — Antonio Patriota (Rio Grande do Norte).
- 7.º — Pedro Emilio Penner da Cunha (Pará).
- 8.º — Guy Marie de Castro Brandão (França — Brasileiro de acôrdo com o art. 129 — item 2 da Constituição de 1946).
- 9.º — Paulo Monteiro Lima (Distrito Federal).
- 10.º — Octavio Rainho da Silva Neves (Distrito Federal).
- 11.º — Maria Sandra Cordeiro de Mello (Mato Grosso).
- 12.º — Carlos Augusto de Proença Rosa (Distrito Federal).
- 13.º — Fernando de Salvo Souza (Minas Gerais).
- 14.º — José Olimpio Rache de Almeida (Distrito Federal).
- 15.º — Augusto Estellita Lins (Distrito Federal).
- 16.º — Lindolfo Leopoldo Collor (Rio Grande do Sul).
- 17.º — Luiz Loureiro Dias Costa (Distrito Federal).
- 18.º — Sergio Fernando Guarischchi Bath (Distrito Federal).
- 19.º — Renato Madasi (Bahia).
- 20.º — Laél Simões Barbosa Soares (Distrito Federal).

SEGUNDO ANO LETIVO

O Segundo Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início em outubro de 1952, de acôrdo com o plano de intensificação do curso destinado a atender às urgentes necessidades de pessoal diplomático. As provas parciais foram realizadas no mês de janeiro e as provas finais em abril de 1953. Concluíram o Curso os alunos abaixo relacionados de acôrdo com a classificação obtida:

- 1.º — Fernando Abbott Galvão.
- 2.º — João Clemente Baena Soares.
- 3.º — Marcelo Raffaelli.
- 4.º — Marcio Rego Monteiro.
- 5.º — Mauro da Costa Lobo.
- 6.º — Ney Moraes de Mello Mattos.
- 7.º — Marcel Maria Tarrisse da Fontoura.
- 8.º — Felix Baptista de Faria.
- 9.º — Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho.

Por decreto de 6 de maio de 1953, foram nomeados os novos diplomatas que entraram em exercício no cargo classe "K" da Carreira.

A cerimônia da colação de gráu, por motivo de força maior, realizou-se em 5 de setembro de 1953, sendo paraninfo da turma o Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Accioly e orador o diplomando Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho.

CORPO DOCENTE

Português

Professor Jesus Belo Galvão;

Francês

Professôra Marina de Barros e Vasconcellos;

Inglês

Professor John Knox;

História Social e Política do Brasil

Ministro Jaime de Barros Gomes;

Geografia Económica

Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães;

Política Económica

Secretário João Batista Pinheiro;

Direito Internacional Público

Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Accioly;

Direito Internacional Privado

Professor Oscar Accioly Tenório.

EXAMINADORES

Português

Professor Jesus Belo Galvão
Professor Carlos Henrique da Rocha Lima;

Francês

Professôra Marina de Barros e Vasconcellos
Professôra Louise Jaquier;

Inglês

Professor John Knox
Professor John Mulholland;

História Social e Política do Brasil

Ministro Jaime de Barros Gomes
Professor Pedro Freire Ribeiro;

Geografia Económica

Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães
Professor Hilgard O'Reilly Sternberg;

Política Económica

Secretário João Batista Pinheiro
Secretário Octavio Augusto Dias Carneiro;

Direito Internacional Público

Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Accioly
Secretário Ramiro Elisio Saraiva Guerreiro.

TURMA DIPLOMADA EM 1953

Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Felix Baptista de Faria (Distrito Federal).

Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diploma de "Orator Forense" pela Universidade do Brasil. Aspirante a Oficial da Reserva pelo C.P. O.R. do Rio de Janeiro.

Fernando Abbott Galvão (Rio Grande do Norte).

Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Segundo Tenente da Reserva do Exército Nacional.

João Clemente Baena Soares

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diploma do Curso de Francês da Associação de Cultura Franco-Brasileira.

Marcel Maria Tarrisse da Fontoura (França — Brasileiro por opção, de acordo com o art. 69, item 3, da Constituição de 1891).

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói.

Marcelo Raffaelli (Distrito Federal).

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Marcio Rego Monteiro (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. "Senior Certificate of Proficiency in the English Language".

Mauro da Costa Lobo (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Ney Moraes de Mello Mattos (Rio Grande do Sul).

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

C. A. D

Por motivo de força maior, o Instituto Rio-Branco não realizou em 1953 o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas para as turmas que terminaram o C.P.C.D. em setembro de 1952 e em abril de 1953.

CONCURSO DE PROVAS PARA O CARGO INICIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA

A ampliação dos serviços do Ministério das Relações Exteriores, decorrente quer da criação de novas Missões diplomáticas e Repartições consulares, quer da crescente complexidade da vida política e económica internacional, vem de há muito fazendo sentir uma crise de pessoal que, no momento, precisa ser vencida com uma iniciativa que dê ao Itamaraty imediatamente, isto é, evitando os dois anos do Curso de Preparação, funcionários com as mesmas qualidades pessoais e a mesma maturidade intelectual que se exigem dos alunos diplomados pelo Instituto.

Assim, dentro da atribuição conferida por lei ao Instituto, nasceu a ideia de realizar um Concurso de Provas, para o que foi solicitada ao Congresso a ampliação dos quadros da Carreira de Diplomata, com a criação de 45 cargos na classe inicial, para serem preenchidos, parte por alunos aprovados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e parte por candidatos aprovados em Concurso de Provas.

Ao mesmo tempo em que era submetido ao legislativo o projeto de lei ampliando o quadro da Carreira de Diplomata, foi designada pelo Diretor do IRBr. uma comissão de professores para elaborar o programa do Concurso de Provas.

Com o objetivo de dar mais tempo aos candidatos para o estudo das matérias do programa, o Ministro de Estado autorizou, desde logo, a abertura das inscrições para o Concurso, o que foi feito por edital de 25 de fevereiro de 1953, publicado no Diário Oficial de 3 de março do mesmo ano. (Vide Relatório referente a 1954 — Concurso de Provas).

CURSOS DE EXTENSÃO E ESPECIAIS

C. Ex.-C. E.

Dentro do plano dos Cursos de Extensão e de Especialização, em 1953, realizaram-se dois de língua inglesa e um de língua alemã. Neste último matricularam-se diplomatas e funcionários do Itamaraty. Os dois de língua inglesa foram de graus diferentes um elementar e outro em nível adiantado. Em ambos, igualmente, inscreveram-se diplomatas e funcionários administrativos do Ministério, tendo sido levado em conta apenas o grau de adiantamento de cada aluno.

Segue-se a relação dos inscritos:

ALEMÃO — Extensão:

Professora Martha Ellen Becker

Alunos:

Antônio Arruda Câmara Filho — Arlette Müller — Carlos Calero Rodrigues — Clara Botelho Martins Pereira — Daisy Maria Simpson — Felix Baptista de Faria — Fernando Abbott Galvão — Galba Samuel Santos — Geraldo de Herachito Lima — Gilberto Bandeira de Mello — Heitor Pinto de Moura — Henrique Augusto de Araújo Mesquita — Iracema Olífrica — Irene Krohnert — Jayme Azevedo Rodrigues — Jayme Magrassi de Sá — João Frank da Costa — José Maria Vilar de Queiroz — Laél Simões Barbosa Soares — Luis Carlos de Andrade Fiino — Manuel Maria Fernandez Alcázar — Márcio Rego Monteiro — Maria de Lourdes Santerre Borda — Oswaldo Castro Lobo — Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro — Sizinio Pontes Nogueira — Violeta Gomes — Wanda de Mayrink — Yedda Berlink do Rego Macedo.

INGLÊS — Extensão:

Professor John Knox

Alunos:

Alcides da Costa Guimarães Filho — Anna Virginia Vidal Pessoa — Antônio Rezende de Azevedo — Augusto Estelita Lins — Ayrlon Gonzalez Gil Diegues — Beatrice Fontes Duprat — Carlos Augusto de Proença Rosa — Cecília Lisboa Figueira de Mello —

Clara Botelho Martins Pereira — Cléa Feijó Silva — Daisy Maria Simpson — Félix Baptista de Faria — Fernando de Salvo Souza — Geraldo de Heráclito Lima — Guy Marie de Castro Brandão — Ilda d'Apparecida Bertucci Pecanha — Iracema Oiticica — Irene Krohnert — Ivanisse R. Serzedello — Jayme Magrassi de Sá — Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa — Júlia Figueira de Mello — Lourdes Pedreira de Freitas — Lucy de Castro e Silva — Luiz Loureiro Dias Costa — Maria da Glória Bastos Silva — Maria da Glória Ferraz Graça — Maria José de Paula Moreira — Maria de Vilhena Fabiano de Araújo — Moacyr Moreira Martins Ferreira — Myrthes Moreira Martins Ferreira — Nair Simões — Otávio Rainho da Silva Neves — Paulo Monteiro Lima — Renato Madasi — Sérgio Fernando Guarisechi Bath — Staël Alves Pequeno — Violeta Gomes.

INGLÊS — Especial:

Professor John Knox

Alunos:

Antônio Rezende de Azevedo — Augusto Estellita Lins — Carlos Augusto de Proença Rosa — Cléa Feijó Silva — Fernando de Salvo Souza — Guy Marie de Castro Brandão — Irene Krohnert — Ilda d'Apparecida Bertucci Pecanha — Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa — Lucy de Castro e Silva — Luiz Loureiro Dias Costa — Maria da Glória Bastos Silva — Maria José de Paula Moreira — Myrthes Moreira Martins Ferreira — Nair Simões — Otávio Rainho da Silva Neves — Renato Madasi.

COMISSÃO ACESSÓRIA DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Tendo em vista a necessidade de prover o Instituto Rio-Branco de um órgão consultivo para opinar sobre o preparo de programas e normas de trabalho, o Diretor do Instituto baixou a Portaria n.º 28, de 27 de novembro de 1953, criando a Comissão Assessora da Seção Técnico Pedagógica. (Vide Legislação).

Foram designados para integrar a referida Comissão:

Conselheiro Antonio Corrêa do Lago, Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco, Presidente da Comissão;

Segundo Secretário Miguel Alvaro Ozório de Almeida, do Departamento Econômico e Consular;

Segundo Secretário Antonio Francisco da Silveira, do Gabinete do Ministro de Estado;

Segundo Secretário Luiz de Almeida Nogueira Pôrto, do Departamento Político e Cultural;

Segundo Secretário Lauro Müller Neto, da Secretaria Geral;

Segundo Secretário Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, do Departamento de Administração;

Professora Marina de Barros e Vasconcellos, Encarregado da Seção Técnico-Pedagógica do Instituto, Secretário da Comissão.

CONFERÊNCIAS

Desde sua fundação, o Instituto Rio-Branco tomou a iniciativa de organizar anualmente um plano de conferências, com o fim de imprimir sentido cultural amplo à carreira diplomática.

Dentro dessa orientação foram pronunciadas conferências sobre os seguintes temas:

- 1 — "The Chicago Convention of 1944 and its relations to basic questions of Airspace Sovereignty", pelo Professor John G. Cooper, da Princeton University;
- 2 — "Convenção de Varsóvia", pelo Professor Antônio Ambrosini;
- 3 — "O Direito Marítimo Internacional e as conclusões do 2.º Congresso Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional", pelo Professor Atílio Dell'Oro Maini, da Universidade de Buenos Aires;
- 4 — "A reforma da Carta da O.N.U. e o Direito Internacional", pelo Professor Jesus Maria Yepes y Herrera, da Pontificia Universidade Javeriana de Bogotá;
- 5 — "A atualidade de uma Filípica de Demóstenes", pelo Professor Camilo Barcia Trelles, da Universidade de Compostela;
- 6 — "Intervención en el Derecho Internacional", pelo Professor Luis García Arias, da Universidade de Saragoça;
- 7 — "Pan-americanismo", pelo Embaixador Luis Quintanilla.

EXCURSÕES

Dando prosseguimento ao programa de excursões, foram realizadas em 1953 excursões à Usina de Volta Redonda, à Usina Hidroelétrica de Forçacava, ao Recôncavo Baiano (Candeias e Mataripe), à Fábrica de Cimento Portland, em Guaxindiba, e visita ao Instituto de Cacao (Salvador, Bahia).

Além do Chefe da Secretaria, acompanharam os alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata nessas excursões os Professores Hilgard O'Reilly Sternberg e Pedro Freire Ribeiro e o Secretário Octavio Augusto Dias Carneiro.

CONGRESSOS CULTURAIS

O Instituto Rio-Branco compareceu ao II Congresso Hispano-Americano de Direito Internacional, realizado em São Paulo, em outubro de 1953, tendo enviado como seu representante o Conselheiro Jayme Azevedo Rodrigues, Chefe da Secretaria do Instituto.

Atendendo a convite que lhe foi feito pela comissão organizadora do II Congresso Brasileiro de Filosofia, realizado em Curitiba, em setembro de 1953, o Instituto fez-se representar naquela reunião pelo Cônsul Manuel Maria Fernandez Alcázar, Chefe da Seção de Administração do Instituto.

SESSÕES CINEMATOGRAFICAS

Com a cooperação da Shell Oil Co. Inc., o Instituto Rio-Branco decidiu promover algumas sessões cinematográficas sobre a exploração do petróleo. A primeira delas foi precedida de uma palestra expositiva do Engenheiro Plinio Cautanhede, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo.

Outrossim, acham-se bastante adiantadas as pesquisas que vêm sendo feitas pelo Professor José Honório Rodrigues, relativas ao Barão do Rio-Branco, sendo intenção deste Instituto iniciar brevemente a publicação da "Correspondência do Barão do Rio-Branco", já estando copiadas as cartas a Salvador de Mendonça e José Carlos Rodrigues.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Durante o ano de 1953, devido a carência de verba, não foi possível dar o andamento que era de se desejar aos trabalhos da Seção de Pesquisas e Publicações.

Foram, entretanto, publicados os seguintes trabalhos:

- 1) Anuário do Instituto Rio-Branco (1952);
- 2) Programa para o Exame Vestibular à Carreira de Diplomata;
- 3) Rio-Branco e Gastão da Cunha, de autoria de Rodrigo M. F. de Andrade;
- 4) Atlas de Direito Internacional Público, de autoria do Cônsul Luiz de Almeida Nogueira Pôrto.

Achavam-se em fase final de impressão as seguintes obras:

- 1) Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750) — Parte IV — Tomo I; e
- 2) "Cartas ao amigo ausente", de autoria do Visconde do Rio-Branco, organizadas por José Honório Rodrigues.

O Professor Jaime Cortesão terminou os trabalhos de pesquisas históricas que vinha fazendo, tendo entregue os originais da obra "A História do Brasil nos Velhos Mapas", cuja publicação este Instituto espera fazer em futuro próximo.

BIBLIOTECA

A biblioteca do Instituto Rio-Branco embora de formação recente, já conta com mais de 2.500 volumes.

A seleção das obras tem sempre em mira proporcionar aos alunos do C.P.C.D., bem como aos dos cursos de Aperfeiçoamento, de Extensão e Especiais, livros e revistas que correspondam ao currículo escolar.

O Instituto Rio-Branco deixa aqui expresso o seu agradecimento a todos aqueles que generosamente fizeram doação de obras.

P R O G R A M A S

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR

Não houve modificações — Vide Anuário de 1952.

1.º ANO LETIVO

PORTUGUÊS

(55 Aulas)

I — 1.ª Parte:

- a) O sistema ortográfico oficial;
- b) Estrutura da frase em Português;
- c) Concordância;
- d) Colocação;
- e) Regência;
- f) Noções de estilística da frase;
- g) Erros de linguagem e vícios de estilo; pontuação;
- h) O vocabulário português;
- i) A língua portuguesa no Brasil;
- j) Noções de história da língua.

II — 2.ª Parte:

- a) Prática da língua oral, mediante debates entre alunos, narrações de uns aos outros e pequenos discursos;
- b) Prática da língua escrita, mediante redações de tipos diversos;
- c) Exercícios de aplicação imediata, por meio de testes semanais, dos conhecimentos teóricos adquiridos;
- d) Correção coletiva, sob a orientação do Professor, dos erros anotados nos trabalhos entregues pelo aluno no decorrer da semana;
- e) Leitura e interpretação de autores portugueses e brasileiros das várias fases da língua.

FRANCÊS

(55 Aulas)

I — *Correspondência familiar, social e comercial*. Estudo da expressão correta escrita e oral.

II — Gramática.

- a) Emprego do verbo nas diversas orações. Regência e concordância;
- b) Emprego das preposições;
- c) Emprego dos pronomes;
- d) Emprego correto da sintaxe;
- e) Construção e equilíbrio da frase.

III — Tradução e versão.

- a) Estudo comparativo das duas línguas;
- b) Aperfeiçoamento da ortografia;
- c) Particularidades de lingüística.

IV — *Leitura e interpretação de textos.* Aquisição do vocabulário e da expressão por meio de exercícios práticos. Aperfeiçoamento da pronúncia.

V — *Conversação, exposições e debates coletivos.*

INGLÊS

(55 Aulas)

I — Pronunciation:

- a) Importance of tonic accent in word and sentence. Intonation. Liaison.
- b) Phonetics. English and American pronunciation.
- c) The English alphabet, spelling and punctuation.
- d) Final -s and final -ed.

II — Nouns, pronouns and attributives:

- a) Articles and demonstratives.
- b) Plural of nouns. Adjectives. Formation of compound nouns.
- c) Interrogative pronouns and adjectives. Personal pronouns and adjectives.
- d) Reflexive pronouns. True reflexive verbs. Translation of the Portuguese impersonal reflexive.

III — Anomalous finites:

- a) Sentence, clause and phrase. Auxiliary verbs and anomalous (or special) finites. Differences between anomalous and ordinary finites. Sentence structure.
- b) Be (*am, is, are, was, were*). Copula or link verbs. Incidental nature of the progressive. Passive voice.
- c) *Can, could, may and might*. Capability and possibility.
- d) *Shall, will, should and would*. Simple and voluntary future. *Going to*.
- e) *Should, ought to and must; must not and need not; have to and am to*. Duty, obligation, necessity and deduction. Use of the past infinitive.
- f) *Have, has, had and used to*. Perfect (simple past) and preterite (compound past). Habitual past. Progressive past. Pluperfect.

- g) *Dare and dared*. Compound anomalous finites; *had better, had (or would) sooner (or rather)*.
- h) Contractions of anomalous finites. Questions tags: confirmative and commentative questions.

IV — Verbs:

- a) Position of the adverb. Sentences introduced by *It* and *There*. Inversion.
- b) Verb patterns.
- c) Prepositions and prepositional adverbs.
- d) Irregular verbs.

V — Numbers, measurement and comparison:

- a) Size and distance.
- b) Degrees of comparison. *So* and *such*.
- c) Numbers and mathematical operations. Systems of weights and measures.
- d) Time, days and dates.

VI — The complex sentence:

- a) Main, coordinate and subordinate clauses.
- b) Conditional sentences.
- c) Relative clauses.
- d) Phrases. Infinitive, gerund and present participle.
- e) Indirect (or reported) speech.

VII — Style:

- a) Americanisms and foreign expressions.
- b) Courtesy. Slang. Expressions to be avoided.
- c) Simplification of style. Paraphrasing.
- d) Pécis-writing.
- e) Speech-making and oratorical effect.

VIII — Office work and correspondence:

- a) Typewriting and cutting mimeograph stencils.
- b) Preparing "copy" for the printer. Proof-reading. Headlines, illustrations and captions. Type-setting and layouts.
- c) Letter-writing in general.
- d) Personal letters.
- e) Business letters.
- f) Diplomatic correspondence. Titles and forms of address.
- g) Filing.

Note: It is intended to incorporate the following:

- 1) Phonetic drill;
- 2) Lectures;
- 3) Reading and translation at sight;
- 4) Questions and answers (oral);
- 5) Written tests and translation;
- 6) Essay-, pécis- and letter-writing;
- 7) Seminars and debates (if time permits).

POLÍTICA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

(55 Aulas)

I — *Introdução. A Revolução Industrial, as grandes transformações do mundo contemporâneo e a política mundial.*

- 1) Introdução: bases e tipos das relações entre os povos; a primeira etapa da formação do mundo atual;
- 2) Caracteres gerais da Revolução Industrial;
- 3) Consequências econômicas;
- 4) Consequências sociais;
- 5) Consequências políticas;
- 6) A Revolução Industrial e as relações internacionais.

II — *Evolução interna das grandes potências e de seus problemas, do início do século XIX às vésperas da 2.^a Grande Guerra.*

- 1) A Inglaterra e o Império Britânico: o apogeu; os problemas posteriores à paz de Versalhes;
- 2) A França;
- 3) A Áustria: evolução até 1918; a pequena Áustria;
- 4) A Rússia: evolução até 1917; o regime comunista;
- 5) A Itália: a unificação, evolução até 1922; o Estado fascista;
- 6) A Alemanha: a unificação; evolução e apogeu; a crise posterior à derrota; o Estado nazista;
- 7) Os Estados Unidos: evolução até a Guerra de Secessão; o rápido desenvolvimento e os caracteres do Estado norte-americano; a época aurea;
- 8) A América Latina: linhas gerais da evolução e principais tipos de problemas; os grandes Estados; as pequenas potências;
- 9) O Japão: o "milagre" japonês e suas bases;
- 10) A China: caracteres do Estado chinês no século XIX; a expansão europeia e japonesa e suas consequências; reação e evolução do povo chinês;
- 11) As potências menores.

III — *Principais problemas internacionais, do Congresso de Viena às vésperas da 2.^a Grande Guerra.*

- 1) O Congresso de Viena;
- 2) A Quadrupla e Quintupla Alianças;
- 3) A Questão do Oriente;
- 4) O imperialismo colonial;
- 5) A política internacional europeia, de 1875 a 1914;
- 6) A 1.^a Grande Guerra;
- 7) Os tratados de paz;
- 8) De Versalhes a Locarno;
- 9) De Locarno à adesão da Itália ao pacto anti-Komintern.

GEOGRAFIA ECONÔMICA

(55 Aulas)

I — *Conceitos fundamentais.*

- a) Conceição de Geografia Moderna;
- b) Relações com outras ciências;
- c) O "binômio geográfico".

II — *A divisão em regiões e os problemas geo-econômicos.*

- a) Regiões naturais e regiões geo-econômicas; a divisão do Brasil;
- b) Valorização do São Francisco: triplice aspecto do aproveitamento do rio (viatório, irrigatório e energético), o preceito constitucional e os planos para o soerguimento do vale;
- c) Valorização da Amazônia: situação atual (população, transportes, etc.), repercussões da situação mundial da borracha, outras possibilidades econômicas (extrativas, agro-pecuárias e minerais), o preceito constitucional e o problema de sua concretização;
- d) A "Seca" do Nordeste como problema geo-econômico; o preceito constitucional e os planos de defesa.

III — *Migrações e Colonização.*

- a) Migrações internas e imigração; repercussões econômicas no Brasil;
- b) Frentes pioneiras e núcleos coloniais.

IV — *Recursos vegetais.*

- a) Os recursos da floresta e sua utilização econômica; produtos florestais brasileiros (borracha, castanha, madeira, etc.);
- b) Fatores geográficos da exploração agrícola e os principais tipos de agricultura; problemas da agricultura no Brasil (sociais, econômicos e agrícolas propriamente ditos);
- c) Cereais: a questão do trigo (distribuição geográfica, produção e consumo); posição do Brasil;
- d) Estimulantes e bebidas — o café (condições para a sua produção e posição do Brasil no mercado mundial), o mate (problemas de sua produção e exportação) e o cacau (primitiva importância da cultura na Amazônia e presente hegemonia da Região Leste; crise atual);
- e) O açúcar — plantas sacaríferas das regiões temperadas e das regiões tropicais e consequências da concorrência entre a cana e a beterraba; posição do Brasil;
- f) Plantas industriais — o algodão (distribuição mundial e industrialização — posição do Brasil) e a juta (possibilidades da Amazônia).

V — *Pecuária.*

- a) Atividades pecuaristas em geral; aspectos peculiares da criação nacional;
- b) A indústria da carne — produção, consumo e comércio internacionais; posição do Brasil.

VI — *Combustíveis e fontes de energia.*

- a) Hulha branca — situação mundial da energia hidroelétrica; estudo das bacias hidrográficas brasileiras e do seu "índice de participação";
- b) Combustíveis sólidos — o carvão entre as demais fontes de energia; regiões carboníferas brasileiras,

determinadas e potenciais, e aspectos peculiares do problema da lenha no Brasil;

- c) Combustíveis líquidos e gasosos — o petróleo (petrôquica, lavra, refinação e transporte), a destilação dos xistos oleíferos e a utilização do gás natural; o problema brasileiro;
- d) A energia atômica.

VII — Recursos minerais e indústria.

- a) As rochas comuns; problema do cimento no Brasil;
- b) Minerais industriais e minerais preciosos;
- c) O ferro — distribuição geográfica da produção e industrialização; jazidas de ferro e siderurgia no Brasil.

VIII — Transportes.

- a) Os problemas de transporte em geral; densidade do retilado viatório brasileiro e influências geográficas (articulação do planalto com o litoral — exemplo das vias-féreas paulistas);
- b) Ferrovias; densidade, traçado, regime financeiro e projeção continental das ferrovias brasileiras;
- c) Rodovias; situação do Brasil — o Plano Rodoviário Nacional;
- d) Aquávias — navegação marítima e fluvial; situação do Brasil;
- e) Aerovias; o papel especial da aviação no Brasil.

ECONOMIA POLÍTICA

(55 Aulas)

I — Poupanças, consumo e investimento.

A igualdade e a desigualdade entre poupanças e investimento. A propensão marginal para poupar e para consumir. A escala de consumo da comunidade. Renda individual, consumo e poupanças. Renda disponível.

II — A teoria da determinação da renda.

A determinação do equilíbrio da renda. Investimento e renda. O "multiplicador" e o princípio da aceleração. Investimento induzido. Amplitudes inflacionárias e deflacionárias. Política fiscal e determinação da renda. O efeito das despesas governamentais sobre a determinação da renda. Efeito dos impostos sobre a escala de consumo.

III — Moeda e crédito.

Os preços e a moeda. Inflação e deflação. As variedades da moeda. Princípios fundamentais do sistema bancário central e da criação de depósitos. A taxa de juros e o volume de moeda em circulação. A teoria quantitativa do valor da moeda. A procura de dinheiro para satisfazer o desejo de liquidez. A política monetária dos bancos centrais.

IV — Noções da teoria da conjuntura.

Prosperidade e depressão. As fases das flutuações cíclicas da conjuntura econômica. As ondas longas. A formação de capital como o elemento dinâmico do sistema econômico sujeito a variações conjunturais. As teorias exógenas e endógenas das flutuações da conjuntura.

V — Política fiscal.

A política fiscal a curto e a longo prazos. Compensação contracíclica. Variedade de política contracíclica. Estagnação e euforia seculares. A dívida pública e o resgate da dívida pública. Dívida interna e dívida externa. A gestão da dívida nacional e a política monetária. O conceito de pleno emprego. O objetivo de elevar a renda nacional, ao nível de pleno emprego, sem inflação.

VI — A empresa e os consumidores individuais.

Formação de preços pela oferta e procura. A escala e a curva de procura. Procura elástica e inelástica. Coeficiente numérico da elasticidade. Elasticidade de procura em regime de competição perfeita e monopolística. A escala e a curva de oferta. Deslocamentos das curvas de oferta e procura. O equilíbrio entre a oferta e a procura. Casos especiais de oferta e procura. O racionamento. O preço-teto e o preço-chão.

VII — Teoria da Produção — Distribuição da Renda.

A remuneração e o "preço" dos vários fatores da produção. Combinação de fatores. Análise marginal e suas qualificações. Substitutibilidade. A renda. Salário. Juros e o capital. Lucros e incentivos. Isoquantas.

VIII — Teoria do Consumo.

Oferta e procura. Teoria da escolha do consumidor. Curva da procura e o comportamento do consumidor. Curvas de indiferença. "Consumer's surplus".

IX — Noções de teoria da competição monopolística.

Monopólio e a concentração do poderio econômico. Duopólio, oligopólio, diferenciação intencional de produtos. Declínio da competição. Controle de preços e divisão de mercados. Monopólio e suas conexões com a conjuntura econômica; a controvérsia entre capitalismo e socialismo.

X — Noções de economia dinâmica.

Natureza da análise dinâmica: estabilidade, desvios e flutuações em torno de equilíbrios definidos em que se entrosam a conjuntura, a teoria dos preços e a determinação da renda.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

(55 Aulas)

I — Do *Direito Internacional Público*.

- a) Definição, fundamento, fontes e divisão do Direito Internacional;
- b) Desenvolvimento histórico;
- c) As pessoas internacionais.

II — Dos *Estados como pessoas do Direito Internacional*.

- a) Elementos constitutivos e classificação dos Estados;
- b) Formação, reconhecimento, transformação e extinção dos Estados;
- c) Direitos e deveres dos Estados;
- d) A intervenção;
- e) As doutrinas de Monroe e Drago;
- f) Responsabilidade dos Estados.

III — Das *outras pessoas no Direito Internacional*.

- a) Coletividades com personalidade internacional;
- b) O Papa e a Cidade do Vaticano;
- c) O homem em face das relações internacionais;
- d) A nacionalidade;
- e) Relações dos Estados com seus nacionais no Exterior;
- f) A extradição.

IV — Do *território no Direito Internacional Público*.

- a) Domínio terrestre;
- b) Domínio fluvial; rios nacionais e rios internacionais;
- c) O alto-mar;
- d) Domínio marítimo: mar territorial e zona contígua; mares internos, estreitos e canais marítimos; golfos, baías, portos e estuários;
- e) Domínio aéreo: navegação aérea e radiotelegrafia;
- f) Modos de aquisição e perda do domínio do Estado.

V — Da *aplicação das normas do Direito Internacional Público aos navios e aeronaves*.

- a) Classificação e nacionalidade;
- b) Navios em alto-mar e aeronaves sobre o alto-mar: jurisdição e abaloamento;
- c) Navios e aeronaves em domínio estrangeiro e aeronaves em espaço aéreo estrangeiro.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

(55 Aulas)

DIREITO CONSTITUCIONAL

- I — a) Direito Constitucional;
- b) Relações do Direito Constitucional com os demais ramos do Direito;
- c) Espécies de Constituição;
- d) Elaboração constitucional.

- II — a) Estado;
- b) Nação;
- c) Povo;
- d) Território.

- III — a) Formas de governo;
- b) Unitarismo, Federação e Confederação;
- c) Parlamentarismo e Presidencialismo.

- IV — a) A ideia constitucionalista no Brasil: manifestações internas e externas;
- b) Oposição de D. João VI ao constitucionalismo nacional; Representação do Brasil no Congresso Constituinte da Corte;
- c) A primeira Constituição adotada no Brasil;
- d) Descontentamento da opinião pública e Independência.

- V — a) A Constituinte Imperial e o projeto de Constituição;
- b) Dissolução da Constituinte e outorga da Constituição do Império;
- c) Política imperial; ideias reformistas e abdicação de Pedro I.

- VI — a) Período Regencial; a Constituição de Pouso Alegre; Ato Adicional; Lei de Interpretação e Maioridade;
- b) Segundo Império; tentativas revisionistas;
- c) Propaganda republicana e questão militar;
- d) Queda do Império.

- VII — a) A Constituinte de 1890;
- b) A Constituição Federal de 1891;
- c) Reforma constitucional — 1925/1926.

- VIII — a) Revolução de 1930 e Governo Provisório;
- b) Projeto de Constituição;
- c) Revolução Constitucionalista de 1932;
- d) Segunda Constituinte Republicana.

- IX — a) Constituição Federal de 1934;
- b) Golpe de Estado de 1937;
- c) Outorga da Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937.

- X — a) Período ditatorial;
- b) Crise interna e internacional: propaganda democrática;
- c) Abolição da ditadura e Constituinte de 1946.

- XI — a) Organização federativa: Estados, Distrito Federal e Territórios;
- b) Competência da União e supletiva dos Estados;
- c) Intervenção federal nos Estados;
- d) Princípios constitucionais da União.

- XII — a) Discriminação de rendas: da União e dos Estados;
- b) Autonomia Municipal;
- c) Intervenção nos Municípios;
- d) Competência concorrente: da União, Estados e Municípios.

- XIII — a) Do Poder Legislativo da União: Câmara dos Deputados e Senado Federal;
b) Atribuições legislativas em geral;
c) Das leis e do Orçamento;
d) O Tribunal de Contas; organização e funções.
- XIV — a) Do Poder Executivo da União; Presidente da República;
b) O Vice-Presidente da República;
c) Atribuições e responsabilidade do Presidente da República;
d) Os Ministros de Estado.
- XV — a) Do Poder Judiciário;
b) Justiça Comum e Justiça Especializada;
c) Supremo Tribunal Federal;
d) Tribunal Federal de Recursos.
- XVI — a) Justiça Militar, Eleitoral e Trabalhista;
b) Do Judiciário Estadual;
c) Ministério Público.
- XVII — a) Nacionalidade e cidadania;
b) Regime eleitoral;
c) Inelegibilidades;
d) Dos direitos individuais.
- XVIII — a) Do "Habeas-corpus";
b) Do "Mandado de Segurança";
c) Do Juri;
d) Da Ordem Econômica e Social.
- XIX — a) Da Família;
b) Classes Armadas;
c) Funcionalismo Público;
d) Símbolos nacionais.
- XX — a) Estado de sítio;
b) Revisão constitucional;
c) Do Conselho Nacional de Economia;
d) Do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- XXI — a) Conceituação geral;
b) Relações de dependência com o Direito Constitucional;
c) Centralização e descentralização;
d) Órgãos do Estado e respectivo funcionamento;
e) Ato administrativo em geral.
- XXII — a) Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado;
b) Serviços públicos em geral;
c) Conceito de "utilidade pública";
d) Autarquias em geral.
- XXIII — a) Organização da administração pública federal, estadual e municipal;
b) Ministérios e Departamentos Federais;
c) Os auxiliares das administrações estaduais e municipais.

- XXIV — a) Polícia e poder de polícia;
b) Polícia preventiva e polícia repressiva;
c) Aparelhamento civil e militar;
d) Órgãos de controle social, econômico e sanitário.
- XXV — a) O contencioso administrativo;
b) Tribunal de Contas; organização e sistemas de controle financeiro;
c) O funcionalismo público em geral e o estatuto que o disciplina;
d) Assistência social do Estado.
- XXVI — a) O Ministério das Relações Exteriores;
b) Função política, cultural e econômica do Ministério das Relações Exteriores;
c) Organização antiga e organização atual;
d) Deveres e direitos do diplomata.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL
(50 Aulas)

I — O Direito Privado e seus dois ramos: o Direito Civil e o Direito Comercial. A unificação do Direito Privado. Classificação das matérias do Direito Civil e do Direito Comercial. O Direito Marítimo e o Direito Aeronáutico.

DIREITO CIVIL

- II — Da personalidade em geral. Capacidade e incapacidade. Domicílio civil. Registro público.
- III — Das obrigações e dos contratos: conceito, classificação.
- IV — Do direito das coisas: posse e direito de propriedade. Aquisição da propriedade móvel e da propriedade imóvel. Direitos reais de fruição e de garantia.
- V — Do direito de família: casamento; desquite. Relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges.
- VI — Do direito sucessório: sucessão legítima e testamentária. Noções fundamentais sobre inventário e partilha.

DIREITO COMERCIAL

- VII — Da profissão de comerciante: ato de comércio. Qualidade para ser comerciante. Obrigações do comerciante. O estabelecimento comercial.
- VIII — Das sociedades comerciais: suas diversas espécies.
- IX — Dos contratos comerciais: compra e venda; transporte; mandato e comissão.
- X — Dos títulos de crédito: cambial, cheque, duplicatas; conhecimentos de depósito e de transporte; *warrant*; debêntures.
- XI — Noções fundamentais sobre falências e concordatas.

DIREITO MARÍTIMO E AERONÁUTICO

- XII — Da exploração marítima e aeronáutica: navio e aeronave. Aquisição da propriedade. As figuras do armador, do capitão do navio, do comandante da aeronave. A tripulação e seu contrato. Responsabilidades do armador de navios.
- XIII — Do contrato, da utilização do navio e da aeronave. Fretamento. Transporte no direito aeronáutico.
- XIV — Do seguro marítimo e aeronáutico.
- XV — Avarias simples e comuns: regulação dessas últimas.
- XVI — Abalroação. Assistência e salvamento.

2.º ANO LETIVO

Não houve modificações — Vide Anuário de 1952.

CONCURSO DE PROVAS PARA O CARGO INICIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA

Vide Anuário de 1952.

LEGISLAÇÃO

Cria cargos de diplomata, estabelece com o título de Ministros para Assuntos Econômicos os cargos de Conselheiro Comercial do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados, na carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores mais vinte (20) cargos na classe "M", dez (10) na classe "L" e quinze (15) na classe "K".

Parágrafo único. Os cargos das classes "M" e "L", cuja criação é prevista neste artigo, serão imediatamente providos, mediante promoção dos atuais ocupantes das classes "L" e "K", respectivamente, da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, que satisfizerem os requisitos exigidos pela legislação em vigor. Os cargos da classe "K", tanto os criados por este artigo, quanto os vagos, resultantes das promoções acima, serão preenchidos por nomeação dos alunos aprovados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco, e por concurso de provas, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 2.º O artigo 11, alínea c, do Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. c) As promoções à classe "N" obedecerão também ao critério de merecimento, e a cada promoção, concorrerão, necessária e incondicionalmente, todos os funcionários da classe anterior, colocados nos dois primeiros terços da lista de antiguidade.

Parágrafo único. A lista de cada promoção à classe "N", constará dos nomes dos funcionários da classe "M", colocados nos dois primeiros terços, por ordem de antiguidade.

Art. 3.º São restabelecidos no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, com o título de Ministros para Assuntos Econômicos, os cargos isolados e de provimento efetivo de Conselheiros Comerciais.

§ 1.º Os cargos ora restabelecidos são em número de doze (12), sendo seis (6) do padrão "O" e seis (6) do padrão "N".

§ 2.º Para provimento dos cargos do padrão "O" são exigidos dez (10) anos de serviço público, sendo cinco (5) anos, pelo menos, de bons serviços prestados ao País no exterior, em setores de assuntos econômicos.

§ 3.º Os Ministros para Assuntos Econômicos exercerão suas funções no exterior, junto às Missões Diplomáticas, com as prerrogativas inerentes aos funcionários da carreira diplomática de igual

padrão; e, a estes últimos, fica estendido o direito de servir como Ministros para Assuntos Econômicos, desde que se tenham especializado na matéria e o Governo julgar necessário utilizar-lhes as aptidões nesse posto.

Art. 4.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, os créditos de Cr\$ 1.692.400,00 (um milhão seiscentos e noventa e dois mil e quatrocentos cruzeiros), e de Cr\$ 997.780,00 (novecentos e noventa e sete mil e setecentos e oitenta cruzeiros), suplementares, respectivamente, à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, subconsignação 01-04-06, e à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal extranumerário — subconsignação 05 — Mensalistas 04-06, do Orçamento da despesa do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1953, 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS

Vicente Rêo.

Oswaldo Aranha.

PORTARIA N.º 28, DE 27 DE NOVENBRO DE 1953

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO-BRANCO, usando das atribuições que lhe conferem os itens IV, XI e XXV, do artigo 11 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto número 24.883, de 28 de abril de 1948, e

Considerando a necessidade de prover o Instituto Rio-Branco de um órgão consultivo que dê assessoramento à Seção Técnico-Pedagógica na formulação de programas e normas de trabalho,

RESOLVE:

I — E' criada a Comissão Assessora da Seção Técnico-Pedagógica, a qual competirá submeter à aprovação do Diretor do Instituto Rio-Branco, até 31 de janeiro de 1954, um projeto de programa de atividade do Instituto para 1954.

II — São designados para integrar a Comissão Assessora:

Conselheiro Antônio Corrêa do Lago, Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco;
Segundo Secretário Miguel Alvaro Osorio de Almeida, do Departamento Econômico e Consular;
Segundo Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira, do Gabinete do Ministro de Estado;
Segundo Secretário Luiz de Almeida Nogueira Porto, do Departamento Político e Cultural;
Segundo Secretário Lauro Müller Neto, da Secretaria Geral;
Rocha, do Departamento de Administração;
Senhorita Marina de Barros e Vasconcellos, Encarregado da Seção Técnico-Pedagógica do Instituto.

III — A Comissão Assessora terá como presidente o Chefe da Secretaria do Instituto e como secretário o Encarregado da Seção Técnico-Pedagógica.

IV — A Comissão Assessora realizará as reuniões que forem necessárias, na base mínima de uma por semana.

V — A título de gratificação, os membros da Comissão Assessora receberão a importância de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) por reunião a que comparecerem.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1953.

LAFAYETTE DE CARVALHO E SILVA

PORTARIA N.º 30, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1953

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO-BRANCO, usando das atribuições que lhe conferem os itens IV, V, VIII, XI e XXIII do artigo 11 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto número 24.883, de 28 de abril de 1948, e

Considerando o disposto nos itens I e IV do Artigo 1.º do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto número 20.694, de 6 de março de 1946;

Considerando a próxima realização, em Caracas, da X Conferência Interamericana; e

Considerando a conveniência de preparar funcionários da Carreira de Diplomata, das classes "K" e "L", para os trabalhos relacionados com a participação do Brasil na referida Conferência,

RESOLVE:

I — Fica estabelecido, no Instituto Rio-Branco, o Seminário de Assuntos Interamericanos, destinado a dar a funcionários da Carreira de Diplomata, das classes "K" e "L", treinamento especializado nos assuntos relativos à participação do Brasil na X Conferência Interamericana, a realizar-se em Caracas, em março de 1954.

II — O Seminário de Assuntos Interamericanos constará de 20 sessões de duas horas cada uma e incluirá também pesquisas, discussões e relatórios. Haverá, no mínimo, uma sessão semanal.

III — Serão matriculados no Seminário de Assuntos Interamericanos, sem prejuízo de suas funções normais, 10 (dez) funcionários das classes "K" ou "L" da Carreira de Diplomata, lotados na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

IV — O Seminário de Assuntos Interamericanos será orientado pelo Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Accioly, assistido pelo Conselheiro Jayme Azevedo Rodrigues, ao qual competirá a direção das sessões de estudos.

V — Caberá ao orientador do Seminário de Assuntos Interamericanos uma gratificação global de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) e ao assistente uma gratificação de 300,00 (trezentos cruzeiros) por hora de aula.

Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1953.

LAFAYETTE DE CARVALHO E SILVA

RELATÓRIO REFERENTE A 1954

INSTITUTO RIO-BRANCO

1954

Diretor:

EMBAIXADOR LAFAYETTE DE CARVALHO E SILVA

Chefe da Secretaria:

MINISTRO ANTONIO CORRÊA DO LAGO (até 24 de setembro)

SECRETÁRIO LUIZ DE ALMEIDA NOGUEIRA PÔRTO

Chefe da Seção de Administração:

CÔNSUL MANUEL MARIA FERNANDEZ ALCÁZAR (até 7 de abril)

CÔNSUL JOSÉ MARIA VILAR DE QUEIROZ

Chefe da Seção de Pesquisas e Publicações:

FLÁVIO GARCIA DE SOUZA

Encarregado da Seção Técnico-Pedagógica:

PROFESSORA MARINA DE BARROS E VASCONCELOS

Elementos de Economia Política — Apresentaram-se 17 candidatos, não houve reprovações;
 Noções Fundamentais de Direito — Apresentaram-se 17 candidatos, todos aprovados.

provas Oraís:

Português;	}	
Francês;	}	
Inglês; e	}	17 candidatos; todos aprovados
Cultura Geral	}	

Foram os seguintes os candidatos aprovados:

Média final

1.º — Sérgio Paulo Rouanet	86,25
2.º — Amaury Bier	81,93
3.º — Guilherme Weinschenck	78,13
4.º — Eduardo Portela Neto	77,33
5.º — Sérgio da Veiga Watson	74,47
6.º — Pedro Carlos Neves da Rocha	73,13
7.º — Luiz Emery Trindade	72,49
8.º — Luiz Cláudio Pereira Cardoso	72,47
9.º — Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto	71,35
10.º — Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio	69,50
11.º — Octavio Eduardo Guinle	68,71
12.º — Murillo de Miranda Basto Júnior	68,71
13.º — Cláudio Cabussu Tourinho	68,24
14.º — Antonio Amaral de Sampaio	67,67
15.º — Asdrubal Pinto de Ulysséa	65,98
16.º — Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza	63,81
17.º — Enaldo Camaz de Magalhães	63,02

As bancas examinadoras, presididas pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, e assessoras pelo Ministro Antonio Corrêa do Lago, Chefe da Secretaria, e Professora Maria de Barros e Vasconcelos, Encarregada da Seção Técnico-Pedagógica, tiveram a seguinte constituição:

Português — Professores Carlos Henrique da Rocha Lima e Sylvio Edmundo Elia;
 Francês — Professora Louise Jaquier e Marina de Barros e Vasconcelos;

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

(C. P. C. D.)

EXAME VESTIBULAR PARA O ANO LETIVO DE 1955

As inscrições do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, para o ano letivo de 1955, foram abertas a 1.º de abril de 1954 e encerradas a 30 de junho do mesmo ano. Inscreveram-se 112 candidatos. Aos exames de sanidade e capacidade física, psíquica e moral, realizados nos meses de julho e agosto pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas, compareceram 98 candidatos dos quais 75 lograram aprovação.

A seguir, damos o movimento geral das provas realizadas:

Provas Escritas:

Português — Apresentaram-se 69 candidatos, foram aprovados 46;
 Francês — Apresentaram-se 46 candidatos, foram aprovados 25;
 Inglês — Apresentaram-se 25 candidatos, não houve reprovações;
 História do Brasil — Apresentaram-se 25 candidatos, foram aprovados 21;
 História Mundial Moderna — Apresentaram-se 21 candidatos, não houve reprovações;
 Geografia — Apresentaram-se 21 candidatos, foram aprovados 17, houve 1 desistente por motivo de saúde;

Inglês — Professores John Knox e John Mulholland;
 História do Brasil — Professor José Honório Rodrigues;
 História Mundial Moderna — Professor Mecnas Dourado;
 Geografia — Professor Hilgard O'Reilly Sternberg;
 Elementos de Economia Política — Professor Jayme Magrassi de Sá;
 Noções Fundamentais de Direito — Professor José Cândido Sampaio de Lacerda.
 Cultura Geral — Ministro João Guimarães Rosa e Professor Renato Costa Almeida.

PRIMEIRO ANO LETIVO

No Primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata foram matriculados 23 alunos: 18 candidatos aprovados no Exame Vestibular realizado em 1953 e cinco repetentes do ano anterior.

A Direção do Instituto Rio-Branco introduziu nesse Curso algumas modificações, a fim de imprimir melhor orientação ao ensino ministrado. Assim, foi adotado o sistema de períodos letivos semestrais, que permitiu a concentração dos estudos e a redução do número de matérias ensinadas simultaneamente. Além disso, foi adotada nova distribuição de matérias no Curso, destacando-se a inclusão de uma cadeira destinada ao estudo político das relações internacionais. O novo currículo foi aprovado pelo Decreto número 35.096, de 19 de fevereiro de 1954 (*).

Em julho foram os alunos submetidos às provas parciais e em novembro e dezembro aos exames finais, nos quais todos lograram aprovação. Concluíram o ano 19 alunos, em virtude da desistência de um e aprovação de três em concurso de provas.

CORPO DOCENTE

Português

Professor Carlos Henrique da Rocha Lima
 Professor Jesus Belo Galvão

Francês

Professora Louise Jaquier
 Professora Marina de Barros e Vasconcelos

Inglês

Professor John Mulholland

História Diplomática
 (História Diplomática e Social do Brasil e Política Mundial Contemporânea)

(*) Vide Legislação — 1954.

Professor Mecnas Dourado

Geografia Econômica

Professor Fabio de Macedo Soares Guimarães

Economia Política

Secretário Miguel Álvaro Ozório de Almeida
 Professor Jayme Magrassi de Sá

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Hamilton Leal

Direito Civil e Comercial

Professor José Cândido Sampaio de Lacerda

EXAMINADORES

Português

Professores Carlos Henrique da Rocha Lima
 Jesus Belo Galvão

Francês

Professoras Louise Jaquier e
 Marina de Barros e Vasconcelos

Inglês

Professores John Knox e John Mulholland

Geografia

Professor Fabio de Macedo Soares Guimarães

História Diplomática

Professor Mecnas Dourado

Economia Política

Professor Jayme Magrassi de Sá

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Hamilton Leal

Direito Civil e Comercial

Professor José Cândido Sampaio de Lacerda.

CORPO DISCENTE

(Em ordem de classificação)

- 1.º — Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho (Minas Gerais)
- 2.º — Edmundo Radwanski (Santa Catarina)
- 3.º — Regina Victoria Castello Branco (São Paulo)
- 4.º — Pedro Hugo Fabricio Belloc (Rio Grande do Sul)
- 5.º — João Tabajara de Oliveira (São Paulo)
- 6.º — José Bonifácio Lourenço de Andrada (Minas Gerais)
- 7.º — Jorge Pires do Rio (Distrito Federal)
- 8.º — Victor Augusto Nunes Vasseur (Distrito Federal)
- 9.º — Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro (Argentina — Brasileiro de acordo com o art. 129, Item 2 da Constituição de 1946).
- 10.º — Mário Wilson Fernandes (Distrito Federal)
- 11.º — Michael Joseph Corbett (Distrito Federal)
- 12.º — André Guimarães (Holanda — Brasileiro de acordo com o artigo 129, item 2.º da Constituição de 1946).
- 13.º — Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa (Distrito Federal)
- 14.º — Luiz Carlos Barreto Thedim (Distrito Federal)
- 15.º — Gil Roberto Fernando de Ouro Preto (Áustria — Brasileiro de acordo com o art. 129, Item 2.º da Constituição de 1946).
- 16.º — Luiz Horácio de Oliveira Lacerda (Distrito Federal)
- 17.º — Antônio Arruda Câmara Filho (Rio Grande do Norte)
- 18.º — Marco Aurelio dos Santos Chaudon (Distrito Federal)
- 19.º — Odilon de Camargo Penteado (Distrito Federal)

SEGUNDO ANO LETIVO

O 2.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata iniciou-se no mês de março de 1953, com 20 alunos, dos quais três se desligaram mais tarde por terem ingressado na Carreira através do concurso direto. As provas parciais foram realizadas no mês de junho e as finais em novembro e dezembro do mesmo ano.

Concluíram o curso os seguintes alunos, relacionados de acordo com a classificação obtida:

- 1.º — Marcílio Marques Moreira
- 2.º — Ronald Leslie de Moraes Small
- 3.º — Alcides da Costa Guimarães Filho
- 4.º — Pedro Emílio Penner da Cunha
- 5.º — Paulo Monteiro Lima
- 6.º — Guy Marie de Castro Brandão
- 7.º — Octávio Rainho da Silva Neves
- 8.º — José Olímpio Rache de Almeida
- 9.º — Maria Sandra Cordeiro de Mello
- 10.º — Lindolfo Leopoldo Collor
- 11.º — Sérgio Fernando Guarischi Bath
- 12.º — Carlos Augusto de Proença Rosa
- 13.º — Luiz Loureiro Dias Costa
- 14.º — Augusto Estellita Lins
- 15.º — Renato Madasi
- 16.º — Fernando de Salvo Souza
- 17.º — Lael Simões Barbosa Soares

A entrega dos diplomas teve lugar a 8 de dezembro, no Ministério das Relações Exteriores, em cerimônia presidida

por Sua Excelência o Senhor João Café Filho, Presidente da República, sendo paraninfo da turma o General Juarez Távora e orador o diplomando Augusto Estellita Lins. O decreto de nomeação dos novos diplomatas foi assinado a 9 do mesmo mês.

CORPC. DOCENTE

Português

Professor Jesus Belo Galvão
Professor Carlos Henrique da Rocha Lima;

Francês

Professora Louise Jaquier
Professora Marina de Barros e Vasconcellos;

Inglês

Professor John Knox;

História Diplomática (História Política e Social do Brasil)

Professor Mecenas Dourado;

Geografia Econômica

Professor Hilgard O'Reilly Sternberg;

Política Econômica

Secretário João Baptista Pinheiro
Professor José Nunes Guimarães;

Política Internacional (Política Mundial Contemporânea)

Professor Aldemar Hora Dantas de Brito;

Direito Internacional Público

Secretário Carlos Calero Rodrigues;

Direito Internacional Privado

Professor Oscar Accioly Tenório;

Orientação Profissional

Ministro Antônio Corrêa do Lago.

EXAMINADORES

Português

Professor Carlos Henrique da Rocha Lima e
Professor Sylvio Edmundo Elia;

Francês

Professora Louise Jaquier e
Professora Marina de Barros e Vasconcellos;

Inglês

Professores John Knox e John Mulholland;

Direito Internacional Público

Secretário Carlos Calero Rodrigues;

Direito Internacional Privado

Professor Oscar Accioly Tenório;

Política Econômica

Professor José Nunes Guimarães;

Política Internacional

Professor Aldemar Hora Dantas de Brito.

TURMA DIPLOMADA EM 1954

Alcides da Costa Guimarães Filho (Distrito Federal).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Estudante do Curso de Doutorado da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Certificado do Curso de férias sobre instituições, literatura e língua inglesa da Universidade de Cambridge — Inglaterra — "Davies's Certificate in English" — Davies Londres.

Augusto Estellita Lins (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Carlos Augusto de Proença Rosa (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Fernando de Salvo Souza (Minas Gerais.)

Estudante da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.

Guy Marie de Castro Brandão (França — Brasileiro de acôrdo com o art. 129, item II, da Constituição de 1946).

Curso Científico pela Universidade de Paris. Certificado de adaptação expedido pelo Colégio Pedro II.

José Olímpio Rache de Almeida (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Laél Simões Barbosa Soares (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Lindolfo Leopoldo Collor (Rio Grande do Sul).

Estudante da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro — Curso de Filosofia no Assumption College.

Luiz Loureiro Dias Costa (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Marcílio Marques Moreira (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Maria Sandra Cordeiro de Mello (Mato Grosso).

Estudante da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Oclávio Rainho da Silva Neves (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Paulo Monteiro Lima (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Pedro Emilio Penner da Cunha (Pará).

Certificado de Curso Científico. Diploma de Contador. Cursos Universitários no Seattle College, University of Washington (U.S.A.) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Renato Madasi (Bahia).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Ronald Leslie Moraes Small (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Sérgio Fernando Guarischi Bath (Distrito Federal).

Certificado de Curso Científico. Curso de Sociologia Rural do Professor Washeley do Ministério da Educação e Saúde.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

C. A. D.

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, conforme estatui o Regulamento do Instituto Rio-Branco, tem por finalidade o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários ocupantes de cargos da Carreira Diplomática.

As matérias do currículo desse Curso, na maior parte de natureza técnica, correspondem a uma coordenação dos conhecimentos peculiares à carreira. Representam a parte prática de um plano de ensino, realizado em etapas anteriores, como um alcance comum a todos os diplomatas. Os programas deste Curso identificam-se com a experiência de serviços da carreira.

Movem-se, portanto, dentro das linhas de interesse profissional e, por isso mesmo, desde 1946 têm sofrido modificações na sua organização.

Este ano o Curso se realizou de 28 de junho a 10 de setembro, tendo sido alterado pela Portaria Ministerial de 21 de junho de 1954. (*)

Resentia-se o currículo do C.A.D. da falta de uma disciplina essencial: o estudo dos problemas políticos internacionais, especialmente os que mais de perto dizem respeito ao Brasil. Essa lacuna foi sanada sem alteração da legislação vigente, através da inclusão do estudo daqueles problemas na cadeira de Prática Diplomática, que ficou destarte dividida em duas seções: a) Problemas Internacionais; b) Organização e Métodos de Trabalho do Serviço Diplomático. A primeira parte foi ministrada sob a forma de conferências,

(*) Vide Legislação — 1954.

a cargo de pessoas com conhecimentos especiais de cada problema; as conferências eram seguidas de debates dos assuntos ventilados.

Por outro lado, o ensino das cadeiras correlatas de Tratados e Política Econômica do Brasil e de Estudos Brasileiros, foi integrado num só plano de estudos que compreendeu os seguintes pontos: a) Postulados teóricos de desenvolvimento econômico; b) Problemas sócio-econômicos do Brasil na fase atual; c) Aspectos internacionais da política econômica do Brasil. Sob a coordenação do Ministro Henrique de Souza Gomes, realizaram-se as seguintes conferências:

“Panorama Político Mundial. A posição do Brasil”
Embaixador Henrique de Souza Gomes.

“Sistema Mundial de Segurança Coletiva. A posição do Brasil na ONU”
Secretário Carlos Calero Rodrigues.

“Panorama do Hemisfério e Política dos Estados Unidos da América na América Latina”
Secretário Luiz de Almeida Nogueira Porto.

“Segurança coletiva do hemisfério. A posição do Brasil na OEA”
Embaixador Hildebrando Accoly.

“Panorama sul-americano e política argentina”
Secretário José Augusto de Macedo Soares.

“Zonas de fricção na América Latina”
General A. C. de Oliveira e Cruz.

“A política do Brasil na América do Sul”
Embaixador Vasco T. Leão da Cunha.

“Política exterior dos Estados Unidos da América”
Secretário Carlos Calero Rodrigues.

“Relações entre o Brasil e os Estados Unidos”
Embaixador João Carlos Muniz.

“O problema da Segurança Nacional”
General Juarez Tavora.

“O poder nacional: — seus móveis, interesses e aspirações; realismo e idealismo políticos”
Ministro Jorge Emilio de Souza Freitas.

“O poder nacional: — sua avaliação objetiva. A dinâmica do poder nacional”
Capitão de Mar e Guerra Eurico Magno de Carvalho.

“O poder nacional: — seus fundamentos geográficos”
Professor Fábio Macedo Soares Guimarães.

“O poder nacional: — seus fundamentos políticos. A ação política no âmbito externo”
Embaixador Vasco T. Leão da Cunha.

“O poder nacional: — seus fundamentos psico-sociais; a ação psico-social. Características psico-sociais do povo brasileiro”
Professor Austregésilo de Athayde.

“O poder nacional: — seus fundamentos econômicos; a ação econômica”
Professor J. Nunes Guimarães.

“O poder nacional: — seus fundamentos militares; a ação militar”
Cel. Aviador Clovis Travassos.

“O poder nacional: — suas limitações de ordem interna e externa”
Ministro Antonio Corrêa do Lago.

Dos 14 alunos inscritos ex-offício e um voluntário, treze foram aprovados, na seguinte ordem de classificação:

- 1.º José Maria Vilar de Queiroz;
- 2.º João Frank da Costa;
- 3.º Augusto Graeff;
- 4.º Dário Moreira de Castro Alves;
- 5.º Ronaldo Costa;
- 6.º Afonso Arinos de Melo Franco;
- 7.º Olhon Guimarães;
- 8.º Italo Zappa;
- 9.º Henrique Augusto de Araújo Mesquita;
- 10.º Luiz de Moura Barbosa;
- 11.º Paulo Nogueira Batista;
- 12.º Sérgio de Champerbaud Weguelin Vieira;
- 13.º Aloisio Marés Dias Gomide.

CORPO DOCENTE

Prática Diplomática — (Problemas Internacionais)
Ministrada numa série de 18 conferências e debates coordenados pelo Ministro Henrique de Souza Gomes;

Prática Diplomática — (Organização e Métodos de Trabalho)
Secretário Luiz de Almeida Nogueira Porto;

Prática Consular
Consul Geral Alfredo Polzin;

Tratados e Política Econômica do Brasil e Estudos Brasileiros
Professor Jayme Magrassi de Sá.

EXAMINADORES

Prática Diplomática — (Problemas Internacionais)
Secretário Carlos Calero Rodrigues.

As demais matérias foram examinadas pelos respectivos professores.

Foram reprovados 2 candidatos que estavam prestando exame amparados por mandado de segurança.

provas Intelectuais Classificatórias — Escritas

História do Brasil;
História Moderna e Política Mundial Contemporânea;
Geografia Econômica;
Economia Política;
Noções de Direito Constitucional e Administrativo;
Noções de Direito Civil e Comercial;
Cultura Geral.

Provas Intelectuais Classificatórias — Oraís

Português;
Francês;
Inglês.

Conseguiram média global 11 candidatos

Damos a seguir, por ordem de classificação, a lista final dos candidatos aprovados neste concurso, entre os quais se encontram 6 alunos do C.P.C.D., sendo 3 do 1.º ano e 3 do 2.º ano:

- 1.º — Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavaleanti
- 2.º — Luiz Paulo Lindenberg Sette
- 3.º — Agenor Soares dos Santos
- 4.º — Oswaldo Biato
- 5.º — Ayrton Gonzalez Gil Dieguez
- 6.º — Joaquim Ignacio Amazonas Mac-Dowel
- 7.º — Marcel Dezon Costa Hasslocher
- 8.º — Adhamar Soares de Carvalho
- 9.º — Antônio Patriota
- 10.º — Antônio Carlos de Souza Tavares
- 11.º — Antônio Conceição.

Por decreto de 16 de julho de 1954, foram nomeados os candidatos selecionados, acima referidos, que entraram em exercício no cargo classe "K" da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

BANCA EXAMINADORA

Presidente

Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, Diretor do Instituto Rio-Branco

Assessores

Ministro Antonio Corrêa do Lago, Chefe da Secretaria do IRBr;
Professora Marina de Barros e Vasconcellos, Encarregada da Seção Técnico-Pedagógica;
Cônsul José Maria Vilar de Queiroz, Chefe da Seção de Administração;
Flávio Garcia de Souza, Chefe da Seção de Pesquisas e Publicações.

CONCURSO DE PROVAS PARA O CARGO INICIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA

O Concurso de Provas para o Cargo Inicial da Carreira de Diplomata, cujas inscrições haviam sido abertas em fevereiro de 1953, conforme nota em anuário do mesmo ano, realizou-se em 1954, obedecendo às disposições da Lei número 2.060 (*), de 5 de novembro de 1953, que ampliou os quadros da Carreira de Diplomata, do Decreto n.º 35.096, de 19 de fevereiro, e das Portarias Ministeriais de 25 de janeiro e 11 de fevereiro de 1954 (*), completadas por Instruções do Diretor do Instituto Rio-Branco de 20 de fevereiro.

As inscrições foram prorrogadas por 3 vezes, encerrando-se em 20 de fevereiro de 1954. O concurso teve início a 19 de abril do mesmo ano.

Segue-se o movimento geral do referido concurso:

Candidatos inscritos: 178

Compareceram ao Exame de Capacidade física, psíquica e moral, no Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas 117
Aprovados 75
Deixaram de concluir o referido exame 10

Provas Intelectuais Eliminatórias

Português — Compareceram 62 candidatos — Aprovados 34
Francês — Compareceram 34 candidatos — Aprovados 29
Inglês — Compareceram 29 candidatos — Aprovados 21
Direito Internacional Público — Compareceram 21 candidatos 11
— Aprovados 11
Direito Internacional Privado — Compareceram 11 candidatos 11
— Aprovados 11

(*) Vide Legislação — 1953.
(*) Vide Legislação — 1954.

EXAMINADORES

Português

Professores Jesus Belo Galvão e
Sylvio Edmundo Elia

Francês

Professoras Louise Jaquier e
Marina de Barros e Vasconcelos

Inglês

Professores John Knox e
John Mulholland

Direito Internacional Público

Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Accioly e
Secretário Carlos Calero Rodrigues

Direito Internacional Privado

Professores Oscar Accioly Tenório e
Haroldo Valadão

História do Brasil

Professores José Honório Rodrigues e
Ministro Sérgio Correa Affonso da Costa

História Moderna e Política Mundial Contemporânea

Professores Mecenas Dourado e
Eremildo Luiz Viana

Geografia Econômica

Professores Hilgard O'Reilly Sternberg e
Fábio Macedo Soares Guimarães.

Economia Política

Secretário João Baptista Pinheiro e
Professor Jayme Magrassi de Sá

Noções de Direito Constitucional e Administrativo

Deputado Arthur Santos e
Professor Hamilton Leal

Noções de Direito Civil e Comercial

Professores José Cândido Sampaio de Lacerda e
Thiers Martins Moreira

Cultura Geral

Ministro João Guimarães Rosa e
Professor Renato Costa Almeida

TURMA DIPLOMADA NO CONCURSO DE PROVAS DE 1954

Adhamar Soares de Carvalho — (Paraíba).

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Oficial de Gabinete do Interventor Federal no Estado da Paraíba, em 1945. Secretário da Interventoria no Estado da Paraíba, em 1946. Secretário do Presidente da Câmara dos Deputados, em 1947. Oficial de Gabinete do Presidente da Câmara dos Deputados, em 1951.

Agenor Soares dos Santos --- (Distrito Federal).

Licenciado em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. Professor de Literatura Norte-Americana e de Didática Especial de Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Maria; Professor no Colégio Estadual de Minas Gerais em Belo Horizonte. Auxiliar de Gabinete do Governador do Estado de Minas Gerais em 1947.

Antônio Carlos de Souza Tavares — (Estado do Rio de Janeiro).

Estudante de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Antônio Conceição — (Sergipe).

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia.

Antônio Patriola — (Rio Grande do Norte).

Bacharel em Jornalismo pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Chefe da Seção Administrativa do Programa do Rio Doce, Serviço Especial da Saúde Pública, de 1944 a 1946. Assessor Econômico da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico. Assessor Econômico da Delegação do Brasil ao V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina, em Petrópolis. Representante do Itamaraty no 1.º Congresso Latino-Americano dos Problemas da Terra (F.A.O.), em Campinas. Representante do Itamaraty na Comissão do Conselho Nacional do Petróleo encarregada das negociações com a Delegação Econômica da Bolívia, de aquisição de derivados de petróleo.

Aynton Gonzalez Gil Diegues — (Distrito Federal).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal.

Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavalcanti — (Pernambuco).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Curso na Academia de Direito Internacional de Haia.

Joaquim Ignacio Amazonas Mac-Dowell — (Para).

Estudante de Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Luiz Paulo Linderberg Sette — (Espírito Santo).

Estudante de Direito da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Marcel Dezon Costa Hasslocher — (Distrito Federal).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Oswaldo Biato — (Distrito Federal).

Licenciado em Letras Neolatinas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

COMISSÃO ASSESSORA DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

A Comissão Assessora encerrou os seus trabalhos após a realização de um total de 10 reuniões e suas atividades estão registradas nas respectivas atas das sessões.

Como consequência destes trabalhos, algumas modificações foram propostas, das quais se destacam as contidas no Decreto n.º 35.096, de 19 de fevereiro de 1954, e na portaria do Diretor do Instituto, de 11 do mesmo mês e ano. (*)

(*) Vide Legislação — 1954.

SEMINÁRIO DE ASSUNTOS INTERAMERICANOS

Coube ao Instituto Rio-Branco, pelas suas atribuições de dar preparo técnico aos funcionários do Itamaraty, promover o Seminário de Assuntos Interamericanos, especialmente destinado aos diplomatas que deveriam servir na X.^a Conferência Interamericana realizada em Caracas. Regulou a matéria a Portaria de 7 de dezembro de 1953. (*)

O Seminário em causa, sob a orientação do Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Accioly e direção do Ministro Jayme Azevedo Rodrigues, teve início em 9 de janeiro de 1954, terminando em 13 de fevereiro do mesmo ano.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Conforme ocorreu no ano precedente, devido à carência de verba, o Instituto Rio-Branco não deu o andamento planejado aos trabalhos da Seção de Pesquisas e Publicações.

No princípio do ano, foram entregues, pela Imprensa Nacional, as seguintes publicações que haviam saído do prelo ao findar o ano de 1953: "Cartas ao Amigo Ausente", de autoria de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio-Branco (Prefácio e notas de José Honório Rodrigues), e "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)", Parte 4.^a, tomo I, (volume de documentos), organizado pelo Professor Jaime Cortesão.

Procedeu-se à revisão de provas e numeração dos documentos de referência, do II tomo da Parte 1.^a (Histórico) da obra do Professor Cortesão, acima mencionada, achando-se a mesma em preparação na Imprensa Nacional.

(*) Vide Legislação — 1953.

BIBLIOTECA

O acervo da biblioteca do Instituto Rio-Branco foi aumentado com a aquisição de obras de referência e de assuntos políticos e sociais. Recebeu também algumas doações, destacando-se dentre os doadores o Secretário Miguel Alvaro Ozório de Almeida, que ofereceu 218 volumes sobre economia, os quais foram devidamente catalogados e relacionados.

PROGRAMAS

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR

Não houve modificações — Vide Anuário de 1952.

1.º ANO LETIVO

PORTUGUÊS

I — Objetivos:

1. Dar ao aluno a capacidade de expor, oralmente e sobre-tudo por escrito, suas idéias, pensamentos e sentimentos acerca de assuntos gerais.
2. Capacitar o aluno a assimilar e a interpretar, oralmente e sobretudo por escrito, o que lê ou o que ouve.

II — Atividades correlatas:

1. Prática de redação sobre temas pertinentes a História, Política Econômica, Geografia, Direito, etc.
2. Leitura de textos literários e profissionais.
3. Prática de exposições orais sobre assuntos dados na hora ou previamente determinados.

III — Procedimentos didáticos:

1. Correção comentada das redações, em que se subministrarão as noções e exercícios gramaticais ou estilísticos necessários à expressão clara, correta, própria e expressiva.
2. Interpretação comentada dos textos lidos, acompanhada, quando necessário, de exercícios gramaticais e estilísticos.
3. Exercícios práticos de prosódia, vocabulário e fraseologia.

IV — Material didático:

1. Listas de temas para a redação e exposição oral.
2. Textos de leitura mimeografados.
3. Exercícios práticos mimeografados.

FRANÇÊS

1. Estudo da expressão escrita e oral.
Aperfeiçoamento dos conhecimentos já adquiridos na língua francesa.

2. Gramática:

- a) Emprego do verbo nas diversas orações;
- b) Regência e concordância;
- c) Emprego correto das preposições;
- d) Prática no emprego corrente dos pronomes pessoais e relativos;
- e) Casos de sintaxe;
- f) Construção e equilíbrio da frase.

3. Tradução e versão:

- a) Estudo comparativo das duas línguas;
- b) Particularidades de lingüística.

4. Leitura e interpretação de textos, aquisições do vocabulário e da expressão por meio de exercícios práticos. Aperfeiçoamento da pronúncia.
5. Conversação, exposições e debates coletivos.

INGLÊS

I — Uso da língua falada:

1. Aperfeiçoamento da pronúncia;
2. Treinamento do ouvido;
3. Variantes regionais da pronúncia;
4. Traços característicos da língua falada (gramática, vocabulário);
5. Expressões usadas nas relações sociais;
6. Prática por meio de conversação, palestras e debates.

II — Uso da língua escrita:

1. Revisão geral da gramática;
2. Construção de frases e colocação de palavras;
3. Correção de erros típicos de gramática e vocabulário;
4. Leitura e interpretação de textos versando sobre tópicos políticos, econômicos e comerciais;
5. Exercícios de redação;
6. Correspondência oficial e social;
7. Exercícios de tradução e versão.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL E DO CONTINENTE AMERICANO

- I — A formação de nossas fronteiras: os tratados de Utrecht e de Madrid;
- II — A Independência do Brasil e o seu reconhecimento;
- III — A Independência da província Cisplatina: ação diplomática;
- IV — O comércio dos escravos e o seu aspecto diplomático;
- V — O Brasil e os Estados do Prata;
- VI — A guerra do Paraguai;
- VII — A questão Christie: o caso dos Bispos e a Santa Sé;
- VIII — A República e o seu reconhecimento;
- IX — A Revolta da Armada e a rutura das relações diplomáticas com Portugal, a ocupação pelos ingleses da ilha da Trindade;

- X — A questão das Guianas;
- XI — As nossas fronteiras com o Peru, a Colômbia e a Bolívia;
- XII — A questão do Acre e o tratado de Petrópolis;
- XIII — Rio Branco e a diplomacia da Paz;
- XIV — Os Estados Unidos e as nações latino-americanas;
- XV — A intervenção europeia nos negócios da América e a doutrina de Monroe;
- XVI — A política isolacionista da América do Norte e sua evolução;
- XVII — O Pan-americanismo;
- XVIII — Conflitos interamericanos;
- XIX — A América e as duas Grandes Guerras.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA MUNDIAL

- I — Dos tratados de Westphalia ao Congresso de Viena.
- II — 1815-1848. O Congresso de Viena. A situação europeia no período que se segue ao Congresso de Viena até 1848. Os problemas nacionais e internacionais; seus caracteres e objetivos. Tendências dominantes da política de cada potência. A Santa Aliança e o sistema de Metternich.
- III — 1848-1870. As consequências diplomáticas das revoluções de 1848. A europeização do mundo. A Ásia e o contacto com os europeus. Novas concepções coloniais. Napoleão III e a Europa. A política de Bismark e as guerras com a Áustria e a França.
- IV — 1870-1904. A preponderância alemã. O desenvolvimento industrial e o imperialismo colonizador. As grandes potências e os principais problemas internacionais; técnica de sua solução: conflitos, alianças, congressos e tratados. O equilíbrio europeu.
- V — 1904-1939. A Guerra russo-japonesa: consequências internacionais. O expansionismo austro-alemão. A paz de Versalhes. As consequências políticas nacionais. As crises balcânicas e as origens da Primeira Grande Guerra. A Primeira Grande Guerra e seu aspecto mundial pelo jogo das alianças.
- VI — A Segunda Grande Guerra. Principais acontecimentos precursadores da conflagração. As ideologias políticas. A paz.

GEOGRAFIA

1.º semestre — Geografia do Brasil

I — Introdução. Conceitos fundamentais.

1. Conceituação da Geografia moderna, suas relações com outras ciências, divisão da Geografia.

II — Aspectos gerais da Geografia do Brasil.

2. Estrutura geológica e relevo.
3. Clima, hidrografia e vegetação.
4. Populações e migrações.

III — As regiões brasileiras e seus problemas geo-econômicos.

5. O conceito de região e a divisão regional do Brasil.
6. A Amazônia: aspectos gerais, importância da produção extrativa, o problema da valorização da Amazônia.
7. O nordeste: aspectos gerais, contrastes regionais, o problema da seca.
8. O Leste: aspectos gerais; complexidade; a valorização do vale do São Francisco, o problema da recuperação de áreas empobrecidas.
9. O Sul: aspectos gerais; a colonização européia, fontes pioneiras; o problema do trigo.
10. O Centro-Oeste: aspectos gerais; problemas de povoamento; importância da pecuária extensiva.

IV — Principais aspectos geo-econômicos gerais.

11. Produção agro-pecuária; sistemas agrícolas; problemas gerais da agricultura brasileira, a pecuária e o problema da produção de carne e laticínios.
12. Combustíveis e fontes de energia; o carvão mineral e a lenha; o problema do petróleo e o dos chistos oleíferos; a hulha branca.
13. Mineração e indústria; os minerais industriais e preciosos, o ferro e a indústria siderúrgica; os problemas gerais da industrialização.
14. Transportes e comunicações; fatores geográficos e evolução; aspectos peculiares ao Brasil.

V — Aspectos geopolíticos.

15. Fronteiras; formação, situação atual e pontos de fricção; divisão territorial; o problema da interiorização da capital.

2.º semestre — *Geografia Econômica e Política Mundial*

I — América Latina.

1. Aspectos gerais e divisão regional da Bacia do Prata; as regiões naturais da Argentina e sua exploração econômica; o pampa e sua importância mundial como região produtora de alimentos.
2. Problemas atuais da agricultura e da indústria argentinas. O Uruguai.
3. A Bolívia; contrastes regionais, importância geopolítica. O Paraguai.
4. Os países do Pacífico, América Central e Antilhas.

II — Estados Unidos e Canadá.

5. Geografia Física e Humana Geral dos Estados Unidos e Canadá. Divisão regional.
6. As grandes regiões agrícolas (o "corn belt", o "cotton belt", a região tritícola e a Califórnia).
7. As grandes regiões industriais. Condições geográficas de localização das indústrias.

III — A U.R.S.S. e seus satélites europeus.

8. Geografia Física e Humana Geral da União Soviética. Divisão regional. A "heartland" e o problema do acesso aos mares.
9. Problemas da agricultura e da indústria soviéticas.
10. Os satélites da U.R.S.S., sua importância agrícola e perspectivas de sua industrialização.

IV — A Europa Ocidental e Meridional.

11. O potencial econômico da Europa Ocidental e os problemas de sua unificação.
12. O Mediterrâneo e sua importância estratégica.

V — Ásia.

13. O problema da valorização das grandes aglomerações asiáticas.

VI — Estudo geo-econômico dos grandes produtos mundiais.

14. O petróleo. As regiões petrolíferas. Organização da indústria do petróleo. Influência sobre a potência e a política das nações.
15. O ferro e a indústria siderúrgica. As principais áreas da indústria pesada.
16. Os cereais. As principais áreas produtoras de alimentos.

VII — Noções gerais de Geopolítica.

17. Geopolítica e Geografia Política. O espaço, a posição e o "dominium" como fundamentos do poder nacional. As teorias geopolíticas, o poder marítimo e o poder terrestre.

ECONOMIA POLÍTICA

1.º Semestre

I — Análise Econômica

Os problemas da determinação de preços e da distribuição da renda nacional (salários, juros, lucros e renda) deverão ser examinados em seus aspectos estáticos e dinâmicos, bem como no seu contexto institucional e sob várias condições de competição.

O objetivo fundamental será ajudar o estudante na aquisição dos instrumentos teóricos do raciocínio econômico, aplicáveis aos problemas básicos sócio-econômicos, necessários à formação de julgamentos seguros e independentes.

II — Primeira Parte

1. Introdução — Fatos Econômicos e Teoria Econômica.
2. O Processo Produtivo — Produção e troca; bens e serviços; consumo e investimentos.

3. Os Fatores de Produção — O trabalho, o capital e os bens naturais.

4. O Produto Social — A renda nacional; problemas de distribuição.

III — Segunda Parte

5. Teoria do Valor — Introdução e perspectiva histórica.

6. Teoria da Procura — Análise através da utilidade marginal; elasticidade de procura; procura derivada; análise através dos mapas de indiferença.

7. Teoria da Oferta — Conceito de custos — custo a curto prazo e a longo prazo.

8. Teoria de Determinação de Preços — Em competição perfeita; em competição monopolística.

2.º Semestre

I — Teoria Monetária e Fiscal

1. Moeda e Crédito — Os preços e a moeda. Inflação e deflação. A teoria quantitativa do valor da moeda. A procura do dinheiro para satisfazer o desejo de liquidez. A taxa de juros e o volume da moeda em circulação.

2. O Sistema Bancário — A criação de depósitos. Controle bancário e os Bancos centrais. Instrumentos de controle.

3. Poupanças, Consumo e Investimento — A igualdade e desigualdade entre poupanças e investimentos. A propensão marginal para poupar e para consumir.

4. A Teoria da Determinação da Renda — A determinação do equilíbrio da renda. Investimento e renda. O multiplicador e o princípio da aceleração. Amplitudes inflacionárias e deflacionárias.

5. Introdução à Política Fiscal — O efeito das despesas governamentais sobre a determinação da renda. Efeito dos impostos sobre a escala do consumo. A incidência dos impostos. As diferentes formas de se financiar as atividades governamentais.

6. Noções de teoria da conjuntura — Prosperidade e Depressão. As fases das flutuações cíclicas de conjuntura econômica. A formação de capital como o elemento dinâmico do sistema econômico.

7. Política Fiscal. — A política fiscal a curto e a longo prazos. Compensação contracíclica. Estagnação e euforia seculares.

8. Política Monetária e Fiscal — A dívida pública e o seu resgate. Dívida externa e dívida interna. A gestão da dívida nacional e a política monetária. O conceito de pleno emprego. O objetivo de levar a renda nacional ao nível de pleno emprego, sem inflação.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

I — O Direito Privado e seus dois ramos: o Direito Civil e o Direito Comercial. A unificação do Direito Privado. Classificação das matérias do Direito Civil e do Direito Comercial. O Direito Marítimo e o Direito Aeronáutico.

DIREITO CIVIL

II — Da personalidade em geral. Capacidade e incapacidade. Domício civil. Registro público.

III — Das obrigações e dos contratos: conceito, classificação.

IV — Do direito das coisas: posse e direito de propriedade. Aquisição da propriedade móvel e da propriedade imóvel. Direitos reais de fruição e de garantia.

V — Do direito de família: casamento, desquite. Relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges.

VI — Do direito sucessório: sucessão legítima e testamentária. Noções fundamentais sobre inventário e partilha.

DIREITO COMERCIAL

VII — Da profissão de comerciante: ato de comércio. Qualidade para ser comerciante. Obrigações do comerciante. O estabelecimento comercial.

VIII — Das sociedades comerciais: suas diversas espécies.

IX — Dos contratos comerciais: compra e venda; transporte; mandato e comissão.

X — Dos títulos de crédito: cambial, cheques duplicatas; conhecimentos de depósito e de transporte; "warrant" de benéfices.

XI — Noções fundamentais sobre falências e concordatas.

DIREITO MARÍTIMO E AERONÁUTICO

XII — Da exploração marítima e aeronáutica: navio e aeronave. Aquisição da propriedade. As figuras do armador, do capitão do navio, do comandante da aeronave. A tripulação e seu contrato. Responsabilidade do armador de navios.

XIII — Do contrato, da utilização do navio e da aeronave. Fretamento. Transporte no direito aeronáutico.

XIV — Do seguro marítimo e aeronáutico.

XV — Avarias simples e comuns: regulação dessas últimas.

XVI — Abalroação. Assistência e salvamento.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

DIREITO CONSTITUCIONAL

- I — a) Noção de Estado;
b) Teoria Geral do Estado;
c) Elementos essenciais do Estado: Nação, Povo e Território.
- II — a) Noção de soberania;
b) Formação histórica do conceito de soberania;
c) Teorias negativistas da soberania nos planos interno e externo do Estado.
- III — a) Da personalidade jurídica do Estado;
b) Fins do Estado;
c) Conceito de bem público.
- IV — a) Evolução histórica do Estado;
b) Conceição antiga e moderna do Estado;
c) Estado liberal e Estado totalitário.
- V — a) Formas de governo: classificações antigas e modernas;
b) Monarquia e República;
c) Democracia direta e representativa.
- VI — a) Unitarismo. Confederação e Federação;
b) Parlamentarismo e Presidencialismo;
c) Noção do sufrágio.
- VII — a) Conceito de Constituição;
b) Formas de Constituição: costumeira e escrita;
c) Elaboração constitucional;
d) Relações do Direito Constitucional com os demais ramos do Direito.
- VIII — a) Manifestações constitucionalistas no Brasil e a primeira Constituição adotada entre nós;
b) Regime constitucional: no Império e na República;
c) Movimentos revolucionários de caráter político no período republicano;
d) A Constituição de 1946.
- IX — a) Organização federativa: Estados, Distrito Federal e Territórios;
b) Competência da União e supletiva dos Estados;
c) Intervenção federal nos Estados;
d) Princípios constitucionais da União.
- X — a) Discriminação de rendas: da União e dos Estados;
b) Autonomia Municipal;
c) Intervenção nos Municípios;
d) Competência concorrente da União, Estados e Municípios.
- XI — a) Do Poder Legislativo da União: Câmara dos Deputados e Senado Federal;
b) Atribuições legislativas em geral;
c) Das Leis e do Orçamento;
d) O Tribunal de Contas: organização e funções.

- XII — a) Do Poder Executivo da União: Presidente da República;
b) O Vice-Presidente da República;
c) Atribuições e responsabilidade do Presidente da República;
d) Ministro de Estado.
 - XIII — a) Do Poder Judiciário;
b) Justiça Comum e Justiça Especializada;
c) Supremo Tribunal Federal;
d) Tribunal Federal de Recursos.
 - XIV — a) Justiça Militar, Eleitoral e Trabalhista;
b) Do Judiciário Estadual;
c) Ministério Público.
 - XV — a) Nacionalidade e cidadania;
b) Regime eleitoral;
c) Inelegibilidade;
d) Dos direitos individuais.
 - XVI — a) Do "Habeas-corpus";
b) Do "Mandado de Segurança";
c) Do Juri;
d) Da Ordem Econômica e Social.
 - XVII — a) Da Família;
b) Classes Armadas;
c) Funcionalismo Público;
d) Símbolos nacionais.
 - XVIII — a) Estado de Sítio;
b) Revisão constitucional;
c) Do Conselho Nacional de Economia;
d) Do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.
- DIREITO ADMINISTRATIVO
- XIX — a) Conceituação geral;
b) Relações de dependência com o Direito Constitucional;
c) Centralização e descentralização;
d) Órgãos do Estado e respectivo funcionamento;
e) Ato administrativos em geral.
 - XX — a) Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado;
b) Serviços públicos em geral;
c) Conceito de "utilidade pública";
d) Autarquias em geral.
 - XXI — a) Organização da administração pública federal, estadual e municipal;
b) Ministérios e Departamentos Federais;
c) Os auxiliares das administrações estaduais e municipais.

- XXII — a) Polícia; o poder de polícia;
b) Polícia preventiva e polícia repressiva;
c) Aparelhamento civil e militar;
d) órgãos de controle social, econômico e sanitário.

- XXIII — a) O contencioso administrativo;
b) Tribunal de Contas: organização e sistema de controle financeiro;
c) O funcionalismo público em geral e o estatuto que o disciplina;
d) Assistência social do Estado.

2.º ANO LETIVO

PORTUGUÊS

I — Objetivos:

1. Dar ao aluno a capacidade de expor, oralmente e sobretudo por escrito, suas idéias, pensamentos e sentimentos acerca de assuntos gerais e específicos à sua futura profissão.
2. Capacitar o aluno a assimilar e a interpretar, oralmente e sobretudo por escrito, o que lê ou o que ouve.

II — Atividades correlatas:

1. Prática de redação sobre temas pertinentes a História, Política Econômica, Geografia, Direito, etc.
2. Prática de redação de documentos oficiais (cartas, memorandos, ofícios, exposições de motivo, etc.).
3. Leitura de textos literários e profissionais.
4. Prática de exposições orais sobre assuntos da vida real e profissional, dados na hora ou previamente determinados.

III — Procedimento didático:

1. Correção comentada das redações, em que se subministrarão as noções e exercícios gramaticais ou estilísticos, necessários à expressão clara, correta, própria e expressiva, além de recomendações sobre a técnica da redação de documentos oficiais.
2. Interpretação comentada dos textos lidos, acompanhada, quando necessário, de exercícios gramaticais e estilísticos.
3. Exercícios práticos de prosódia, vocabulário e fraseologia.

IV — Material didático:

1. Listas de temas para a redação e exposição oral.
2. Modelo das diferentes peças oficiais, com suas definições e características.

3. Textos de leitura mimeografados.
4. Exercícios práticos mimeografados.

FRANÇÊS

I — Estudo e prática do estilo consular e diplomático.

II — Versão sobre assuntos diplomáticos, políticos, comerciais, industriais e financeiros.

III — Aperfeiçoamento geral no uso da língua francesa através de:

- a) Leituras, dissertações, exposições e debates orais;
- b) Exercícios escritos, redações, resumos, etc., tratando de acontecimentos e aspectos da vida política, econômica e social na França e nos seus territórios de ultramar.

INGLÊS

Os alunos serão divididos em 2 grupos: Grupo A (adiantados) e Grupo B (Intermediários).

Os Grupos A e B frequentarão as "Preleções sobre assuntos gerais".

O Grupo A frequentará os Seminários.

O Grupo B frequentará o Curso de Revisão.

A & B — *Preleções sobre assuntos gerais*

I — Vida profissional

1. Viajando por mar;
2. Serviços postais;
3. Telegrafo, telefone e rádio-difusão;
4. Princípios gerais de economia;
5. Diferentes ramos de negócio;
6. O mecanismo do comércio;
7. Serviço de escritório, correspondência comercial e imprensa.

II — Vida social

1. Visitas e recepções; etiqueta social;
2. Correspondência social;
3. Teatro;
4. Música;
5. Cinema;
6. Dança;
7. Artes;
8. Jogos;
9. Esportes.

III — Governo e Administração

1. Política e legislação na Inglaterra;
2. Política e legislação nos Estados Unidos;
3. Administração da justiça na Inglaterra;
4. Administração da justiça nos Estados Unidos;
5. Serviço diplomático da Inglaterra;
6. Serviço diplomático dos Estados Unidos.

IV — Vida Pública

1. Correspondência diplomática;
2. Atos oficiais;
3. Congressos, conferências e convenções.

A — SEMINÁRIOS

Será seguido o sistema de conferências adotado nos seminários para os alunos do 2.º ano em 1953.

Um assunto diferente para debate será escolhido em cada reunião que ficará sob o controle de um aluno escolhido pela turma para líder da conferência.

As Atas serão preparadas por um secretário eleito pela turma da mesma maneira que o Líder.

B — CURSO DE REVISÃO

Será feita uma revisão geral do programa do 1.º ano, seções I até VII, dando-se particular importância aos trabalhos práticos e compreendendo:

1. Testes;
2. Versões;
3. Vocabulários;
4. Dissertações;
5. Resumos.

As notas dadas pelos trabalhos feitos no Curso de Revisão não serão computadas na média geral, mas possibilitarão a promoção ao Grupo A no fim do primeiro período.

TRABALHO DE PESQUISA

Trechos para leitura serão indicados aos dois grupos e os alunos deverão submeter resumos ou capítulos de livros ou responder a questões sobre estes. Serão pedidas também reportagens sobre assuntos tais como: acontecimentos habituais, preleções, reuniões etc.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA

História Diplomática do Brasil

- I — A formação de nossas fronteiras: os tratados de Utrecht e de Madrid;
- II — A Independência do Brasil e o seu reconhecimento;
- III — A Independência da Província Cisplatina: ação diplomática;
- IV — O comércio dos escravos e o seu aspecto diplomático;
- V — O Brasil e os Estados do Prata;
- VI — A Guerra do Paraguai;
- VII — A questão Christie; o caso dos Bispos e a Santa Sé;

VIII — A República e o seu reconhecimento;

IX — A Revolta da Armada e a rutura das relações diplomáticas com Portugal; a ocupação pelos ingleses da Ilha da Trindade;

X — A questão das Guianas;

XI — As nossas fronteiras com o Peru, a Colômbia e a Bolívia;

XII — A questão do Acre e o tratado de Petrópolis;

XIII — Rio Branco e a diplomacia da Paz;

XIV — Os Estados Unidos e as nações latino-americanas;

XV — A intervenção européia nos negócios da América e a doutrina de Monroe;

XVI — A política isolacionista da América do Norte e sua evolução;

XVII — O Pan-americanismo;

XVIII — Conflitos interamericanos;

XIX — A América e as duas Grandes Guerras.

GEOGRAFIA

I — Geografia Política e Geopolítica

A "Politische Geographie" de Ratzel. O conceito de espaço (Raum) e de espaço vital (Lebensraum). Halford Mackinder: a "Heartland" e o arco periférico. A geopolítica no sistema de Rudolf Kjellen; o "Estado como Organismo". Karl Haushofer e os postulados da geopolítica nacional socialista. Geografia e Política Exterior.

II — Base Geográfica da Economia Norte-Americana

As grandes regiões geográficas. A especialização geográfica na economia norte-americana. As regiões econômicas. A orla do Pacífico. Os Planaltos Intermontanos. As Montanhas Rochosas. Os Grandes Planos (Great Plains) — região de pecuária extensiva e tricultura. A Região de Florestas e Lagos; a faixa de latínios de Wisconsin-Minnesota. A faixa do milho (Corn-belt). A faixa algodoeira (Cotton-belt). A região Ozark-Appalachiana. A costa do Atlântico e do Golfo. Geografia da Manufatura Estadunidense. Distrito Siderúrgico de Pittsburgh-Cleveland. A Nova Inglaterra industrial. Nova York. Seção industrial Centro Atlântico. Detroit e a indústria automobilística. Projeção internacional da geo-economia norte-americana.

III — Base Geográfica da Economia Soviética

Dificuldades específicas de quaisquer estudos sobre a U.R.S.S.: A escala dos fenômenos geográficos: a "continentalidade" da geografia soviética. As grandes regiões na-

turais. A ocupação da estepe; a invasão do mundo polar, a invasão da taiga. O elemento humano, povos e "nacionalidades". Poderio humano da União Soviética. Trabalho escravo na U.R.S.S. e nos satélites — repercussão geo-econômica. A estrutura político-administrativa da U.R.S.S.. A agricultura soviética — os fatores geográficos (solo e clima). A socialização da agricultura (Kolkozy, Sovkozy); exame crítico dos resultados. Recursos minerais, Energia. A indústria e os fatores geográficos. Os transportes. O comércio. A verdadeira significação da U.R.S.S. nos mercados mundiais.

IV — Base Geográfica da Economia Platina

As grandes regiões naturais da Argentina e sua exploração econômica. O Pampa. O papel unificador dos trilhos. Problemas atuais da indústria argentina. A Argentina e o Comércio Internacional. O Uruguai, uma terra de transição. Atividade econômica: a agricultura e seus problemas, a produção pecuária e as indústrias derivadas. A importância da rede de transportes. A produção paraguaia e o problema de seu escoamento. O Chaco.

POLÍTICA ECONÔMICA

Plano do Curso:

1.º semestre:

- a) O curso inicia-se com uma revisão das fases por que passou o Comércio Internacional;
1. do mercantilismo ao liberalismo;
2. nacionalismo contemporâneo e análise das causas que levaram à desintegração do Comércio Internacional;
3. esforços de reconstrução — durante essa revisão histórica inicia-se o estudo da evolução da teoria do Comércio Internacional.
- b) Estudos da teoria moderna do Comércio Internacional e problemas correlatos.

2.º semestre:

Apreendidas as várias correntes de pensamento doutrinário contemporâneo, procurar-se-á:

- a) caracterizar a posição da economia brasileira em face da economia mundial;
- b) definir os objetivos da política econômica internacional do Brasil e os métodos e instrumentos de sua realização;
- c) analisar a tarefa específica do Itamaraty e familiarizar o futuro diplomata com a técnica da atuação que deverá ter no cenário econômico internacional.

Programa:

1.º semestre: Antecedentes históricos

I — Principais aspectos do Mercantilismo:

- a) O comércio e a indústria no início dos tempos modernos (Ellsworth — cap. I).

II — O pensamento mercantilista e seus fundamentos doutrinários:

- a) O mercantilismo como um sistema de controle estatal;
- b) Monopólio de comércio e o sistema de navegação;
- c) Regulamentação interna da indústria (Ellsworth cap. II e III).

III — Transição para o liberalismo econômico:

- a) Influência da classe capitalista nascente;
- b) Decadência do mercantilismo;
- c) A revolução industrial (Ellsworth cap. IV).

IV — Teoria do Comércio Internacional:

- a) Desenvolvimento da teoria clássica;
- b) Adam Smith;
- c) Ricardo;
- d) J. S. Mill (Ellsworth cap. V).

V — Aspectos especiais da Teoria do Comércio Internacional:

- a) Os benefícios da liberdade de comércio;
- b) Especialização e a teoria das vantagens comparativas;
- c) Competição imperfeita e o Comércio Internacional (Ellsworth cap. VI).

VI — Desenvolvimento da indústria e o Comércio Internacional:

- a) Papel da Grã Bretanha no Comércio e nas finanças internacionais (Ellsworth cap. IX).

VII — O processo da desintegração do Comércio Mundial e suas causas:

- a) Quebra do equilíbrio monetário — (padrão ouro) (Condillfe cap. II e III, Ellsworth cap. IV).

VIII — Nacionalismo econômico contemporâneo:

- a) Tarifas;
- b) Restrições quantitativas;
- c) Protectionismo;
- d) Discussão dos méritos dos sistemas de controle (Enke e Salera cap. IV);
- e) Monopólios e cartéis.

IX — Isolacionismo econômico, auto-suficiência, formação de blocos regionais ou de áreas preferenciais.

X — Teorias e práticas de comércio desorganizado (Ellsworth cap. V).

XI — Tentativas de Reconstrução:

- a) Cooperação Internacional;
- b) A Liga das Nações no período de inter-guerras;
- c) Bretton Woods e o pós-guerra.

XII — Racionalização do caos:

- a) Antecedentes da moderna teoria do Comércio Internacional;
- b) Estudos empíricos;
- c) Processos de restabelecimento do equilíbrio — segundo os clássicos;
- d) O balanço de pagamentos, os efeitos de renda e a interrupção moderna do equilíbrio.

XIII — Movimentos internacionais de capitais:

- a) A curto prazo;
- b) A longo prazo.

2.º semestre:

I — A participação do Brasil nos vários organismos econômicos internacionais:

- a) Conselho Econômico e Social da O.N.U.;
- b) Fundo Monetário Internacional;
- c) B.I.R.D.;
- d) Organização Internacional de Comércio. Acôrdo Geral de Tarifas (G.A.T.T.);
- e) Organização de Alimentação e Agricultura C.E.P.A.L. — C.I.E.S. — I.C.I.C.I.A.

II — Desequilíbrio na distribuição da renda mundial:

- a) Vantagens absolutas;
- b) Vantagens comparativas;
- c) Os termos do intercâmbio.

III — Elementos de política econômica nacional e internacional dos países sub-desenvolvidos.

- a) Cooperação para eliminação dos obstáculos ao comércio internacional e a necessidade de medidas defensivas das estruturas econômicas sub-desenvolvidas.

IV — Diretrizes da Política Econômica do Brasil e sua implementação prática:

- a) Posição do Brasil na Conferência de Havana (47-48);
- b) Acôrdos bilaterais e restrições quantitativas;
- c) O plano Aranha: eliminação progressiva de restrições quantitativas;
- d) O Brasil e a revisão dos princípios gerais do G.A.T.T.

V — Perspectivas quanto ao futuro da cooperação econômica internacional:

- a) Necessidade de revisão dos Acôrdos de B. Woods.

POLÍTICA INTERNACIONAL

I. Introdução

- 1. Antecedentes históricos. Tendências atuais nas pesquisas políticas internacionais.
- 2. A ciência da Política Internacional. Objeto. Método.
- 3. Relações da Política Internacional com outras ciências.

II. A Política externa dos Estados

- 4. Fôrças que condicionam as relações entre os Estados. Problemas, mecanismos e processos de regulamentação.
- 5. Objetivos e Motivação da política externa dos Estados. Formulação.
- 6. Técnicas da política externa dos Estados.
- 7. Política interna e política externa.
- 8. A política externa das Grandes Potências, Imperialismo.

III. A Sociedade dos Estados

- 9. A sociedade dos Estados: estrutura e tendências.
- 10. Bases da cooperação entre os Estados.
- 11. A diplomacia e os Instrumentos da Política dos Estados.
- 12. O problema da organização internacional.
- 13. As Nações Unidas. Decisões básicas. Princípios. Objetivos.
- 14. A participação do Brasil nas Nações Unidas.

IV. Problemas atuais

- 15. Natureza da política internacional contemporânea. Pontos concretos de conflito. Aspectos econômicos e culturais.
- 16. O Nacionalismo moderno. Consequências políticas de nacionalismo. O problema colonial.
- 17. Ideologias políticas e a guerra fria.
- 18. Soluções pacíficas e segurança coletiva. Esquemas regionais.
- 19. Controle de armamento e desarmamento.
- 20. Influência de acontecimentos tecnológicos recentes na Política Internacional.
- 21. Perspectivas quanto ao futuro da cooperação política internacional.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

I — Do Direito Internacional Privado

- 1. O direito Internacional privado. Definição, objeto e denominação;
- 2. Origens. As teorias estatutárias;
- 3. Desenvolvimento moderno da disciplina;
- 4. O direito uniforme;
- 5. A função do direito comparado.

II — Das normas do Direito Internacional Privado

1. O direito interno e o direito internacional;
2. Os conflitos de leis;
3. Classificação das normas do direito internacional privado;
4. As fontes imediatas;
5. A doutrina e a jurisprudência em face das fontes imediatas;
6. A literatura do direito internacional privado;
7. Relação entre as fontes internas e as fontes externas;
8. A codificação;
9. O Código Bustamante.

III — Da aplicação do direito estrangeiro

1. Conceito do direito estrangeiro;
2. Aplicação do direito estrangeiro;
3. Prova de direito estrangeiro;
4. Interpretação do direito estrangeiro;
5. Caso de inaplicabilidade de direito estrangeiro; a ordem pública;
6. A qualificação em direito internacional privado;
7. O retorno ou remissão;
8. A fraude ao direito estrangeiro competente.

IV — Dos pressupostos do Direito Internacional Privado

1. A nacionalidade; conceito e problemas fundamentais;
2. A nacionalidade de origem; critérios de sua determinação;
3. A nacionalidade originária no direito brasileiro;
4. A naturalização;
5. O direito brasileiro relativo à naturalização;
6. A nacionalidade da mulher casada;
7. Perda, reacquirição e renúncia da nacionalidade;
8. A dupla nacionalidade;
9. O apátrida;
10. A condição jurídica do estrangeiro;
11. A legislação brasileira relativa ao estrangeiro.

V — Do Direito Civil Internacional

1. O estatuto da pessoa natural. Critérios da sua determinação;
2. O estatuto pessoal no Direito brasileiro;
3. Regras que regem a personalidade e a capacidade;
4. O nome;
5. O regime da pessoa jurídica;
6. Os atos jurídicos: sua forma;
7. Os direitos de família. Casamento. Capacidade dos nubentes;
8. Celebração do casamento;
9. Relações pessoais dos cônjuges;
10. Regime dos bens no casamento;
11. Estatuto dos incapazes. Tutela. Curatela. Do pátrio poder;
12. Alimentos;
13. Dissolução da sociedade conjugal. Divórcio e desquite. Nulidade e anulação do casamento;

14. Os bens: a "lex rei viciae";
15. A propriedade intelectual;
16. Direito das obrigações;
17. Direito das sucessões.

VI — Do Direito Comercial Internacional

1. O direito comercial internacional;
2. O comerciante: sua qualificação; direitos e deveres; dos atos do comércio;
3. Direito cambiário;
4. Das sociedades mercantis;
5. Falência e concordata;
6. Direito marítimo. Direito aéreo;
7. Direito industrial. Patentes de invenção.

VII — Do Direito Processual Internacional

1. O estrangeiro perante a justiça;
2. Regras de competência;
3. Execução de atos praticados no exterior;
4. Rogatórios;
5. Homologação de sentença estrangeira;
6. Sentença meramente declaratória do estado da pessoa.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução

1. Conceito e evolução histórica. Fontes.
2. Direito internacional e Direito interno.
3. Sujeitos e objetos de Direito Internacional Público. Pessoas e bens.

II — As pessoas

1. Os Estados
 - a) Conceito de Estado. Elementos. Reconhecimento Internacional.
 - b) Formação, transformação e extinção dos Estados. Mudanças internas; reconhecimento de Governos.
 - c) Classificação dos Estados. Estados simples e compostos. Tipos de associação de Estados. Estados independentes e protetorados. Situação das áreas dependentes.
 - d) Direitos e deveres dos Estados. A intervenção. A doutrina de Monroe.
 - e) Responsabilidade dos Estados. Atos de órgãos ou agentes do Estado ou de suas subdivisões. Atos de indivíduos. Guerra Civil.
 - f) A Santa Sé. Características especiais. As ordens de Cavalaria.

2. Os organismos internacionais

- a) Histórico da organização internacional. A Liga das Nações.
- b) As Nações Unidas e seus órgãos principais.
- c) As Agências especializadas.
- d) Organismos regionais. O sistema interamericano. A Organização dos Estados Americanos.

3. Os indivíduos

- a) O indivíduo em direito internacional.
- b) Nacionalidade e apatridia.
- c) Tratamento de estrangeiros. Expulsão. Proteção diplomática.
- d) Extradição. Direito de asilo.
- e) Proteção de minorias.
- f) Os Direitos Humanos. A Declaração Universal e os Pactos dos Direitos do Homem. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres.
- g) O genocídio. A responsabilidade individual pelos crimes do Estado. Os julgamentos de Nuremberg.

III — Os bens

1. O território dos Estados. Modos de aquisição e perda. Domínio terrestre, fluvial, lacustre, marítimo e aéreo. Fronteiras e limites. A plataforma submarina. Navios e aeronaves. Conceito de extraterritorialidade.

2. O alto mar. Pesca em alto mar.

IV — As relações entre os Estados

1. Relações bilaterais e multilaterais. Órgãos das relações entre os Estados.

2. Relações diplomáticas. O direito de legação. Categorias de representantes diplomáticos. Nomeação. Credenciais. Funções diplomáticas. Os adidos. O corpo diplomático.

3. Relações consulares. Organização consular. Categorias de representantes consulares. Funções consulares. Nomeação. "Exequatur".

4. Congressos e conferências. Convocação. Ordem do dia. Regimento interno. Comissões e Plenário. Ata final.

5. Acórdãos internacionais. Terminologia. Forma. Condições de validade. Assinatura. Adesão. Ratificação. Depósito. Reservas. Interpretação. Troca de notas.

6. Métodos para a solução pacífica de conflitos. Negociações. Mediação. Bons Ofícios. Inquérito e conciliação. Arbitragem e solução judicial. A Corte Permanente de Arbitragem e a Corte de Justiça Internacional. Propostas relativas a uma Corte Interamericana de Justiça.

7. O papel dos organismos internacionais na solução dos conflitos. Ação dos órgãos interamericanos e do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ação preventiva e repressiva. A segurança coletiva. O desarmamento.

8. A força nas relações entre os Estados. Ação individual e coletiva. Sanções. Emprego limitado da força: retorção, represálias, bloqueio. Definição de agressão.

9. A guerra. Leis de guerra. A declaração e o estado de guerra. Guerra terrestre, marítima e aérea. Beligerantes e neutros. Comércio internacional em tempo de guerra. Bens inimigos. Bloqueio. Feridos e prisioneiros. Fim das hostilidades. Fim da guerra.

Assuntos políticos e diplomáticos (Man. Serviço 565/589).

Cerimonial (Man. de Serviço 632/661A e Dec. 24.910, de 4/5/48).

Difusão cultural (Man. Serviço 662/674).

Atividades econômicas e comerciais (Man. Serviço 690/733N).

Passaportes (Man. Serviço 1.196/1.345A).

PRÁTICA CONSULAR

Funções, atribuições, incompatibilidades dos Cônsules. Isenções, imunidades e prerrogativas. Remuneração, vencimentos e vantagens. Férias, licenças. Disponibilidade, aposentadoria, encargatura, substituições. Remoção para o posto — providências. Chegada ao posto. Carta patente e exequatur.

Deveres e obrigações do pessoal e dos chefes. Apreciação de fatos de história contemporânea. Entrevistas à imprensa e relações com jornalistas. Atribuições dos cônsules adjuntos. Admissão de contratados.

Abertura de um Consulado: providências. Passagem da direção de um Consulado. Organização do arquivo. Guarda do Diário Oficial.

Receita consular: emolumentos, estampilhas e renda. Ano orçamentário. Adiantamentos e suas prestações de conta.

Verbas: recebimento e prestações de conta.

Correspondência postal, aérea e telegráfica.

Intercâmbio comercial. Sugestões para intensificação. Divulgação de dados estatísticos. Relatórios comerciais e financeiros. Informações econômicas. Remessa anual de dados relativos à importação. Fiscalização de produtos brasileiros nos mercados importadores. Regime de licença prévia.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

C. A. D.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA

Organização e métodos de trabalho do Serviço Diplomático

A organização atual do Ministério das Relações Exteriores (Decretos 9.121, de 3/4/46, e 9.202, de 16/4/46). O Regulamento do serviço diplomático consular (Decreto 24.113, de 12/4/34).

O agente diplomático:

- natureza de suas funções;
- qualificações;
- deveres e atribuições;
- métodos de seleção;
- *persona grata*;
- *Agrément*;
- credenciais;
- partida e chegada ao posto;
- “instruções”;
- encargatura de negócios;
- termo da missão diplomática.

A missão diplomática:

- natureza e finalidades;
- material e bens (Man. Serviço 405/443);
- arquivos (Man. Serviço 532/541);
- relações com as repartições consulares.

Correspondência (Man. Serviço 34/281):

- o idioma da correspondência diplomática;
- regras gerais;
- normas de redação;
- códigos;
- trânsito da correspondência expedida e recebida na Secretaria de Estado;
- malas diplomáticas.

Atribuições consulares com relação aos brasileiros: nacionalidade; opção, perda e reacquirição da nacionalidade. Matrícula. Repatriação. Alistamento militar. Revalidação de diploma.

Concessão de passaportes. Visto em passaportes estrangeiros.

Faturas consulares: divulgação, modelo, vias, etc. Legalização. Emolumentos. Deveres das Repartições consulares.

Fatura comercial: divulgação, modelo, vias e legalização. Emolumentos, etc.

Despacho de embarcações nacionais e estrangeiras. Condições, requisitos. Diversos manifestos de carga. Legalização dos manifestos. Serviço extraordinário no despacho das embarcações. Manifestos de armas, explosivos e inflamáveis. Carta de saúde, lista positiva de passageiros, rol de equipagem, diário nautico, passe de saída, etc. Conhecimentos terrestres. Despacho de aeronaves.

Atos notariais: reconhecimento de assinatura, nascimento, casamento, óbito, inventário, testamento, mandato e procuração. Escrituras de formação e dissolução das sociedades. Hipotecas.

O Cônsul-Capitão do Porto. Deveres e atribuições. Acidentes e fatos de navegação. Inquéritos sobre os diversos acidentes. Cerimonial das Marinhas Mercantes e de Guerra. Honras e visitas oficiais. Tratamento verbal e escrito aos oficiais da Armada. Mudança de bandeira.

Cônsules privativos e Cônsules honorários. Jurisdição dos Consulados privativos e honorários. Suas relações com os Consulados de carreira.

TRATADOS E POLÍTICA ECONÔMICA DO BRASIL

Tratados, convênios, ajustes comerciais.

A Organização das Nações Unidas; estrutura; objetivos, estágio atual; perspectivas.

O.E.A. — O C.I.E.S. e sua atuação; estágio atual; representatividade, perspectivas.

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional: princípios, funcionamento; estágio atual; perspectivas.

Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio: princípios; atuação; estágio atual; perspectivas.

A União Européia de Pagamentos: Constituição; funcionamento; perspectivas.

Acôrds sôbre produtos específicos; uniões econômicas; uniões atuais, etc.

ESTUDOS BRASILEIROS

A) *Postulados Teóricos para a Interpretação*

A população: composição, evolução; tendências; característicos; migrações e povoamento.

O conceito de renda: a renda global e a renda "per capita"; a distribuição social e geográfica da renda; a noção de renda nacional e sua validade.

O conceito de renda: a renda real e a renda monetária; a aferição dos níveis de renda; a expressão da renda monetária.

O conceito de utilidade marginal: a utilidade marginal e o consumo geral; a concepção de utilidade marginal na alocação e recursos coletivos.

O conceito de produtividade: a produtividade individual; a produtividade da empresa; a produtividade social.

O conceito de investimento e poupança em função da renda; os investimentos privados; os investimentos públicos; a compressão do consumo; o nível de renda, a renda "per capita"; e o investimento total; o nível de renda e o consumo nos diversos escalões sociais; a lei de Say.

Ponto VII

O conceito de "relações de trocas": o fenómeno da exportação como fonte de recursos externos; a exportação de produtos primários; a retribuição aos produtores de produtos primários; a elasticidade da produção primária.

Ponto VIII

O conceito de "relação de trocas": o fenómeno da importação e a capitalização interna; a retribuição aos produtores de produtos secundários; a elasticidade da produção secundária.

Ponto IX

O conceito de equilíbrio económico: o significado do equilíbrio económico; os níveis de equilíbrio; o desequilíbrio estrutural; o desequilíbrio conjuntural; as variações no processo económico; as mutações do processo económico e as fases de transição.

Ponto X

O conceito de equilíbrio económico: o desequilíbrio na distribuição da renda mundial; as relações económicas e o conceito de equilíbrio; as fases cíclicas e a diversidade de estruturas; o problema da formação de capital.

Ponto XI

Os efeitos secundários dos investimentos: os efeitos secundários do comércio exterior; o princípio de aceleração e o multiplicador no comércio exterior; o comércio exterior e o nível de capitalização.

Ponto XII

O balanço de pagamentos: definição; valor; estrutura; significado; elemento de análise.

Ponto XIII

Os factores não económicos como elementos de análise: os factores naturais, os factores geográficos; os factores sociais, os factores culturais; outros factores exógenos ao mecanismo económico.

B) — *Problemas Sócio-Económicos*

Ponto I

A evolução económica histórica: a estrutura primitiva; os factores de influência; a reacção interna; as fases de transição.

Ponto II

A estrutura económica: a renda nacional; a população; a pirâmide social; o processo de produção; distribuição e consumo.

Ponto III

A estrutura económica; o sistema de transportes; o sistema de crédito; o insulamento regional; a compartimentalização de mercados.

Ponto IV

A estrutura económica: a função do mercado interno; a função do mercado externo; a formação geo-económica; a baixa produtividade e o nível de capitalização.

Ponto V

Os factores determinantes do desenvolvimento: a população; os recursos naturais; o mercado interno; as influencias externas; os vazios geográficos.

Ponto VI

Os factores condicionantes do desenvolvimento: A produtividade; a capitalização; a renda "per capita"; a estrutura profissional; as "relações de trocas"; o comércio exterior.

Ponto VII

Os fenómenos conjunturais: o comércio exterior e a condição de economia reflexa; a estrutura da exportação; as economias regionais e as pressões inflacionárias.

Ponto VIII

A política económica: a política comercial; a política financeira; a política industrial; a política de capitais.

Ponto IX

A política económica: a política fiscal; a política monetária; a distribuição da renda e a remuneração dos factores; a inflação.

Ponto X

A política económica: os três poderes constitucionais; os três poderes administrativos; o poder central; a centralização do poder.

Ponto XI

A política económica: os sectores fundamentais; o nível de retribuição; os pontos de "estrangulamento"; os pontos de "germinação"; a estrutura da mão-de-obra.

Ponto XII

A política económica: a programação; programas gerais ou programas parciais; a orientação regional; a responsabilidade executiva.

Ponto XIII

Os factores não económicos: o homem em sociedade; o tipo étnico; o "melting-pot" cultural; o nível educacional; a estrutura da educação.

Ponto XIV

A evolução do pensamento económico: o ensino; os currículos; as elites; os objetivos; os processos utilizados.

Ponto XV

A estrutura administrativa: característicos; organização; adequabilidade.

A fase atual e as perspectivas (Debates e comentários).

CONCURSO DE PROVAS PARA O CARGO INICIAL DA CARREIRA
DE DIPLOMATA

Vide Anuário de 1952.

LEGISLAÇÃO

LEI N.º 2.171 — DE 18 DE JANEIRO DE 1954

Dispõe sobre o ingresso na carreira de Diplomata

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Ao ingresso na classe inicial da carreira de Diplomata são admitidos os brasileiros natos, sem distinção de sexo, nos termos e observadas as demais condições do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946.

Parágrafo único. Se casado o candidato, o cônjuge deverá ser também brasileiro nato.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas tôdas as disposições em contrário, especialmente as da letra a do art. 2.º, do Decreto-lei número 9.032, de 6 de março de 1946 e do parágrafo único do art. 1.º, do Decreto-lei de número 9.202, de 26 de abril de 1946.

Senado Federal, em 18 de janeiro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

PORTARIA DE 22 DE JANEIRO DE 1954

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4.º, parágrafo 1.º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pelo Decreto n.º 20.694, de 6 de março de 1946, e alterado pelo Decreto n.º 29.334, de 7 de março de 1951, e

Atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio Branco,

RESOLVE:

I — Em 1954, as matérias do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata serão ministradas da seguinte forma:

1.º ANO

Português — 1.º e 2.º períodos letivos;
 Francês — 1.º e 2.º períodos letivos;
 Inglês — 1.º e 2.º períodos letivos;
 Geografia Econômica — 1.º e 2.º períodos letivos;
 Política Mundial Contemporânea (História Diplomática) 1.º período letivo;
 História Social e Política do Brasil (História Diplomática) — 2.º período letivo;
 Direito Constitucional e Administrativo — 1.º período letivo;
 Direito Civil e Comercial — 2.º período letivo;
 Economia Política — 1.º e 2.º períodos letivos;

2.º ANO

Português — 1.º e 2.º períodos letivos;
 Francês — 1.º e 2.º períodos letivos;
 Inglês — 1.º e 2.º períodos letivos;
 Geografia Econômica — 1.º período letivo;
 História Social e Política do Brasil (História Diplomática) — 1.º período letivo;
 Política Mundial Contemporânea (Política Internacional) — 2.º período letivo;
 Direito Internacional Privado — 2.º período letivo;
 Direito Internacional Público — 1.º e 2.º períodos letivos;
 Política Econômica — 1.º e 2.º períodos letivos;

II — Fica revogada a Portaria de 10 de março de 1951.

Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1954

VICENTE RÃO

PORTARIA DE 25 DE JANEIRO DE 1954

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o que dispõe o parágrafo único do artigo 1.º da Lei n.º 2.060, de 5 de novembro de 1953,

RESOLVE:

baixar as seguintes instruções para a realização dos concursos de provas destinados a preencher as vagas na classe inicial da Carreira de Diplomata, decorrentes da referida Lei;

I — Os candidatos deverão instruir o requerimento de inscrição com os documentos abaixo enumerados:

- a) prova de ser brasileiro nato;
- b) prova de contar no mínimo 20 e no máximo 35 anos de idade;
- c) carteira de identidade, da repartição federal ou estadual competente;

- d) atestado de idoneidade moral, constante de folha corrida ou de cinco cartas de referência de antigos professores, chefes ou empregadores, com firmas reconhecidas;
- e) atestado de vacinação anti-variolica, fornecido pela Saúde Pública;
- f) certificado de licença clássica ou científica ou de conclusão de curso secundário por um dos regimes vigentes a partir do Decreto n.º 16.182-A, de 13 de janeiro de 1925, ou ainda prova de estar cursando ou ter cursado Escola Superior Oficial ou oficializada;
- g) título eleitoral;
- h) prova de quitação com as obrigações militares;
- i) formulário de investigação social, fornecido pelo Instituto Rio-Branco, devidamente preenchido; os candidatos casados deverão preencher o mesmo formulário para o cônjuge e apresentar certidão de casamento.

II — Precedendo as provas intelectuais e com caráter eliminatório, serão os candidatos submetidos a exame de sanidade e capacidade física, psíquica e moral e de investigação social, realizado pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas; essa prova incluirá rigorosa investigação dos costumes e do conceito dos candidatos, para o que poderá ser também solicitada a colaboração de quaisquer autoridades oficiais.

III — Terminado o exame de sanidade e capacidade previsto no item anterior, serão os candidatos submetidos a provas das seguintes matérias:

- a) Português;
- b) Francês;
- c) Inglês;
- d) Direito Internacional Público;
- e) Direito Internacional Privado;
- f) História do Brasil;
- g) História Moderna e Política Mundial Contemporânea;
- h) Geografia Econômica;
- i) Economia Política;
- j) Noções de Direito Constitucional e Administrativo;
- l) Noções de Direito Civil e Comercial;
- m) Cultura Geral.

IV — As provas de Português, Francês e Inglês serão escritas e orais; as de Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, História do Brasil, História Moderna e Política Mundial Contemporânea, Geografia Econômica, Economia Política, Noções de Direito Constitucional e Administrativo, Noções de Direito Civil e Comercial e Cultura Geral serão apenas escritas.

V — Serão eliminatórias as seguintes provas:

- a) Sanidade e capacidade física, psíquica e moral e de investigação social;
- b) Prova escrita de Português;
- c) Prova escrita de Francês;
- d) Prova escrita de Inglês;
- e) Prova de Direito Internacional Público; e
- f) Prova de Direito Internacional Privado.

VI — Considerar-se-ão aprovados os candidatos que obtiverem nota mínima de 50 pontos em cada prova eliminatória e a média final mínima de 60 pontos no conjunto das matérias.

VII — A obtenção da média final, pela qual os candidatos aprovados serão classificados em ordem decrescente, far-se-á mediante a soma da média das provas eliminatórias com a das classificatórias, dividindo-se o resultado por dois.

VIII — Em caso de igualdade na média final, serão condições para desempate, sucessivamente:

- a) diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais;
- b) diploma de Bacharel em Ciências Econômicas;
- c) qualquer outro diploma de ensino superior;
- d) melhor nota em Português;
- e) melhor média no conjunto de Francês e Inglês;
- f) melhor média no conjunto de Direito Internacional Público e Privado;
- g) melhor nota em Economia Política;
- h) melhor nota em Geografia Econômica;
- i) melhor média no conjunto de História Moderna e Política Mundial Contemporânea e História do Brasil;
- j) melhor nota em Cultura Geral; e
- l) mais idade.

IX — Ficam aprovados os programas das matérias do concurso de provas publicados no "Diário Oficial" de 3 de março de 1953.

X — Fica o Diretor do Instituto Rio-Branco autorizado a baixar as instruções complementares que se fizerem necessárias.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1954.

VICENTE RÃO

PORTARIA N.º 7, DE 27 DE JANEIRO DE 1954

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO-BRANCO, usando da faculdade que lhe confere o parágrafo único do Artigo 17, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 20.694, de 6 de março de 1946,

Considerando o disposto no Art. 17 do mesmo Regulamento, Considerando que o aproveitamento nos cursos do Instituto Rio-Branco exige efetiva participação nas aulas, e Atendendo ao que lhe expôs a Comissão Assessora da Seção Técnico-Pedagógica,

RESOLVE:

Baixar as seguintes instruções sobre a frequência no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — Só poderão comparecer aos exames finais os alunos que tenham assistido efetivamente a oitenta por cento das aulas.

II — Será considerado falta o atraso superior a dez minutos em qualquer aula; o atraso até dez minutos será contado como um fêrço de falta.

III — Os alunos que, por motivo de saúde, devidamente comprovado, tiverem mais de vinte por cento de faltas terão sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova matrícula, uma só vez e no ano letivo imediato.

IV — Serão desligados do Curso os alunos que tiverem mais de cinco por cento de faltas não justificadas.

V — Fica revogada a Portaria n.º 116, de 13 de agosto de 1951.

Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1954.

LAFAYETTE DE CARVALHO E SILVA

PORTARIA DE 29 DE JANEIRO DE 1954

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 39 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto número 20.694, de 6 de março de 1946,

Considerando o disposto no Artigo 4.º, § 1.º, e nos Arts. 2º e 21 do mesmo Regulamento,

Considerando a conveniência de concentrar em um período letivo o ensino de certas matérias do currículo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, e

Atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco,

RESOLVE:

Baixar as seguintes instruções para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.):

I — Para as matérias lecionadas em dois períodos letivos, haverá uma prova parcial no fim do primeiro período e um exame geral no fim do segundo.

II — Para as matérias lecionadas em um só período letivo, haverá um exame geral no fim do período.

III — Haverá para cada matéria, em cada período letivo, dois exercícios escolares, no mínimo.

IV — Os exames finais de Português, Francês e Inglês serão escritos e orais e os das demais matérias apenas escritos.

V — A nota do exame final de Português, Francês e Inglês será a média aritmética das notas das provas escritas e orais.

VI — A nota final de cada matéria será a média ponderada das notas do exame final, dos exercícios escolares, e, se for o caso, da prova parcial.

VII — Para o cálculo da nota final, atribuir-se-ão os seguintes pesos:

- a) nota do exame final — peso 6 (seis);
 - b) nota da prova parcial, quando for o caso — peso 2 (dois);
 - c) média aritmética das notas dos exercícios escolares;
- 1) peso 2 (dois), quando se tratar de matéria lecionada em dois períodos;
 - 2) peso 4 (quatro), quando se tratar de matéria lecionada em um só período.

VIII — Ficam revogados os itens VI e VII da Portaria de 14 de março de 1951.

Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1954.

VICENTE RÁO

PORTARIA DE 11 DE FEVEREIRO DE 1954

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 1.º da Lei número 2.171, de 18 de janeiro de 1954, e considerando a Portaria de 25 de janeiro de 1954, com a qual foram baixadas instruções para a realização dos concursos de provas destinados a preencher as vagas na classe inicial da Carreira de Diplomata, decorrentes da Lei número 2.060, de 5 de novembro de 1953,

RESOLVE:

I — Ao concurso de provas de que trata a Lei número 2.060, de 5 de novembro de 1953, serão admitidos candidatos brasileiros natos, sem distinção de sexo, que preencham os requisitos da Portaria de 25 de janeiro de 1954.

II — Se casado o candidato, o cônjuge deverá ser também brasileiro nato.

III — Ficam anuladas as inscrições de candidatos que não preencham os requisitos da Lei número 2.171, de 18 de janeiro de 1954.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1954

VICENTE RÁO

DECRETO N.º 35.096, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1954

Modifica o Regulamento do Instituto Rio-Branco

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A redação do Artigo 4.º e seu parágrafo primeiro do Regulamento do Instituto Rio-Branco, do Ministério das Rela-

ções Exteriores, aprovado pelo Decreto número 20.694, de 6 de março de 1946, alterado pelo Decreto número 29.334, de 7 de março de 1951, passa a ser a seguinte:

“Art. 4.º O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) tem o seguinte currículo:

1. Português;
2. Francês;
3. Inglês;
4. Geografia;
5. História Diplomática;
6. Política Internacional;
7. Economia Política;
8. Política Econômica;
9. Direito Internacional Público;
10. Direito Internacional Privado;
11. Direito Constitucional e Administrativo;
12. Direito Civil e Comercial.

“§ 1.º O Ministro de Estado determinará, por proposta do Diretor, quais as matérias, dentre as enumeradas neste artigo, que serão ministradas em cada ano e em cada período letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.).

Art. 2.º A redação dos artigos 20 e 21 do mesmo Regulamento passa a ser a seguinte:

“Art. 20.º No Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) haverá um exame final escrito ou escrito e oral, para cada matéria, em cada ano letivo.

“§ 1.º Quando a matéria for ministrada em dois períodos letivos haverá também uma prova parcial escrita no fim do primeiro período.

“§ 2.º O Diretor fixará o número de exercícios escolares de cada matéria, em cada período letivo.

“Art. 21. A nota final do ano letivo será a média das notas finais das matérias do referido ano.

“§ 1.º A nota final de cada matéria será a média das notas obtidas no exame final, nos exercícios escolares e, se for o caso, na prova parcial.”

“§ 2.º Os pesos do exame final, dos exercícios escolares e da prova parcial serão fixados pelo Ministro de Estado, por proposta do Diretor”.

Art. 3.º — A redação do Art. 24 do mesmo Regulamento, alterada pelo Decreto n.º 25.882, de 29 de novembro de 1948, passa a ser a seguinte:

“Art. 24 — No Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) será considerado promovido à série seguinte ou habilitado ao certificado de conclusão do Curso o aluno que houver obtido a nota final mínima de 65 pontos no conjunto das matérias e a nota final mínima de 50 pontos em cada matéria.

“§ 1.º — Os alunos que houverem obtido nota global igual ou superior a 65 pontos, mas não lograrem nota final mínima de 50 pontos em uma matéria, serão submetidos a exame de segunda época dessa matéria, antes do início do ano letivo seguinte.

“§ 2.º — Poderão repetir o ano os alunos nas condições do parágrafo anterior que não lograrem aprovação no exame de segunda época e os alunos que obtiverem nota final igual ou superior a 50 em cada matéria, mas não obtiverem nota global igual ou superior a 65.

“§ 3.º — A repetência será admitida uma só vez durante o Curso”.

Art. 4.º — A redação dos Arts. 28 e 29 do mesmo Regulamento passa a ser a seguinte:

“Art. 28 — Os professores poderão ser nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não.

“§ 1.º — Para as matérias especializadas, inerentes às funções diplomáticas, deverão ter preferência como professores os funcionários da carreira de Diplomata desde que o exercício de suas funções não venha a ser prejudicado.

“§ 2.º — A remuneração de cada professor será fixada por aula, pelo Diretor, na Portaria de designação”.

“Art. 29 — Aos professores compete:

- a) elaborar, de acordo com o planejamento geral do Curso, o programa da respectiva matéria e submetê-lo à aprovação do Diretor;
- b) dirigir o ensino da respectiva matéria e executar integralmente, com o melhor critério didático, o programa elaborado;
- c) conferir notas de julgamento dos exercícios, das provas parciais e dos exames;
- d) tomar parte em reuniões do Corpo Docente ou em comissões de exames ou de estudos, quando para isso designados;
- e) providenciar para que o ensino sob sua responsabilidade seja o mais eficiente possível;
- f) apresentar ao Diretor, no fim do ano letivo, o relatório sobre as atividades relativas ao ensino da matéria a seu cargo;
- g) exercer as demais atribuições conferidas por instruções especiais do Diretor”.

Art. 5.º — A redação dos Arts. 32, 33 e 34 do mesmo Regulamento passa a ser a seguinte:

“Art. 32 — As condições de inscrição para o Concurso são as mesmas previstas para a inscrição no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.), mais a apresentação da prova de quitação com as obrigações militares e do título eleitoral”.

“Art. 33 — As provas intelectuais do Concurso versarão sobre as matérias do currículo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.), sendo precedidas de exame de sanidade e capacidade física, psíquica e moral, realizado na forma prevista para o Exame Vestibular do referido Curso”.

“Art. 34 — O Ministro de Estado determinará, por proposta do Diretor, os pesos e os tipos de provas para cada matéria, bem como a ordem cronológica de realização das provas e quais as que serão eliminatórias”.

Art. 6.º — Ficam revogados os artigos 30 e 36 do mesmo Regulamento.

Art. 7.º — A redação do Art. 38 do mesmo Regulamento passa a ser a seguinte:

“Art. 38 — O Instituto Rio-Branco poderá realizar, em colaboração com o Serviço de Documentação, pesquisas relacionadas com as suas finalidades.

“Parágrafo único — Para a realização dessas pesquisas, o Instituto poderá, se necessário, admitir funcionários especializados ou utilizar os do Serviço de Documentação”.

Art. 8.º — Os Concursos de provas destinados ao preenchimento de cargos decorrentes da Lei número 2.060, de 5 de novembro de 1953, serão regulados, nos termos do Artigo 1.º, parágrafo único, da referida Lei, por instruções do Ministro de Estado das Relações Exteriores, aplicando-se subsidiariamente, aos mesmos Concursos o disposto no Regulamento do Instituto Rio-Branco.

Art. 9.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

VASCO T. LEITÃO DA CUNHA

PORTARIA DE 21 DE JUNHO DE 1954

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 25 e 39 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto número 20.964, de 6 de março de 1946,

RESOLVE:

Baixar as seguintes instruções para o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas:

I — Serão matriculados no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas:

- a) *ex-officio*, os Diplomatas nomeados na vigência do Decreto-lei número 9.032, de 6 de março de 1946, cabendo ao Diretor do Instituto designar as turmas que devam ser assim matriculadas em cada ano;
- b) voluntariamente, os Diplomatas não obrigados ao referido Curso, podendo estes se inscrever em tantas disciplinas quantas escolham.

II — O Curso ministrará as seguintes disciplinas:

- a) Prática Diplomática;
- b) Prática Consular;
- c) Tratados e Política Económica do Brasil; e
- d) Estudos Brasileiros (Problemas sociais e fundamentos econômicos).

III — A disciplina "Prática Diplomática" compreenderá duas partes:

- a) Problemas Internacionais;
- b) Organização e Métodos de Trabalho do Serviço Diplomático.

IV — Haverá uma prova final escrita para cada disciplina.

V — Serão aprovados no Curso os alunos que obtiverem nota igual ou superior a sessenta (60) pontos em cada uma das provas finais.

Parágrafo único. Aos alunos não inscritos em todas as disciplinas será passado certificado daquelas que hajam cursado com aprovação, podendo requerer o diploma do Curso quando obtiverem certificados de todas as disciplinas ministradas segundo a regulamentação vigente.

VI — Os alunos inscritos *ex-officio* que não lograrem aprovação em uma disciplina deverão submeter-se a nova prova final da mesma no curso seguinte; se, porém, a reprovação ocorrer em mais de uma disciplina, deverão repetir o Curso, sendo inscritos ainda *ex-officio*.

VII — Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Instituto.

VIII — Ficam revogadas as Portarias de 20 de julho de 1951 e 12 de março de 1952.

Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1954.

VICENTE RÃO

PORTARIA N.º 27, DE 22 DE JUNHO DE 1954

Ø DIRETOR DO INSTITUTO RIO-BRANCO, usando da faculdade que lhe confere o parágrafo único do Artigo 17 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 20.694, de 6 de março de 1946,

RESOLVE:

Baixar as seguintes instruções para o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas:

I — Os alunos inscritos *ex-officio* só poderão comparecer às provas finais se tiverem assistido efetivamente a noventa por cento das aulas e conferências do Curso.

Parágrafo único. Para os alunos inscritos voluntariamente essa proporção de frequência será computada das aulas ou conferências das disciplinas em que se tenham inscrito.

II — Será considerado falta o atraso superior a dez minutos em qualquer aula ou conferência; o atraso até dez minutos será contado como um terço de falta.

III — Até um total de dez por cento das aulas e conferências, serão justificadas as faltas decorrentes de:

- a) necessidade do serviço, comprovada por memorandum do Chefe do Departamento em que estiver lotado o aluno;
- b) doença, comprovada por laudo do serviço médico do Ministério das Relações Exteriores.

IV — Serão desligados do Curso os alunos que tiverem mais de cinco por cento de faltas não justificadas.

V — Ficam revogadas as Portarias ns. 113, de 23 de julho de 1951, e 117, de 13 de agosto de 1951.

Rio de Janeiro, em 22 de junho de 1954.

LAFAYETTE DE CARVALHO E SILVA

INSTITUTO RIO-BRANCO

1955

Diretor:

EMBAIXADOR LAFAYETTE DE CARVALHO E SILVA

Chefe da Secretaria:

CÔNSUL LUIZ DE ALMEIDA NOGUEIRA PORTO (até 26 de maio de 1955)

CÔNSUL VERA REGINA AMARAL SAUER

Chefe Interino da Seção de Administração:

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

Chefe Interino da Seção de Pesquisas e Publicações:

MARIA DE VILHENA FABIANO DE ARAÚJO

Chefe Interino da Seção Técnico-Pedagógica:

PROFESSORA RAQUEL BIASOTTO MANO

História Mundial Moderna — Apresentaram-se 33 candidatos, foram aprovados 28;

História do Brasil — Apresentaram-se 28 candidatos, foram aprovados 24;

Geografia — Apresentaram-se 24 candidatos, foram aprovados 23;

Elementos de Economia Política — Apresentaram-se 23 candidatos, foram aprovados 17;

Noções Fundamentais de Direito — Apresentaram-se 17 candidatos, todos aprovados.

Provas Oraís:

Português;

Francês;

Inglês; e

Cultura Geral

17 candidatos; todos aprovados

Foram os seguintes os candidatos aprovados:

Provas Escritas:

Português — Apresentaram-se 94 candidatos, foram aprovados 74;

Francês — Apresentaram-se 73 candidatos, foram aprovados 42;

Inglês — Apresentaram-se 42 candidatos, foram aprovados 33;

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

(C.P.C.D.)

EXAME VESTIBULAR PARA O ANO LETIVO DE 1956

As inscrições do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, para o ano letivo de 1956, foram abertas a 11 de abril de 1955 e encerradas a 11 de julho do mesmo ano. Inscreveram-se 128 candidatos. Aos exames de sanidade e capacidade física, psíquica e moral, realizados nos meses de julho e agosto pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas, compareceram 121 candidatos, dos quais 98 lograram aprovação.

A seguir damos o movimento geral das provas realizadas:

Provas Escritas:

Português — Apresentaram-se 94 candidatos, foram aprovados 74;

Francês — Apresentaram-se 73 candidatos, foram aprovados 42;

Inglês — Apresentaram-se 42 candidatos, foram aprovados 33;

Média final

1.º — Sérgio de Queiroz Duarte	79,93
2.º — Ivan Velloso da Silveira Batalha.....	74,41
3.º — Alberto Vasconcellos da Costa e Silva.	74,25
4.º — René Luiz Cavé Rainho	73,99
5.º — Marcos Castrioto de Azambuja	73,79
6.º — Laura Maria Malcher de Macedo	73,73
7.º — René Haguenaer	73,61
8.º — Sérgio Martins Thompson Flôres	73,13
9.º — Luiz Orlando Carone Gelio	72,10

10.º — Bernardo de Azevedo Brito	71,21
11.º — Livieto Justino de Souza	70,98
12.º — Álvaro Bastos do Valle	68,33
13.º — Leonardo Marques de Albuquerque Calvalanti	67,84
14.º — Carlos Antonio Bettencourt Bueno	67,45
15.º — José Maria Diniz Ruiz de Gamboa	66,68
16.º — Moacyr Moreira Martins Ferreira	65,67
17.º — Cecília Maria Prada	65,52

As bancas examinadoras, presididas pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, e assessoradas pelo Cônsul Vera Regina Amaral Sauer, Chefe da Secretaria, pela Professora Rachel Biasotto Mano, Chefe interino da Seção Técnico Pedagógica, e pelo Cônsul Alcides da Costa Guimarães Filho, tiveram a seguinte constituição:

Português — Professores Celso Ferreira da Cunha e Ernesto de Faria Júnior;

Francês — Professor Louis Viala e Professora Raymonde Vasconcellos;

Inglês — Professora Carmen Saraiva e Professor Peter Alexander;

História Mundial Moderna — Professor Américo Jacobina Lacombe;

História do Brasil — Professor José Honório Rodrigues;

Geografia — Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães;

Elementos de Economia Política — Professor Carlos Haroldo Porto Carreiro de Miranda;

Noções Fundamentais de Direito — Doutor Elmano Cruz;

Cultura Geral — Ministro João Guimarães Rosa e Professor Renato Costa Almeida.

PRIMEIRO ANO LETIVO

O primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata iniciou-se no mês de março com 18 alunos, dos quais um desligou-se posteriormente por ter ingressado na Carreira através do Concurso de Provas.

No dia 16 de dezembro, terminou a última prova do curso. Quinze alunos lograram aprovação; dois deverão fazer, em segunda época, exame de uma matéria em que foram inabilitados.

CORPO DOCENTE

Português

Professor Jesus Belo Galvão;

Francês

Professora Louise Jaquier;

Inglês

Professor John Knox;

História Diplomática do Brasil e História Diplomática Mundial

Professor Carlos Delgado de Carvalho;

Geografia

Professor Hilgard O'Reilly Sternberg;

Economia Política

Professor Jayme Magrassi de Sá;

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Hamilton Leai;

Direito Civil e Comercial

Professor José Cândido Sampaio de Lacerda.

EXAMINADORES

Português

Professores Jesus Belo Galvão e
Carlos Henrique da Rocha Lima;

Francês

Professoras Louise Jaquier e
Raymonde Vasconcellos;

Inglês

Professores John Knox e
John Mulholland;

História Diplomática do Brasil e História Diplomática Mundial

Professor Carlos Delgado de Carvalho;

Geografia

Professor Hilgard O'Reilly Sternberg;

Economia Política

Professor Jayme Magrassi de Sá;

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Hamilton Leal;

Direito Civil e Comercial

Professor José Cândido Sampaio de Lacerda.

CORPO DISCENTE

(Em ordem de classificação)

- 1.º Sérgio Paulo Routanet;
- 2.º Amaury Bier;
- 3.º Eduardo Portella Neto;
- 4.º Sérgio da Veiga Watson;
- 5.º Luiz Claudio Pereira Cardoso;
- 6.º Pedro Carlos Neves da Rocha;
- 7.º Antonio Amaral de Sampaio;
- 8.º Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio;
- 9.º Ivone Magno Pantoja; (*)
- 10.º Asdrubal Pinto de Ulisseia;
- 11.º Murillo de Miranda Basto Junior;
- 12.º Luiz Emery Trindade;
- 13.º Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto;
- 14.º Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza; (*)
- 15.º Claudio Cabussu Tourinho;
- 16.º Enaldo Camaz de Magalhães;
- 17.º Octávio Eduardo Guinle. (**)

(*) Matriculada no C.P.C.D., de acôrdo com o mandado de segurança concedido em vista de ter sido aprovada no Exame Vestibular de 1946 e impedida de seguir o curso pelo parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.202, de 26-4-1946, que vedou a entrada das mulheres na carreira diplomática.

(**) Dependendo de aprovação em exame de segunda época.

SEGUNDO ANO LETIVO

Dos 19 alunos que cursavam o 2.º ano, seis desligaram-se mais tarde, por terem ingressado na Carreira através do Concurso de Provas.

Concluíram o curso os seguintes alunos, relacionados de acôrdo com a classificação obtida:

- 1.º Pedro Hugo Fabricio Belloc;
- 2.º José Bonifácio Lourenço de Andrada;
- 3.º Victor Nunes Vasseur;
- 4.º João Tabajara de Oliveira;
- 5.º Jorge Pires do Rio;
- 6.º Michael Joseph Corbett;
- 7.º Raul Fernando B. R. Leite Ribeiro;
- 8.º Jorge Ronaldo Lemos Barbosa;
- 9.º Gil Roberto Fernando de Ouro Preto;
- 10.º Odilon de Camargo Pentead;
- 11.º Luiz Carlos Barreto Thedim;
- 12.º Marco Aurélio dos Santos Chaudon;
- 13.º Antonio Arruda Câmara Filho.

A entrega dos diplomas teve lugar a 28 de dezembro, no Ministério das Relações Exteriores, sendo parainfo da turma o Embaixador Gilberto Amado e orador o diplomando Marco Aurélio dos Santos Chaudon.

CORPO DOCENTE

Português

Professor Carlos Henrique da Rocha Lima;

Francês

Professora Louise Jaquier;

Inglês

Professor John Mulholland;

Política Económica

Professor Jayme Magrassi de Sá;

Política Internacional

Professor João Batista Barreto Leite
Substituído pelo Professor Mário Pedrosa;

Direito Internacional Público

Secretário Carlos Calero Rodrigues;

Direito Internacional Privado

Professor Oscar Accioly Tenório;

EXAMINADORES

Português

Professores Carlos Henrique da Rocha Lima e Jesus Belo Galvão;

Francês

Professoras Louise Jaquier e Raymonde Vasconcelos;

Inglês

Professores John Mulholland e John Knox;

Política Económica

Professor Jayme Magrassi de Sá;

Direito Internacional Privado

Professor Oscar Accioly Tenório;

Direito Internacional Público

Secretário Carlos Calero Rodrigues;

Política Internacional

Professor João Batista Barreto Leite
Substituto: Prof. Mário Pedrosa.

TURMA DIPLOMADA EM 1955

Antônio Arruda Câmara Filho (Rio Grande do Norte).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Oficial da Força Aérea Brasileira. Diploma de Laboratory Commander da Força Aérea dos E.E.U.U. Técnico de Educação do Ministério da Educação e Cultura. Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, sob o n.º 4.555. Tese: "Direito Internacional Penal".

Gil Roberto Fernando de Ouro Preto (Áustria — Brasileiro de acôrdo com o artigo n.º 129, item 2 da Constituição de 1946).

Estudante de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diploma do Curso de Comércio da "London University". Diploma do Curso de Civilização Francesa da "Sorbonne". Certificado do 1.º ano de Ciências Políticas da Escola de Ciências Políticas de Paris.

João Tabajara de Oliveira (São Paulo).

Estudante da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Jorge Pires do Rio (Distrito Federal).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.

Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa (Distrito Federal).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

José Bonifácio Lourenço de Andrada (Minas Gerais).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Currou um ano a Faculdade de Ciências Políticas de Paris — 1950-1951.

Luiz Carlos Barreto Thedim (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Marco Aurélio dos Santos Chaudon (Distrito Federal).

Estudante do Curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Michael Joseph Corbell (Distrito Federal).

Bacharel em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor de Filosofia no Colégio Rio de Janeiro. Aspirante a Oficial da Reserva pelo C.P.O.R. do Rio de Janeiro.

Odilon de Camargo Penteado (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Aspirante a Oficial da Reserva pelo C.P.O.R. do Rio de Janeiro.

Pedro Hugo Fabricio Belloc (Rio Grande do Sul).

Certificado de Curso Clássico.

Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro (Argentina — Brasileiro de acôrdo com o artigo n.º 129, item 2 da Constituição de 1946).

Certificado de conclusão do Curso Colegial.

Victor Augusto Nunes Vasseur (Distrito Federal).

Certificado de conclusão do Curso Científico.

"A cultura politica como fator do poder nacional"
Professor Hermes Lima

"Panorama politico mundial; a posição do Brasil"
Jornalista João B. Barreto Leite

"Sistema mundial de segurança coletiva; a posição do Brasil na ONU"
Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva

"Sistemas regionais de segurança coletiva; a posição do Brasil na OEA"
Embaixador Hildebrando Accioly

"O conflito leste-oeste visto através de um país da Europa Central"
Secretario Roberto Assumpção de Araújo

"Panorama sulamericano"
Secretario Modestino Deloy Gibbon

"Politica do Brasil na América do Sul"
Secretário Everaldo Dayrell de Lima

"Politica exterior dos Estados Unidos"
Ministro Celso Raul Garcia

"Panorama do hemisfério e politica dos Estados Unidos da América na América Latina"
Secretário Geraldo de Carvalho Silos

"Relações entre o Brasil e os Estados Unidos"
Secretário Carlos Calero Rodrigues

Concluíram o curso os 20 alunos abaixo relacionados, de acôrdo com a classificação obtida:

- 1.º Mauro da Costa Lobo
- 2.º Adhamar Soares de Carvalho
- 3.º Anténio Patriota
- 4.º Fernando Abbott Galvão
- 5.º Marcel Maria Tarrisse da Fontoura
- 6.º Ayrton Gonzalez Gil Diegues
- 7.º Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavalcanti
- 8.º Marcello Raffaeli
- 9.º Agenor Soares dos Santos
- 10.º Antônio Carlos de Souza Tavares
- 11.º Luiz Paulo Lindenberg Sette
- 12.º João Clemente Baena Soares
- 13.º Antônio Conceição
- 14.º Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho
- 15.º Márcio Rego Monteiro
- 16.º Felix Batista de Faria
- 17.º Ney Moraes de Mello Mattos
- 18.º Oswaldo Bialo
- 19.º Joaquim Ignacio Amazonas Mac-Dowell
- 20.º Marcel Dezon Costa Hasslocher

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

C. A. D.

Conforme ocorreu no ano precedente, satisfazendo a exigência do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 9.032, de 6-3-46, funcionou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, de 28 de abril a 7 de julho do corrente ano.

Sob a coordenação do Ministro Henrique de Souza Gomes foram realizadas as seguintes conferências:

"A politica exterior do Brasil"
Embaixador Antonio Camillo de Oliveira

"A segurança nacional, a politica e a estratégia: — Conceituação e interrelações"
Almirante Ernesto de Araújo

"O poder nacional: — seus móveis; interesses e aspirações nacionais — realismo e idealismo politico"
Almirante Fernando Almeida da Silva

"O poder nacional: — sua avaliação ojetiva"
Coronel José Luiz Bettamio Guimarães

"O poder nacional: — seus fundamentos geográficos"
Professor Fábio Macedo Soares Guimarães

"O poder nacional: — seus fundamentos politicos; a ação politica no âmbito interno e externo"
Ministro Jorge Emílio de Souza Freitas

"O poder nacional: — seus fundamentos psico-sociais; a ação psico-social"
Coronel Napoleão Nobre

"O poder nacional: — seus fundamentos economicos; a ação economica"
Capitão de Mar e Guerra Eurico Magno de Carvalho

"O poder nacional: — seus fundamentos militares; a ação militar"
General Oscar de Barros Falcão

"O poder nacional: — suas limitações de ordem interna e externa"
Professor Ney Coé de Oliveira

CORPO DOCENTE

Prática Diplomática (Problemas Internacionais)
Ministrada numa série de 20 conferências e debates co-ordenados pelo Ministro Henrique de Souza Gomes;

Prática Diplomática (Organização e Métodos de Trabalho)
Secretário Benedito Roque da Motta;

Prática Consular
Cônsul Geral Alfredo Polzin;

Tratados e Política Económica do Brasil e Estudos Brasileiros
Professor Jayme Magrassi de Sá.

EXAMINADORES

Prática Diplomática (Problemas Internacionais)
Secretário Carlos Calero Rodrigues

As demais matérias foram examinadas pelos respectivos professores.

CONCURSO DE PROVAS PARA O CARGO INICIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA

As inscrições para o segundo Concurso de Provas, destinado a preencher as vagas existentes na carreira de diplomata, foram abertas em 15 de julho de 1954 e encerradas em 14 de janeiro de 1955. O concurso teve início em 14 de março deste ano. Damos a seguir o movimento geral do mesmo:

Candidatos inscritos: 92

Compareceram ao Exame de capacidade física psíquica e moral, no Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas... 81

Aprovados 73

Provas Intelectuais Eliminatórias

Português — Compareceram 69 candidatos — Aprovados 46
Francês — Compareceram 46 candidatos — Aprovados 32
Inglês — Compareceram 32 candidatos — Aprovados 27

Direito Internacional Público
Compareceram 27 candidatos — Aprovados 21
Direito Internacional Privado
Compareceram 21 candidatos — Aprovados 21

Provas Classificatórias — Escritas:

História do Brasil;
História Moderna e Política Mundial Contemporânea;
Geografia Económica;
Economia Política;
Noções de Direito Constitucional e Administrativo;
Noções de Direito Civil e Comercial;
Cultura Geral.

Provas Classificatórias — Oraís:

Português;
Francês;
Inglês.

Conseguiram média global 20 candidatos

Damos a seguir por ordem de classificação, a lista dos candidatos aprovados neste concurso, entre os quais se encontram 7 alunos do C.P.C.D., sendo 1 do 1.º ano e 6 do 2.º ano:

- 1.º Marina de Barros e Vasconcellos
- 2.º Edmundo Radwanski
- 3.º Marina de Moraes Leme
- 4.º Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho
- 5.º Regina Vitória Castello Branco
- 6.º José Murilo de Carvalho
- 7.º Isócrates de Oliveira
- 8.º Guilherme Weinschenck
- 9.º Mozart Janot Junior
- 10.º André Guimarães
- 11.º Antônio Carlos Diniz de Andrada
- 12.º Paulo Tasso Flecha de Lima
- 13.º Rogério Corção Braga
- 14.º Luiz Horácio de Oliveira Lacerda
- 15.º Mário Wilson Fernandes Ribeiro
- 16.º Jorge Alberto Nogueira
- 17.º Mário Andrade Correia
- 18.º Helcio Tavares Pires
- 19.º Francisco Hermógenes de Paula
- 20.º Hersyl Castello Branco de Pereira Franco.

Por decreto de 30 de junho de 1955, foram nomeados os candidatos selecionados, acima referidos, que entraram em exercício no cargo classe "K" da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

BANCA EXAMINADORA

Presidente
Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, Diretor do Instituto Rio-Branco.

Assessores
Cônsul Luiz de Almeida Nogueira Porto, Chefe da Secretaria do IBR.;
Professora Rachel Biasotto Mano, Chefe da Seção Técnico Pedagógica;

EXAMINADORES

Português
Professores Jesus Belo Galvão e
Sylvio Edmundo Elia;

Francês
Professoras Louise Jaquier e
Marcela Mortara;

Inglês
Professores John Knox e
John Mulholland;

Direito Internacional Público
Embaixador Hildebrando Accioly e
Secretário Carlos Calero Rodrigues;

Direito Internacional Privado
Desembargador Oscar Accioly Tenório;

História do Brasil
Professor José Honório Rodrigues;

História Moderna e Política Mundial Contemporânea
Professor Meenas Dourado;

Geografia Econômica
Professor Fabio Macedo Soares Guimarães;

Economia Política
Professor Jayme Magrassi de Sá;

Noções de Direito Constitucional e Administrativo
Professor Hamilton Leal;

Noções de Direito Civil e Comercial
Professor José Cândido Sampaio de Lacerda;

Cultura Geral
Ministro João Guimarães Rosa e
Professor Renato Costa Almeida.

TURMA DIPLOMADA NO CONCURSO DE PROVAS DE 1955

André Guimarães — Holanda — Brasileiro de acôrdo com o artigo 129, item 2.º da Constituição de 1946).

Estudante da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, "Oxford and Cambridge School Certificate".

Antonio Carlos Diniz de Andrada — (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Edmundo Radwanski — (Santa Catarina).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Francisco Hermógenes de Paula — (Ceará).

Curso de Bacharel em Ciências Sociais (Incompleto). "City College" Nova York.

Guilherme Weinschenck — (Distrito Federal).

Estudante da Escola Nacional de Engenharia.

Hélio Tavares Pires — (Pernambuco).

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife.

Hersyl Castello Branco de Pereira Franco — (Distrito Federal).

Curso 2 anos da Escola Militar do Realengo — (1938-1940). Tradutor-redator das Embaixadas do Canadá e da Inglaterra — (1946-1947).

Isócrates de Oliveira — (Goiás).

Cursos de Filosofia e Teologia no Seminário Central do Ipiranga — São Paulo. Estudante na Faculdade Fluminense de Filosofia. Professor da Escola Técnica de Serviço Social.

Jorge Alberto Nogueira Ribeiro — (São Paulo).

Curso da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (incompleto — 1949-1951).

José Murilo de Carvalho — (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Redator da "British Broadcasting Corporation" — Londres (1949-1950). Tradutor da Embaixada Americana (1951-1952).

Luiz Horácio de Oliveira Lacerda — (Distrito Federal).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Marina de Barros e Vasconcellos — (Distrito Federal).

Diplomada em Letras Neolatinas e Didática pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Professora de francês do C.P.C.D. do Instituto Rio-Branco.

Marina de Moraes Leme — (Alemanha — Brasileira por opção de acordo com artigo 69, § 3.º da Constituição de 1891).

Curso da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (incompleto — 1948). "McGill University", Montreal, Canadá. Curso livre de pintura, Professor Barberis, (Roma).

Mário Andrade Correia — (Piauí).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Mário Wilson Fernandes — (Distrito Federal).

Certificado de Curso Colegial. Curso realizado pelo Conselho de Imigração e Colonização, em colaboração com o DASP.

Mozart Janot Junior (Distrito Federal).

Curso Complementar de Direito, Instituto La-Fayette — 1943. Curso livre de História da Filosofia e Introdução à Filosofia na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Redator e tradutor da "British Broadcasting Corporation" — Londres. Redator da Rádio Ministério da Educação.

Paulo Tarso Flecha de Lima — (Minas Gerais).

Estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Aspirante a Oficial da Reserva do Exército pelo C.P.O.R. de Belo Horizonte.

Regina Vilória Castello Branco — (São Paulo).

Certificado de Curso Colegial. Tradutora da "British Broadcasting Co." — Londres (1951).

Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho — (Minas Gerais).

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Curso de Legislação do Trabalho no Ministério do Trabalho.

Rogério Corrêa Braga — (Distrito Federal).

Curso "Traineeship", Organização das Nações Unidas (1950-1953). Curso livre de Psicologia na "New School for Social Research" — Nova York.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Ainda em 1955 esta seção sofreu restrição de verba e, em consequência, foram interrompidas as pesquisas e retardadas as publicações.

Acha-se em fase final de impressão a obra: "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1750)", Parte 1.^a T. II (Histórico), de autoria do Professor Jaime Cortesão, e iniciou-se a revisão das primeiras provas da Parte 4.^a T. II — Negociações — (volume de Documentos), da mesma obra. Foram organizados os Anuários de 1953, 1954 e 1955.

A seção se encarregou, ainda, da distribuição e remessa das obras anteriormente editadas, mediante a seleção dos interessados conforme a natureza da obra, atualização de listas de autoridades, jornalistas, intelectuais, estudiosos de história, bibliotecas, universidades e outras entidades culturais brasileiras e estrangeiras, controle nos cartões de referência e organização de fichário das pessoas interessadas nas publicações editadas pelo Instituto Rio-Branco.

BIBLIOTECA

Obedecendo ao critério que vem seguindo a Biblioteca do Instituto Rio-Branco, foi feita em 1955 uma seleção no material bibliográfico nela existente, principalmente na seção de periódicos.

Entre compra e doação, foram adquiridos 135 livros, 3 mapas e algumas revistas nacionais e estrangeiras. Procede-se depois aos seguintes trabalhos:

- 1) Organização do Fichário Kardex, para periódicos;
- 2) Classificação dos livros pelo Sistema Decimal de Melvil Dewey, por se adaptar perfeitamente ao caráter geral da Biblioteca que, além do mais, tem um acervo bibliográfico que não ultrapassa 2.600 volumes;
- 3) Aquisição de fichas do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (S.I.C.), pertencente ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Já foi encomendada a parte referente a Economia.

PROGRAMAS

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR (*)

I — PORTUGUÊS

1. Prova escrita

a) Língua (questões objetivas):

1. Origem e formação da língua portuguesa.
2. A língua portuguesa no Brasil.
3. Formação e flexão de palavras.
4. Sinónimos e antónimos.
5. Verbos irregulares e defectivos.
6. Emprego dos pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos e relativos).
7. Concordância (verbal e nominal).
8. Regência verbal.
9. Análise sintáctica (funções sintáticas e classificação de orações).

b) Literatura (questão objetivas; pequenas dissertações):

I — Literatura Portuguesa:

1. A Época Medieval; prosa e verso (noções gerais).
2. O Quinhentismo. Gil Vicente.
3. O Renascimento. Seus introdutores.
4. Canções, lírico e épico.
5. O Seiscentismo; a prosa do século XVII: Vieira, Bernardes e Frei Luiz de Sousa.
6. O Arcadismo: Bocage.
7. O Romantismo: Garrett, Herculano e Castilho.
8. O Realismo: Antero de Quental e Eça de Queirós.

II — Literatura Brasileira

1. A literatura colonial do século XVI a XVIII.
2. Frei Vicente do Salvador e Gregório de Matos.
3. O grupo mineiro; épicos e líricos.

(*) Publicamos apenas as matérias que sofreram alguma alteração. As demais se encontram no Anuário de 1952. (Vide Legislação — Portaria de 5 de Abril de 1955).

4. O Romantismo (prosa e verso); Gonçalves Dias, Caminho de Abreu, Álvares de Azevedo, Castro Alves, Manuel de Macedo, José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida.
5. O Parnasianismo: Alberto de Oliveira, Olavo Bilac e Raimundo Correia.
6. O Naturalismo: Aluísio Azevedo e Raul Pompéia.
7. Machado de Assis.
8. O Simbolismo: Cruz e Sousa, Alfonsus de Guimarães e Mário Pedernheiras.
9. O Modernismo.

- c) Resumo de um trecho escrito, entregue ao examinando na ocasião da prova.
- d) Dissertação sobre um tema de ordem geral, sorteado de lista previamente organizada.
- e) Redação de uma carta cujo assunto e tratamento serão indicados na ocasião da prova.

2. Prova oral

- a) Exposição de cerca de cinco minutos sobre tema político ou social sorteado de lista previamente organizada.
- b) Arguição sobre matéria versada na prova escrita.
- c) Exame de um tema sorteado de lista previamente organizada, dentro do programa de literatura.

II — FRANCÊS

1. Prova escrita

- a) Gramática (correção de textos e questões objetivas):

1. Formação do feminino e do plural dos substantivos e adjetivos.
2. Sintaxe do substantivo, do artigo e do adjetivo.
3. Emprego e colocação dos pronomes pessoais; sintaxe dos pronomes.
4. Conjugação de verbos irregulares; sintaxe dos verbos — emprego dos tempos e modos, concordância e regência; emprego dos auxiliares.
5. Sintaxe dos participípios.
6. Sintaxe dos advérbios, preposições e conjunções.
7. Sinónimos e antónimos; derivados — famílias de palavras.
8. Gaucismos; expressões idiomáticas.

- b) Literatura. Biografias e obras dos autores citados abaixo, sua influência.

1. Racine.
2. Molière.
3. Voltaire.

4. Chateaubriand.
5. Victor Hugo.
6. Ste. Beuve.
7. H. de Balzac.
8. G. Flaubert.
9. E. Zola.
10. E. Renan.
11. Baudelaire.
12. M. Barrès.
13. A. France.
14. M. Proust.
15. P. Valéry.
16. P. Claudel.
17. Colette.
18. A. Gide.
19. A. Malraux.
20. A literatura francesa atual (teatro, romance, poesia, etc.).

- c) Versão de um pequeno trecho sobre matéria política, económica ou cultural.

- d) Dissertação sobre um tema de ordem geral, sorteado de lista previamente organizada.

2. Prova oral

- a) Leitura e tradução, à primeira vista, de um trecho de autor moderno. Resposta a perguntas sobre o conteúdo.
- b) Exame de um tema sorteado de lista previamente organizada, dentro do programa de literatura ou comentário sobre uma obra (escolhida pelo candidato) dos cinco escritores grefados.

III — INGLÊS

1. Prova escrita

- a) Gramática e Vocabulário

Questões objetivas (tipo "test")

1. Flexão e sintaxe dos substantivos.
2. Sintaxe dos artigos e dos adjetivos.
3. Sintaxe dos pronomes.
4. Flexão e sintaxe dos verbos regulares e irregulares; emprego dos auxiliares; emprego dos tempos.
5. Sintaxe do infinitivo, do gerúndio e dos participípios.
6. Sintaxe dos advérbios.
7. Emprego das preposições e das conjunções.
8. Construção das frases e colocação das palavras.
9. Expressões e construções idiomáticas.
10. Sinónimos e antónimos, homónimos; derivados.

b) *Literatura*

- 1) Questões objetivas sobre a bibliografia (obras principais), biografia e influência exercida pelos autores citados abaixo (serão sorteados 4 por ocasião da prova).

1. Chaucer.
2. Shakespeare.
3. John Milton.
4. John Dryden.
5. Jane Austen.
6. Thomas Babington Macaulay.
7. The Brontës.
8. Charles Dickens.
9. Rudyard Kipling.
10. H. G. Wells.
11. George Bernard Shaw.
12. G. K. Chesterton.
13. Somerset Maugham.
14. D. H. Lawrence.
15. Aldous Huxley.
16. Edgar Allan Poe.
17. Mark Twain (T. S. Clemens)
18. Eugene O'Neill.
19. John dos Passos.
20. Ernest Hemingway.

- b) Questões que exigem leitura e análise das obras citadas abaixo (uma será sorteadas por ocasião da prova).

1. The Gospel of Saint Mark (King James Version).
2. "Kim", de Rudyard Kipling.
3. "Alice in Wonderland", de Lewis Carroll (C.L. Dodgson).
4. "Caesar and Cleopatra", de G. B. Shaw.
5. "Brave New World", de Aldous Huxley.
6. "1984", de George Orwell.
7. "The Good Companions", de G. B. Priestley.
8. "Main Street", de Sinclair Lewis.
9. "Winesburg, Ohio", de Sherwood Anderson.
10. "Studs Lonigan", de James Farrell.

- c) Versão de um trecho, sobre matéria política, econômica ou cultural.

- d) Resposta a uma carta, pedindo informações e formulando perguntas.

2. *Prova oral*

- a) Leitura, pelo candidato, de um trecho de autor moderno e perguntas, por um dos examinadores, sobre o conteúdo do mesmo.

- b) Leitura, pelo examinador de um trecho sorteado e interrogatório sobre seu conteúdo, assim como sobre questões de ordem geral.

Os trechos escolhidos para a prova oral serão extraídos de livros, jornais ou revistas ou de obra de escritor moderno, inglês ou americano. Os candidatos terão 10 (dez) minutos para o estudo do trecho da parte a, imediatamente antes de prestar exame, mas não terão conhecimento prévio do texto sorteado para a parte b.

1.º ANO LETIVO (*)

INGLÊS

Primeiro ano

- I — Pronunciation. Importance of the tonic accent in word and sentence. Intonation. Liaison.
- II — Articles. Demonstratives. Some, any, much, etc. Plurals.
- III — Formation of compound nouns. Personal pronouns.
- IV — Positive, negative and interrogative sentence structure. Definition of anomalous finites. Inversion after adjectives and adverbs such as: such, never.
- V — Tenses. Forms of the present.
- VI — Capability and possibility.
- VII — Duty, obligation and necessity.
- VIII — Future.
- IX — Past. Perfect and preterite. Habitual past.
- X — Passive voice. Translation of the Portuguese reflexive.
- XI — The conditional sentence.
- XII — Subordinate clauses.
- XIII — Relative clauses.
- XIV — Infinitive, gerund and present participle.
- XV — Irregular verbs.
- XVI — Degrees of comparison.
- XVII — Prepositions and prepositional adverbs.
- XVIII — Abbreviation of the anomalous finites. Question-tags.
- XIX — Americanisms and foreign expressions.
- XX — Courtesy. Slang. Expressions to be avoided.
- XXI — Numbers, days and dates. Mathematical expressions.
- XXII — Indirect speech.
- XXIII — Précis-writing.
- XXIV — Letter-writing in general.
- XXV — Personal letters.
- XXVI — Business letters.
- XXVII — Diplomatic correspondence.

Note: It is not intended that each of the above headings should be made the subject of one or only one lecture. The time actually spent will depend upon the knowledge of the students and the rapidity with which they assimilate the instruction, as evidenced by periodical tests. Furthermore, a certain number of classes will be devoted to reading, translation at sight and addresses to be delivered by the students. If time permits, seminars and debates may also be included in the programme.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL

- I — Fronteiras e Tratados do Período Colonial.
- II — Reconhecimento da Independência e do Império.
- III — Ação diplomática e Guerra na Cisplatina.
- IV — A Questão do Tráfico.
- V — Política brasileira no Prata.
- VI — A Tríplice Aliança e o Paraguai.
- VII — Questão Christie — Relações com a Santa Sé.

(*) Publicamos apenas as matérias que sofreram alguma alteração. As demais se encontram nos "Programas de 1954".

- VIII — O Reconhecimento da República.
- IX — A Revolta da Armada — Ilha da Trindade.
- X — A Questão das Guianas.
- XI — Fronteiras: Perú, Colômbia, Bolívia, Uruguai.
- XII — Tratado de Petrópolis.
- XIII — Rio Branco e a Diplomacia da Paz.
- XIV — Os Estados-Unidos e as Repúblicas Latinas.
- XV — A Doutrina de Monroe e as Intervenções.
- XVI — A Política isolacionista dos Estados-Unidos.
- XVII — Panamericanismo — Conflitos interamericanos.
- XVIII — A América e as Guerras mundiais.

HISTÓRIA DIPLOMATICA MUNDIAL

Introdução: Tradições políticas e diplomáticas do Antigo Regime — dos Tratados de Westfalia à Revolução.

- I — O Congresso de Viena e a Preponderância Austríaca
 - a) As negociações e o Ato Final de Viena;
 - b) A Santa Aliança e os Congressos. A Política de Não-intervenção.
- II — Nacionalismo e Liberalismo de 1820 a 1848
 - a) A Política de Canning e as Colônias da América;
 - b) A Independência da Grécia;
 - c) A Questão do Oriente de 1833 a 1840;
 - d) As Revoluções de 1830 a 1848.
- III — O Princípio das Nacionalidades
 - a) O Congresso de Paris de 1856.
 - b) Cavour e a Unidade italiana;
 - c) Bismarck e a Unidade alemã;
 - d) Os Estados Unidos — O Japão.
- IV — A preponderância alemã e o equilíbrio europeu
 - a) As origens da Tríplice Aliança;
 - b) O Congresso de Berlim de 1878;
 - c) Expansão Colonial na África;
 - d) A Política das Alianças;
 - e) O Extremo-Oriente.

GEOGRAFIA

- I — *Conceitos fundamentais:*
Conceituação de Geografia Moderna. Relação com outras Ciências. O "binômio geográfico".
- II — *Aspectos Gerais da Geografia Física do Brasil:*
Estrutura Geológica e Relêvo. Clima, Hidrografia e Vegetação.
- III — *As Regiões Brasileiras; alguns problemas geoeconômicos:*
Conceito de região e a divisão regional do Brasil. Valorização do São Francisco; triplice aspecto do aproveitamento do rio (viatório, irrigatório e energético, o preceito constitucional e os planos para o soerguimento do vale.

Valorização da Amazônia: situação atual (população, transportes, etc.), repercussões da situação mundial da borracha, outras possibilidades econômicas (extrativas, agro-pecuárias e minerais), o preceito constitucional e o problema de sua concretização. O Nordeste e o Problema da "Sêca". Aspectos gerais. O chamado "Polígono da Sêca". Exame crítico das soluções indicadas.

IV — *Recursos Vegetais:*

Os recursos da floresta e sua utilização econômica; produtos florestais brasileiros (borracha, castanha, madeira, etc.). Fatores geográficos da exploração agrícola e os principais tipos de agricultura. Problemas da agricultura no Brasil (sociais, econômicos e agrícolas propriamente ditos). — Cereais. A questão do trigo (distribuição geográfica, produção e consumo). Posição do Brasil. — Café. O roteiro do café e as zonas pioneiras. Duas tendências: as plantações no Paraguai e a experiência da "Holambra".

V — *Pecuária:*

Atividades pecuaristas em geral; aspectos peculiares da criação nacional. — A indústria da carne — produção, consumo e comércio internacionais. Posição do Brasil.

VI — *Combustíveis e fontes de energia:*

Hulha branca — estudo das bacias hidrográficas brasileiras e do seu "índice de participação". Regiões carboníferas brasileiras, determinadas e potenciais. Aspectos peculiares do problema da lenha no Brasil. Combustíveis líquidos e gasosos — o petróleo (pesquisa, lavra, refinação e transporte), a destilação dos xistos oleíferos e a utilização do gás natural. A energia atômica.

VII — *Recursos Minerais e Indústria:*

As rochas comuns. Problema do cimento no Brasil. O ferro, distribuição geográfica da produção e industrialização. jazidas de ferro e siderurgia no Brasil. Interrelação da agricultura e da indústria.

VIII — *Transportes:*

Densidade do reticulado viatório brasileiro e influências geográficas (articulação do planalto com o litoral — exemplo das vias férreas paulistas). — Proteção continental das ferrovias brasileiras.

2.º SEMESTRE (45 AULAS)

I — *Geografia Política e Geopolítica:*

A "politische Geographie" de Ratzel. O conceito do espaço (Raum) e de espaço vital (Lebensraum). Halford Mackinder: a "Heartland" e o arco periférico. A geopolítica no sistema de Rudolf Kjellen; o "Estado como Organismo". Karl Haushofer e os postulados da geopolítica nacional socialista. Geografia e Política Exterior.

link. A teoria da Vereinbarung: Triepel. A doutrina anglo-americana do "consent of nations" e o direito internacional como direito da comunidade internacional. As doutrinas sociológicas: o solidarismo de Duguit e a doutrina de Scelle. As doutrinas da norma fundamental: Kelsen e a teoria pura do direito. Renovação do direito natural.

2. Fontes do Direito internacional. O artigo 36 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
3. Direito internacional e direito interno. Dualismo e pluralismo. Primazia do direito internacional; incorporação do direito internacional à ordem jurídica interna.
4. Sujeitos e objetos do direito internacional público. Conceito de pessoa jurídica internacional.

II — As pessoas

a) Os Estados

5. Conceito de Estado. Elementos. Reconhecimento de facto e de jure; expresso e tácito. Reconhecimento: declaração ou constitutivo; ato político ou ato jurídico; o reconhecimento como expressão da vontade da comunidade internacional; possibilidade de centralização no processo de reconhecimento. O reconhecimento por organismos internacionais. Doutrina Stimson sobre não reconhecimento.
6. A doutrina dos direitos e deveres fundamentais dos Estados. A intervenção e seus diferentes aspectos. A doutrina Drago. A doutrina Monroe.
7. Formação, transformação e extinção dos Estados. Mudanças internas; reconhecimento de governos, Doutrinas Tobar e Estrada. Representação de Estados membros da ONU; a proposta cubana de 1950 e a Resolução 396 (V) da Assembleia Geral.
8. Classificação dos Estados simples e compostos. Tipos de associação de Estados. União de direito internacional e uniões de direito constitucional. Situação das áreas dependentes: territórios não autônomos, territórios sob tutela.
9. Responsabilidade internacional dos Estados e outras pessoas de direito internacional: ato ilícito e sua imputação a um órgão ou agente do Estado. Teoria da culpa e teoria objetiva. A chamada responsabilidade indireta: atos de particulares. A obrigação de reparar o dano causado e a aplicação de sanções. Aplicação dos princípios básicos que regem a responsabilidade e atos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. A denegação de justiça e a doutrina do ato complexo. As tentativas de codificar as normas aplicáveis à responsabilidade do Estado por dano causado a estrangeiro em seu território. Responsabilidade do Estado em caso de guerra civil.

III — Base Geográfica da Economia Norte-Americana:

As grandes regiões geográficas. A especialização geográfica na economia norte-americana. As regiões econômicas. A orla do Pacífico. Os Planaltos Intermontanos. As Montanhas Rochosas. Os Grandes Planos (Great Plains) — região de pecuária extensiva e triticultura. A Região de Florestas e Lavoura; a faixa de latifúndios de Wisconsin-Minnesota. A faixa do milho (corn-belt). A faixa algodoeira (cotton-belt). A região Ozark-Appalachiana. A costa do Atlântico e do Golfo. Geografia da Manufatura Estadunidense. Distrito Siderúrgico de Pittsburgh-Cleveland. A Nova Inglaterra industrial. Nova York, Seção industrial Centro Atlântico. Detroit e a indústria automobilística. Projeção internacional da geoeconomia norte-americana.

III — Base Geográfica da Economia Soviética:

Dificuldades específicas de quaisquer estudos sobre a U.R.S.S. A escassez dos fenômenos geográficos: a "continentalidade" da geografia soviética. As grandes regiões naturais. A ocupação da estepe; a invasão do mundo polar, a invasão da taiga. O elemento humano; povos e "nacionalidades". Poder humano da União Soviética. Trabalho escravo na U.R.S.S. e nos satélites — repercussão geo-econômica. A estrutura político-administrativa da U.R.S.S. A agricultura soviética — os fatores geográficos (solo e clima). A socialização da agricultura (Kolkhozy, Sovkhozy); exame crítico dos resultados. Recursos minerais. Energia. A indústria e os fatores geográficos. Os transportes. O comércio. A verdadeira significação da U.R.S.S. nos mercados mundiais.

IV — Base Geográfica da Economia Platina:

As grandes regiões naturais da Argentina e sua exploração econômica. O Pampa. O papel unificador dos trilhos. Problemas atuais da indústria argentina. A Argentina e o Comércio Internacional. O Uruguai, uma terra de transição. Atividade econômica; a agricultura e seus problemas; a produção pecuária e as indústrias derivadas. A importância da rede de transportes. A produção paraguaia e o problema de seu escoamento. O Chaco.

2.º ANO LETIVO (*)

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução

1. Conceito, fundamentos, evolução histórica. Direito natural. Vitória, Suarez e outros precursores espanhóis (Grotius, De Gentili e Zouche a Bynkershoek e von Martens, Pufendorf, Wolff, Vattel. Doutrinas positivistas e voluntaristas. A negação da possibilidade de um direito internacional. John Austin e o conceito de moralidade internacional positiva. Do direito internacional como direito público externo à teoria da auto-limitação: Jellinek.

(*) Publicamos apenas as matérias que sofreram alguma alteração. As demais se encontram nos "Programas de 1951".

10. A Santa-Sé: características especiais. O Tratado de Latrão. O Papa como Chefe de Estado e Chefe da Igreja. A Ordem de Malta e seu reconhecimento como pessoa de direito internacional.

b) *Os Organismos internacionais:*

11. Histórico da organização internacional. A Liga das Nações. Origem, estrutura, funcionamento. O Pacto e os principais instrumentos posteriores.
12. As Nações Unidas. Propósitos e princípios. O artigo 2.º § 7.º: assuntos que dependem essencialmente da jurisdição dos Estados membros. Admissão de membros. Estrutura e funções dos principais órgãos: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Económico e Social, Conselho de Tutela. A Pequena Assembleia. As Comissões Regionais e Funcionais do CES. O Secretário Geral e o Secretariado. Problemas administrativos. O Orçamento da ONU. A Comissão Consultiva de Assuntos Administrativos e Orçamentários e a Comissão de Contribuições. Documentação. Revisão da Carta. Privilegios e imunidades.

13. As Agências Especializadas. Noções gerais: como se estabelecem. Relações com a ONU, OMS, UNESCO, OIT, FAO, ICAO, UPU, ITU, OMM, Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, Fundo Monetário Internacional. A IMCO e a OIC; o GATT. Privilegios e imunidades.

14. Organismos regionais: O sistema interamericano: evolução: a Carta de Bogotá. Estrutura da OEA: funções dos órgãos principais: a Conferência Interamericana, a Reunião de Consulta, o Conselho da OEA, O Conselho Interamericano Económico e Social. O Conselho Cultural e o Comité de Acção Cultural. O Conselho Interamericano de Jurisconsultos e a Comissão Jurídica do Rio de Janeiro. A Comissão Interamericana de Paz e a Junta Interamericana de Defesa. Os organismos regionais europeus: o Conselho da Europa, a União da Europa Ocidental, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. A Comissão do Caribe e a Comissão do Pacífico Sul.

c) *Os indivíduos:*

15. O indivíduo e sua posição em direito internacional. Sujeito ou objeto. Casos em que o direito internacional parece impôr diretamente obrigações ao indivíduo.
16. Nacionalidades, apatridia; múltipla nacionalidade. Aquisição e perda de nacionalidade. A Convenção e Protocolos de Haia, 1930. As Convenções de Montevideu, 1933. Os projetos da Comissão de Direito Internacional sobre apatridia (1953).
17. Tratamento de estrangeiros. A questão do padrão mínimo. A Convenção de Havana, 1928, sobre a condição dos estrangeiros. Entrada e expulsão. Proteção diplomática.

18. Extradição. Princípios gerais. Tentativas de codificação: a Convenção de Montevideu, 1933. Pessoas passíveis de extradição. Crimes que justificam a extradição. Como se processa a extradição.

19. Asilo diplomático: justificação. As Convenções de Havana (1928), Montevideu (1933) e Caracas (1954). A quem, onde, quando, como se dá asilo. Fim do asilo: o salvo-conduto. O problema da qualificação do delicto para fins de asilo: o caso Haya de la Torre. Asilo territorial.

20. A proteção de minorias e a Liga das Nações. A ONU e os direitos humanos. A Declaração Universal (1948) e os projetos dos Pactos dos Direitos do Homem. O problema das medidas de aplicação. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres. Projetos de uma Córte Interamericana para proteção dos direitos do homem. A Europa e os direitos do homem. A Convenção de Roma (1950).

21. A convenção sobre genocídio. A responsabilidade individual por crimes tradicionalmente atribuídos ao Estado. Os julgamentos de Nuremberg e os princípios que nêles se firmaram. O crime de guerra: os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade. Principais decisões feitas aos julgamentos de Nuremberg. O projeto de Código de Crimes contra a ordem, paz e a segurança da Humanidade. A questão de um tribunal criminal internacional.

III — *Os bens*

22. O território dos Estados. Natureza do direito do Estado sobre o território. Possíveis limitações. Modos de aquisição e perda. Domínio terrestre, fluvial e lacustre, aéreo e marítimo. Mar territorial e zona contígua. Métodos de delimitação. Plataforma continental: navios e aeronaves. A ficção de extraterritorialidade.
23. O alto mar e seu regime jurídico. Pirataria. Pesca e aproveitamento dos recursos naturais do alto mar.

IV — *As relações entre os Estados*

24. Relações bilaterais e multilaterais. Órgãos das relações entre os Estados.
25. Relações diplomáticas. Categorias de representantes diplomáticos. Nomeação. Credenciais. Funções. Prerrogativas e Imunidades. Os adidos. Corpo diplomático.
26. Relações consulares. Organização consular. Categorias de agentes consulares. Nomeação. Executur. Prerrogativas e imunidades.
27. Congressos e conferências. Convocação. Ordem do dia. Regimento interno. Comissões e Plenário. Votação. Alta final.

28. Acórdos internacionais. Terminologia. Condições de validade. Forma. Assinatura. Adesão. Ratificação. Depósito. Reservas. Interpretação. Troca de notas. Denúncia. A cláusula "rebus sic stantibus".
29. Métodos para a solução pacífica de conflitos internacionais. Negociações. Bons ofícios. Mediação. Inquérito e conciliação. Arbitragem. Solução Judiciária. A Corte Permanente de Arbitragem e a Corte Internacional de Justiça.
30. O papel dos organismos internacionais na solução dos conflitos. Ação preventiva e repressiva. O Conselho de Segurança e a Assembleia Geral da ONU. Acórdos e entidades regionais. O sistema interamericano: O Pacto de Bogotá e o Tratado do Rio de Janeiro. A organização da legítima defesa coletiva. Segurança coletiva. Desarmamento.
31. A força nas relações internacionais. Ação individual e coletiva. Monopólio do uso da força pela comunidade. Sancões. Definição da agressão.
32. Emprego limitado da força: represálias. Bloqueio.
33. A guerra. Leis de guerra. A declaração e o estado de guerra. Guerra terrestre, marítima e aérea. Beligerantes e neutros. Comércio internacional em tempo de guerra. Bens inimigos. Feridos e prisioneiros. Proteção dos bens culturais. Fim das hostilidades. Fim da guerra.

POLÍTICA INTERNACIONAL

I — *Introdução*

1. Ciência Política. Relações com as outras ciências.
2. Ciência Política e Política Internacional. Objeto. Método.

II — *A política externa dos Estados*

3. Fatores que condicionam a política externa dos Estados.
4. Política interna e política externa.
5. Relações exteriores e correlações de forças.
6. Política de potências e democracia internacional.
7. A política externa das grandes potências.
8. Imperialismo e anti-imperialismo. A emancipação do mundo colonial.

III — *A Sociedade dos Estados*

9. A Sociedade dos Estados. Estrutura e tendências.
10. Bases da cooperação entre os Estados. A diplomacia e os instrumentos políticos dos Estados.
11. O problema da organização internacional.
12. As Nações Unidas. Princípios. Objetivos. Resultados. Participação do Brasil.
13. Organizações Regionais.

IV — *Problemas atuais*

14. Características da política internacional contemporânea. Aspectos econômicos, culturais e estratégicos.
15. Áreas estratégicas. Pontos concretos de conflito.
16. Europa.
17. Ásia.
18. África.
19. América.
20. Influência do progresso científico e técnico sobre a política internacional. Desarmamento e controle do armamento.
21. Perspectivas.

IV

Correspondência da Missão diplomática

Classificação e caráter da correspondência diplomática.
O idioma empregado na correspondência diplomática.
Normas de redação.
Sistema de códigos.
Correspondência postal e telegráfica trocada com a Secretaria de Estado.
Trânsito da correspondência expedida e recebida na Secretaria de Estado.
Mala diplomática.
Acordos administrativos.
Arquivo — organização e guarda.

V

Assuntos políticos e diplomáticos

O mês político.

VI

Assuntos econômicos e comerciais

O mês econômico.

VII

Difusão cultural.

VIII

Noções de cerimonial

IX

Passaportes. Classificação

X

Relações com as repartições consulares

PRÁTICA CONSULAR

Caderno I — Introdução

Caderno II — Organização

Caderno III — Funções

- 1 — Intercâmbio Comercial;
- 2 — Regime de licença prévia;
- 3 — Faturas consulares e comerciais;
- 4 — Despacho de navio mercante e aeronave comercial;
- 5 — Marinha mercante nacional;
- 6 — Passaportes;
- 7 — Assuntos brasileiros e notariado.

Caderno IV — Administração

CONCURSO DE PROVAS PARA O CARGO INICIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA

Vide Anuário de 1952.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (*)

C. A. D.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA

B — Organização e métodos de trabalho do Serviço Diplomático.

I

O Estado e seus agentes nas relações internacionais.
O Ministério das Relações Exteriores: organização atual.
Regulamento do Serviço Diplomático e Consular.

II

Os agentes diplomáticos

Classificação — Corpo Diplomático.

Acreditação.

Credenciais — A missão do agente.

Partida e chegada ao posto. "Instruções".

Privilegios e imunidades.

Deveres e atribuições.

Término de missão.

Encargatura de Negócios.

Casos especiais — Chefe de Estado.

Agentes diplomáticos em Congressos e Conferências Internacionais.

Plenos Poderes.

A ONU e as agências especializadas.

Correio diplomático.

III

A Missão diplomática

Caracterização, classificação e finalidades.

Extraterritorialidade e inviolabilidade da sede.

Imunidades reais e pessoais.

Limitações.

Material e bens pertencentes ao Estado — Verbas — Contabilidade.

Mecanismo do serviço burocrático da Missão.

(*) Publicamos apenas as matérias que sofreram alguma alteração. As demais se encontram nos "Programas de 1951".

LEGISLAÇÃO

PORTARIA N.º 8, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1955

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO-BRANCO, usando da faculdade que lhe confere o parágrafo único do Artigo 17 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 20.694, de 6 de março de 1946, considerando o disposto no artigo 17 do mesmo Regulamento, e considerando que o aproveitamento nos cursos do Instituto Rio-Branco exige efetiva participação nas aulas

RESOLVE:

Baixar as seguintes instruções sobre a frequência no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

- I — Só poderão comparecer aos exames finais os alunos que tenham assistido efetivamente a oitenta e cinco por cento das aulas;
- II — Será considerado falta o atraso superior a dez minutos em qualquer aula;
- III — Os alunos que, por motivo de saúde, devidamente comprovado, tiverem mais de quinze por cento de faltas terão sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova matrícula, uma só vez e no ano letivo imediato;
- IV — Serão desligados do Curso os alunos que tiverem mais de cinco por cento de faltas não justificadas;
- V — Fica revogada a Portaria n.º 7, de 27 de janeiro de 1954.

Rio de Janeiro, em 16 de fevereiro de 1955.

LAFAYETTE DE CARVALHO E SILVA

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1955

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4.º, parágrafo 1.º, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 20.694, de 6 de março de 1946, e alterado pelos Decretos n.ºs 29.334, de 7 de março de 1951 e 35.096, de 29 de fevereiro de 1954, e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco,

RESOLVE:

I — Em 1955, as matérias do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata serão ministradas da seguinte forma:

1.º ano:

Português — 1.º e 2.º períodos letivos;
Francês — 1.º e 2.º períodos letivos;
Inglês — 1.º e 2.º períodos letivos;
Geografia — 1.º e 2.º períodos letivos;
História Diplomática — 1.º e 2.º períodos letivos;
Economia Política — 1.º e 2.º períodos letivos;
Direito Constitucional e Administrativo — 1.º período letivo;
Direito Civil e Comercial — 2.º período letivo.

2.º ano:

Português — 1.º e 2.º períodos letivos;
Francês — 1.º e 2.º períodos letivos;
Inglês — 1.º e 2.º períodos letivos;
Política Econômica — 1.º e 2.º períodos letivos;
Direito Internacional Público — 1.º e 2.º períodos letivos;
Direito Internacional Privado — 1.º período letivo;
Política Internacional — 2.º período letivo.

Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1955.

RAUL FERNANDES

PORTARIA DE 5 DE ABRIL DE 1955

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, usando da atribuição que lhe confere o artigo 39 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 20.694, de 6 de março de 1946,

RESOLVE:

Modificar o programa de Português, Francês e Inglês do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, continuando em vigor para as demais matérias os programas aprovados pela Portaria Ministerial de 12 de março de 1952.

Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1955.

RAUL FERNANDES

PESSOAL DO INSTITUTO RIO-BRANCO DE 1945 A 1955

N O M E S	C A R G O	E X E R C Í C I O
DIRETORES		
Hildebrando Pompeu Pinto Acioly	Embaixador	28-4-1945 a 13-10-1946
Jacome Baggi de Berenguer Cesar	Ministro. int.	26-7-1946 a 27-12-1946
Hélio Lobo	Ministro	15-1-1947 a 24-4-1947
Lafayette de Carvalho e Silva	Embaixador	24-4-1947 a
CHEFES DA SECRETARIA		
Labieno Salgado dos Santos	Ministro	1-9-1945 a 3-6-1946
Jacome Baggi de Berenguer Cesar	Ministro	3-6-1946 a 7-1-1947
João Guimarães Rosa	Ministro	24-1-1947 a 7-8-1948
Vera Regina Amaral Sauer	Cônsul. int.	1-8-1947 a 31-1-1948
Raul Bopp	Ministro	17-9-1948 a 17-11-1951
Beata Vettori	Conselheiro	17-11-1951 a 30-5-1953
Jayme de Azevedo Rodrigues	Conselheiro	30-5-1953 a 11-11-1953
Antonio Corrêa do Lago	Conselheiro	11-11-1953 a 1-10-1954
Luiz de Almeida Nogueira Pôrto	Cônsul	6-10-1954 a 26-5-1955
Vera Regina Amaral Sauer	Cônsul	26-5-1955 a
CHEFES DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO		
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	12-5-1948 a 18-11-1949
Ayrton Diniz	Secretário. int. ...	18-11-1949 a 23-6-1950
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul. int.	23-6-1950 a 9-2-1951
Cláudio Garcia de Souza	Secretário	9-2-1951 a 26-5-1952
Luiz Benjamim de Almeida Cunha	Secretário	2-4-1951 a 28-5-1951
Marcos Antonio de Salvo Coimbra	Cônsul. int.	28-5-1952 a 27-3-1953
Manuel Maria Fernandez Alcázar	Secretário	8-6-1953 a 7-4-1954
Osires Carneiro Leão	Auxiliar Administrativo, int.	11-1-1954 a 10-5-1954
José Maria Villar de Queiroz	Cônsul	7-4-1954 a 10-1-1955
Martha Freire Pereira Pinto	Interina	13-1-1955 a

N O M E S	C A R G O	E X E R C I C I O
Martha Freire Pereira Pinto	Escrutinário	8-3-1946 a 12-2-1949 15-7-1953 a
* Vera Pereira Corrêa da Costa	Auxiliar	8-7-1946 a 20-12-1946
* Manoel Moreira de Barros	Auxiliar	8-3-1946 a 18-10-1946
* Ida Lobo de Brito	Arquivista	3-8-1946 a 1-2-1947
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Escrutinário	23-11-1946 a
* Dulce Soares de Oliveira	Auxiliar	3-9-1947 a 31-12-1947
* Clotilde Paletta de Alencar	Auxiliar	7-11-1947 a 31-5-1951
* Washington Müller dos Reis	Auxiliar	21-11-1947 a 5-5-1948
* Iolanda Lucia Vettori	Arquivologista	12-1-1948 a 30-8-1948
* Cecília Leite Carneiro Monteiro	Datilógrafo	21-1-1949 a 9-12-1952
* Regina Lima de Abreu	Datilógrafo	23-3-1949 a 23-8-1951
Lygia Lima de Abreu	Escrutinário	25-10-1951 a
* Vera de Pimentel Brandão Corrêa Pinto	Auxiliar	1-2-1951 a 31-12-1953
* Iris Coelho	Taquigrafo	1-1-1953 a 31-8-1955
* Sylvia Ribeiro Póroas	Auxiliar Administrativo	15-7-1954 a 26-8-1954
* Zoeh Yvonne da Veiga Ferreira Pontes	Auxiliar Administrativo	26-11-1951 a 1-8-1952
Maria Aparecida de Carvalho Sá	Auxiliar Técnico Financeiro	1-12-1953 a
Rachel Biasotto Mano	Escrivente - datilógrafo	1-10-1954 a 13-1-1955
* Maria Sylvia de Noronha	Auxiliar Administrativo	1-10-1954 a 2-9-1955
Anna Maria Ribeiro Teixeira	Auxiliar	22-8-1955 a
Luciela Junqueira	Auxiliar	22-8-1955 a

SEÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA

* Marina de Barros e Vasconcellos	Assistente Enc. 2ª Seção	23-9-1946 a 9-10-1951 9-10-1951 a 3-1-1955
Maria Paletta de Alencar	Auxiliar	26-5-1947 a
Rachel Biasotto Mano	Chefe, interino	13-1-1955 a
Zina Arcary	Datilógrafo	1-10-1954 a

N O M E S	C A R G O	E X E R C I C I O
CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA		
Alvaro Moutinho Neiva	Técnico de Educação	19-5-1949 a 31-12-1949
Marina de Barros e Vasconcellos	Professora Encarregada	9-10-1951 a 13-1-1955
Rachel Biasotto Mano	Professora, int.	13-1-1955 a
CHEFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES		
José Honório Rodrigues	Professor	2-9-1948 a 24-7-1950
Raul José de Sá Barbosa	Secretário	21-8-1950 a 26-5-1951
Luiz Benjamim de Almeida Cunha	Secretário, int.	11-6-1951 a 24-9-1951
Cláudio Garcia de Souza	Secretário, int.	24-9-1951 a 19-1-1952
Flávio Garcia de Souza		19-1-1952 a 7-1-1955
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Auxiliar, int.	7-1-1955 a

SECRETÁRIOS DO DIRETOR

Mellilo Moreira de Mello	Secretário	22-5-1946 a 13-12-1946
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	23-12-1946 a 12-5-1948
Vera Regina Amaral Sauer	Consul, int.	1-8-1947 a 31-1-1948
Ayrton Diniz	Secretário	12-5-1948 a 23-6-1950
Luiz Benjamim de Almeida Cunha	Secretário	13-2-1951 a 24-9-1951
Cláudio Garcia de Souza	Secretário, int.	24-9-1951 a 5-10-1951
Marcos Antônio de Salvo Coimbra	Cônsul	5-10-1951 a 27-3-1953
Manoel Maria Fernandez Alcázar	Cônsul	8-7-1953 a 7-4-1954
José Maria Vilar de Queiroz	Cônsul	7-4-1954 a 25-1-1955

AUXILIAR S DA SECRETARIA E SUA DISTRIBUIÇÃO

PELAS DIVERSAS SEÇÕES

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

* Maria Virginia Dantas Cavalcante ..	Auxiliar	1-9-1945 a 31-12-1945
* Ladislau Colaço	Auxiliar	10-11-1945 a 14-11-1945
* Jorge Malheiros dos Santos	Auxiliar	5-10-1945 a 13-11-1945
* Estêvão Botelho	Contador	1-1-1946 a

N O M E S	C A R G O	E X E R C Í C I O
SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES		
* Astréa Dutra dos Santos	Pesquisador	26-11-1945 a 31-12-1949
* Jacy Lobato Álvares	Bibliotecário	10-9-1948 a 10-6-1951
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo.	Auxiliar	31-11-1948 a
* Osíres Carneiro Leão	Auxiliar Administrativo	19-6-1951 a 26-1-1955
Heloisa Behring	Bibliotecário	15-3-1955 a
* Ronaldo Costa	Serv. Extraordinário da Biblioteca	
* Othon Guimarães	Serv. Extraordinário da Biblioteca	
PORTARIA		
Wilson Teixeira (Servindo na S.T.P.) ..	Continuo	
Ivan Teixeira (Servindo na S.A.)	Continuo	
Antônio Jorge dos Santos (Servindo na S.T.P.)	Servente	
Rubens Pereira de Souza e Silva (Servindo na S.A.)	Mensageiro	

NOTA — Os auxiliares cujos nomes estão marcados com um asterisco já não trabalham no Instituto Rio-Branco.

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

CARVALHO, Carlos Delgado de

(CPCD — História Diplomática do Brasil — História Diplomática Mundial).

Bacharel em letras pela Universidade de Lion. Diplomado pela "Escola de Ciências Políticas" de Paris (seção diplomática) 1908. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1921). Sócio de Honra da "Sociedade Brasileira de Geografia". Ex-Diretor do Colégio Pedro II. Catedrático de Sociologia do Instituto de Educação. — (Prefeitura do Distrito Federal). Presidente de Honra da "Associação de Cultura Franco-Brasileira" (Alliance Française) do Rio de Janeiro. Representante do Ministro da Educação e Cultura no Diretório do "Conselho Nacional de Geografia". Cavaleiro da Legião de Honra (1937). Incumbido pela UNESCO de organizar e presidir a Reunião dos Geógrafos de 1950 em Montreal (Canadá). Sócio de vários Institutos (Lima, São Paulo, Nova York, Frankfurt s/ Meno, Bahia, Espírito Santo). Professor Emérito da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Autor de vários livros de Geografia, História e Sociologia.

GALVÃO, Jesus Belo

(CPCD — Português).

Curso Superior na Faculdade Nacional de Filosofia; Bacharel em Letras Clássicas e Licenciado em Letras Clássicas pela mesma Faculdade. Professor da Escola Técnica Nacional, do Colégio Pedro II, dos Cursos de Administração do D.A.S.P., do Colégio Andrews. Professor dos Cursos de Férias (Extensão Universitária) da Faculdade Nacional de Filosofia. Classificado nos Cursos para Professor Catedrático do Colégio Pedro II e em 1.º lugar para Professor Catedrático da Escola Naval. Obras publicadas: "O Salmo de Miserere Mei Deus, de Gil Vicente"; "O Pleonismo e mais dois Estudos de Língua Portuguesa"; Leituras Brasileiras" (livro didático); "Fenômenos de Sintaxe Ideológica e Ativa da Língua Portuguesa"; "Textos Comentados"; "Leituras

de Português"; "Curso de Português por Correspondência"; "Curso de Português"; "Subconsciência e Atividade na Língua Portuguesa".

JAQUIER, Louise

(CPCD — Francês)

"Diploma Intercantonal Romano para ensino do Francês em país de língua estrangeira" (Suíça). Obras publicadas: "La France racontée aux jeunes", "Français — 4 séries do Curso Comercial Básico", "Français — 4 séries do Curso Secundário", "Français — 2 séries dos Cursos Clássico e Científico".

KNOX, John

(CPCD — Inglês)
(CE — Inglês)
(CEX — Inglês).

Professor de Inglês dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural; da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa; da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro; do Conselho Nacional do Petróleo. Obras publicadas: "Gente e Terra do Brasil"; "Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa".

LACERDA, José Cândido Sampaio de

(CPCD — Direito Civil e Comercial).

Juiz de Direito. Livre-docente de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Niterói. Professor de Direito Comercial da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Professor catedrático de "Instituições de Direito Privado" da Faculdade de Economia do Rio de Janeiro. Obras publicadas: "Esboço histórico sobre a organização dos cursos jurídicos no Brasil"; "Natureza e efeitos de contrato de ajuste"; "Curso de Direito Comercial Marítimo e Aeronáutico"; "Da emissão de ações com ágio no direito brasileiro"; "Da negociabilidade dos títulos emitidos pelos armazéns gerais e seus efeitos".

LEAL, Hamilton

(CPCD — Direito Constitucional e Administrativo).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Ex-Consultor Jurídico

dico da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil. Ex-Assistente Jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico. Consultor Jurídico do I.B.G.E. Obras publicadas: "Da Execução de Mandado de Segurança"; "Erros de Técnica da Constituição Reformada"; "Inconstitucionalidade Fiscal"; "Da Personalidade Jurídica"; "Polícia Técnica".

LEITE FILHO, João Baptista Barreto

(CPCD — Política Internacional).

Jornalista especializado em assuntos internacionais. Correspondente de guerra na África do Norte e na Europa, 1943-1945. Correspondente político na Europa de 1946 a 1949. Correspondente de imprensa junto a numerosas conferências internacionais. Membro da Delegação Brasileira à IV.^a e X.^a Assembleias Gerais das Nações Unidas, em 1949 e 1955. Conferencista da Escola Superior de Guerra em 1954. Estagiário na mesma Escola, em 1955.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha

(CPCD — Português).

Professor catedrático (interino) de Português do Colégio Pedro II. Professor efetivo de Português do Instituto de Educação. Ex-Professor de Português da Escola de Aeronáutica. Ex-Diretor do Departamento de Educação Técnico-Profissional do Distrito Federal. Diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal. Assistente do Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal. Obras publicadas: "Teoria da Análise Sintática"; "Anotações e Textos Errados"; "Curso de Língua Pátria"; "O Programa de Português do Segundo Ciclo"; "A Arquitetura do Verso"; "Uma Preposição Portuguesa"; "Através da Oração aos Moços".

MULHOLLAND, John

(CPCD — Inglês).

Diretor de Ensino da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Professor de Inglês nos Cursos da Rádio Ministério da Educação. Ex-Professor de Didática Especial na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette.

PEDROSA, Mário

(CPCD — Política Internacional).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Professor catedrático do Co-

légio Pedro II (Internato). Livre Docente da cadeira de História de Arte-Estética da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil. Doutor em Arquitetura, tese: "Da Natureza Afetiva da Forma na Obra de Arte". Membro da Comissão Executiva da Associação Internacional de Críticos de Arte (sede em Paris). Conferencista da Escola Superior de Guerra em 1954 e 1955. Jornalista. Crítico de Arte. Ensaísta. Obras publicadas: "Arte, Necessidade Vital"; "Panorama de Pintura Contemporânea".

POLZIN, Alfredo

(CAD — Prática Consular).

Cônsul Geral Aposentado. Delegado do Brasil à Conferência Internacional de Carnes, realizada em Londres. Presidente da Comissão Julgadora de concorrência pública de construção da metade da ponte internacional sobre o rio Uruguai. Presidente da Comissão para exame, julgamento e demais trâmites nas concorrências abertas, em 1941 e 1942, pelo Ministério das Relações Exteriores. Presidente da representação oficial brasileira na Reunião Comercial Interamericana, realizada em Miami em 1947. Exerceu funções consulares em: Antuérpia, Barcelona, Belgrado, Buenos Aires, Gálatz, Havre, Londres, Manchester, Marselha, Miami, Newport-News e São Francisco.

RODRIGUES, Carlos Calero

(CPCD — Direito Internacional Público).

Primeiro Secretário. Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Ex-Professor de Administração Internacional da Fundação Getúlio Vargas. Assistente de Orçamento do Ministério da Fazenda. Assessor da Delegação do Brasil à V.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Secretário da Delegação do Brasil à IV.ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em Washington. Assessor da Delegação do Brasil à IV.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris. Assessor da Delegação do Brasil à VII.ª Sessão da Assembleia Geral das N.U., em Nova York. Membro da Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil. Auxiliar de Gabinete do Ministro de Estado Raul Fernandes.

SÁ, Jayme Magrassi de

(CPCD — Economia Política — Política Econômica)
(CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil — Estudos Brasileiros).

Economista. Contabilista. Oficial da Reserva do Exército. Diplomado pela Escola Superior de Guerra em 1955. Assessor Técnico

da Diretoria do Instituto de Economia da Fundação Mauá — Abril de 1949 a dezembro de 1951. Técnico em Economia do Conselho Nacional de Economia — Novembro de 1951 a abril de 1952. Economista da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos — Dezembro de 1952 a junho de 1953. Economista da Divisão Econômica do MRE desde janeiro de 1952. Assessor Técnico da Divisão Econômica. Assessor Técnico da Delegação Brasileira à VII Reunião das Partes Contratantes do Acôrdo de Tarifas e Comércio — 1952. Assessor Técnico da Comissão Mista Brasil-Argentina — 1954. Assessor Técnico da Presidência da COFAP — 1955. Representante do DEC do MRE na Comissão de Financiamento e Investimentos da SUMOC.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly

(CPCD — Geografia Econômica).

Bacharel em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1940). Licenciado em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1941). Professor-Assistente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1942-44). Pós-graduado nas Universidades da Califórnia e da Louisiana, onde defendeu tese de doutoramento (Ph. D.) em Geografia (1943-44). Assistente de Ensino da Universidade da Califórnia, em Berkeley (1943). Professor-Catedrático de Geografia da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (desafio de a sua fundação). Professor-Catedrático de Geografia do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (desde 1944). Diretor do "Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil" da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Professor de Geografia no Instituto Rio-Branco do Ministério das Relações Exteriores (desde 1946). Diretor do Curso de Férias da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1950). Membro da Comissão Nacional do Livro Didático (março de 1946 a dezembro de 1947). Presidente da Comissão Técnica de Geografia Regional do Conselho Nacional de Geografia (eleito em julho de 1948). Consultor-Técnico do Conselho Nacional de Geografia (eleito pela Assembleia Geral em 1950). Membro da Comissão Técnica de Geografia Humana do Conselho Nacional de Geografia (eleito pela Assembleia Geral em 1951). Representante da Faculdade Nacional de Filosofia junto ao II Congresso Pan-americano de Engenharia de Minas e Geologia (1946). Representante da Faculdade Nacional de Filosofia junto à I Reunião Brasileira de Ciências do Solo, onde foi eleito Secretário da Comissão de "Morfologia e Gênese do Solo" (1947). Membro, a convite do Ministro da Agricultura, da comitiva do Ministério da Agricultura, que tomou parte na "I Mesa Redonda

sobre Conservação de Solos" (1949). Delegado do Governo Brasileiro ao "XVI Congresso Internacional de Geografia" em Lisboa (1949). Membro da Missão Cultural Brasileira enviada ao Uruguai, onde realizou conferências no "Instituto Nacional de Investigaciones Geográficas de la Universidad de la Republica Oriental del Uruguay" e no "Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño". (1949). Delegado do Governo Brasileiro junto à I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia (1949). Delegado do Governo Brasileiro ao "Seminário sobre o Ensino da Geografia" em Montreal, Canadá, organizado pela UNESCO (1950). Membro do Comitê de Geografia das Américas na Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Delegado do Governo Brasileiro junto à III Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia (1952). Delegado do Governo Brasileiro junto ao "XVII Congresso Internacional de Geografia", em Washington (1952). Presidente da Seção de "Demografia e Geografia Cultural" do XVII Congresso Internacional de Geografia em Washington (1952). Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (1952). Membro da Comissão Consultiva sobre Pesquisas de Problemas das Terras Áridas da UNESCO (1955). Membro Associado da Academia Brasileira de Ciências. Membro efetivo da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Sócio Fundador da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Membro da Comissão Permanente de Terminologia. Sócio Correspondente do Instituto do Ceará. Sócio Correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Membro da "American Geophysical Union". Membro da "American Geographical Society". Membro da "American Association for the Advancement of Science". Membro da "Association of American Geographers". Membro da "Société Géologique de France". Membro da "Association de Géographes Français". Membro da "Svenska Sällskapet för Antropologi och Geografi". Obras publicadas: *Escolismo e Educação; Educação Extra-Escolar e de Adultos*, Rio de Janeiro, 1939, 65 pág. Monografia classificada em primeiro lugar em concurso para Técnico de Educação do Estado do Rio de Janeiro. "Paqueta — Ensaio Geográfico", *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, Rio de Janeiro, 1944, Vol. V:697-728, ilustrações. "The Pointe Coupée Cut-Off in Historical Writings", *The Louisiana Historical Quarterly*, Vol. XXVIII, N.º 1, Jan. 1945:69-84. *Contribuição ao Estudo da Geografia; o Trabalho de Campo na Geografia e o Equipamento Didático* (Prefácio de Pierre Deffontaine), Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1946, 135 pág., ilustrações. "Achegas para um Glossário de Ciência do Solo", *Revista Brasileira de Geografia*, outubro-dezembro 1947:575-576. Erdkunde; Archiv für Wissenschaftliche Geographie" (Comentário), *Revista Brasileira de Geografia*, janeiro-março 1948:124-127. "A Pesquisa Geográfica no Curso Secundário", *Boletim Geográfico*, maio de

1948:169-173. "The Distribution of Water Power Resources in Brazil with Reference to the Participation Ratio Concept", *Annals of the Association of American Geographers*, June 1948: 133-144. "The Names Pointe Coupée and False River: an Inquiry in Historical Geography", *The Louisiana Historical Quarterly*, July 1948:9 pág. "Enchentes e Movimentos Coletivos do Solo no Vale do Paraíba em dezembro de 1948 — Influência da Exploração Destrutiva das Terras", *Revista Brasileira de Geografia*, abril-junho, 1949:223-261. "O Homem como Fator Geográfico", *Boletim Geográfico*, outubro de 1949:739-743. "A Paisagem Econômica dos Alpes de Kolm-Sagurn" (Comentário) *Revista Brasileira de Geografia*, julho-setembro de 1949:435-437. "A Propósito da Colonização Germânica em Terras de Mata da América do Sul", *Revista Brasileira de Geografia*, outubro-dezembro de 1949:591-612. "Floods and Landslides in the Paraíba Valley, December 1948 — Influence of Destructive Exploitation of the Land", *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne 1949*, Tome III. Transcrito em *Conservation in the Americas*, April 1950:2-50. "Vales Tectônicos na Amazônia", *Revista Brasileira de Geografia*, outubro-dezembro de 1950:511-534. "The Physical Basis of Brazilian Society", *Brazil: Portrait of Half a Continent*, New York: The Dryden Press, 1951:52-85. "The Status of Geography in Brazil", *The Professional Geographer*, July, 1951: 23-29. "A Fundação da Colônia Treze de Maio", *Jornal do Comércio* (Mauá), 13 de maio de 1951. "Brasil Devastado", *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1951. Transcrito em *Formação*, agosto de 1951:13-22 e em *A Ordem*, novembro de 1951:31-42. "A Sêca de 1951 no Ceará" (Exposição feita, em 19 de setembro de 1951, na Câmara dos Deputados, a convite da Comissão do Polígono das Secas). *Diário do Congresso Nacional*, 27 de outubro de 1951:10150-10155. Publicado também em *Avulso da Câmara* (Comissão do Polígono das Secas), 15 pág. Transcrito em *A Ordem*, Março de 1952:5-34. "Aspectos da Sêca de 1951 no Ceará", *Revista Brasileira de Geografia*, julho-setembro de 1951. "Meditaciones Geográficas sobre América" (Comentário), *Revista Brasileira de Geografia*, outubro-dezembro de 1951. "Uma Lição do Passado", *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1952. "Land Use and the 1951 drought in Ceará", tese apresentada ao XVII Congresso Internacional de Geografia, Washington 1952. "Fracture Patterns in the Amazon and Mississippi Valleys" (em colaboração com Richard J. Russell), tese apresentada ao XVII Congresso Internacional de Geografia, Washington 1952. *Geografia Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro: Publicações do Instituto Rio-Branco (em preparo). "Agriculture and Industry in Brazil: problems and Prospects" *Geographical Journal*, December 1955.

TENÓRIO, Oscar Accioly

(CPCD — Direito Internacional Privado — Direito Internacional Público).

Desembargador. Catedrático da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, da Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, da Faculdade de Economia, da Faculdade de Ciências Jurídicas. Livre Docente da Universidade do Brasil. Obras publicadas: "Direito Internacional Privado"; "Lei de Introdução ao Código Civil"; "Da Aplicação da Lei Penal"; "Dos Mandatos Internacionais"; "Estudo sobre a Substância dos Testamentos em Direito Privado Internacional"; O Problema Imigratório e a Constituição de 1934"; "Imigração".

RELAÇÃO DOS PROFESSORES QUE LECIONARAM NO INSTITUTO RIO-BRANCO

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto
(CPCD — Direito Internacional Público)

ALMEIDA, Secretário Miguel Álvaro Osorio de
(CPCD — Economia Política)

ALMEIDA, Renato Costa
(CPCD — Português)

ANDRADE, Dyla Silvia Navarro de
(CEX — Prática de Arquivo)

ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de
(CPCD — História do Brasil)

BACKHEUSER, Everardo
(CEX — Geografia Política do Brasil e da América Latina)

BECKER, Martha Ellen
(CE — Alemão)

BRAGA, Cônsul Pedro de Souza Ferreira Gonçalves
(CPCD — Direito Internacional Público)

BRITO, Aldemar Hora Dantas de
(CPCD — Política Internacional)

BRITO, Dante de
(CPCD — Inglês)

BURGOS, Frederico Luís de
(CE — Estenografia)

CAMPOS, Conselheiro Roberto de Oliveira
(CAD — Sociologia Política)

- CARNEIRO, Secretário Octavio Augusto Dias
(CPCD — Política Econômica)
(CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil)
- CONRADO, Secretário Raul
(CAD — Espanhol)
- CORREIA JÚNIOR, Ministro Manoel Pío
(CPCD — Orientação Profissional)
(CAD — Prática Diplomática)
- CORREIA, Roberto Alvim
(CPCD — Francês)
- CORTESÃO, Jaime Zuzarte
(CAD — História da Formação Territorial do Brasil)
(CEX — História da Cartografia Política do Brasil)
- CURY, Américo
(CPCD — Economia Política)
- DOURADO, Mecenas
(CPCD — História Diplomática)
- ELIA, Sílvia Edmundo
(CPCD — Português)
- FARIA, Cônsul Milton
(CAD — Prática Consular)
- FERNANDES, Cônsul Geral Mário de Deus
(CAD — Prática Consular)
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda
(CPCD — Português)
- FONSECA, Roberto Piragibe da
(CPCD — Direito Internacional Público)
- FOZ, ALBERTO dos Santos
(CPCD — Economia Política)
- FRANCO, Deputado Afonso Arinos de Melo
(CPCD — História do Brasil)
- FRAZÃO, Secretário Sérgio Armando
(CPCD — Direito Internacional Público)

- GABAGLIA, Fernando Antônio Raja
(CEX — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina)
- GALVÃO, Ivan
(CAD — Italiano)
- GOMES, Ministro Jaime de Barros
(CPCD — História Social e Política do Brasil)
- GRIECO, Secretário Donatello
(CPCD — Português)
- GRIFFIN, William James
(CPCD — Inglês)
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares
(CPCD — Geografia Econômica)
- GUIMARÃES, José Nunes
(CPCD — Política Econômica)
- HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca
(CAD — Prática Diplomática)
- LACOMBE, Américo Jacobina
(CPCD — História do Brasil)
- LAGE, Alfredo Martins
(CE — Inglês)
- LAGO, Ministro Antonio Corrêa do
(CPCD — Orientação Profissional)
- LIMA, Alceu Amoroso
(CPCD — Economia Política)
(CAD — Sociologia Política)
- LOBO, Ministro Hélio
(CAD — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática)
- MADEIRA, Marcos Almir
(CAD — Estudos Brasileiros)
- MANGABEIRA, Francisco
(CPCD — Direito Internacional Público)

- MARINHO, Ministro Ilmar Penna
(CPCD — Direito Internacional Privado)
- MELLO, José de Campos
(CPCD — Economia Política)
- MONTEIRO, Clovis do Rêgo
(CPCD — Português)
- MOREIRA, Laura de Barros
(CEX — Praxes Sociais e Diplomáticas)
- MORTARA, Marcella
(CAD — Italiano)
- MOTA, Secretário Benedito Roque da
(CAD — Prática Diplomática)
- MOTTA, Petrónio
(CPCD — Português)
- NASCENTES, Antenor
(CPCD — Português)
- NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(CEX — Prática Consular)
- NOGUEIRA, Júlio
(CE — Português)
- PEREZ, David José
(CAD — Espanhol)
- PIMENTEL, Maria de Lourdes
(CE — Criptografia)
- PINHEIRO, Secretário João Baptista
(CPCD — Economia Política — Política Económica)
(CEX — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda
Nacional)
- PORTO, Secretário Luiz de Almeida Nogueira
(CPCD — Direito Internacional Público)
(CAD — Prática Diplomática)
- POVOAS, Sílvia Ribeiro
(CE — Datilografia)

- REZENDE, Omar Vieira de
(CE — Prática de Correspondência e Comunicações)
- RIBEIRO, Pedro Freire
(CPCD — Política Mundial Contemporânea)
- RIOS, José Arthur
(CAD — Estudos Brasileiros)
- RODRIGUES, Ministro Jayme Azevedo
(CPCD — Orientação Profissional — Política Internacional)
- RODRIGUES, José Honório
(CPCD — História do Brasil)
- SÁ, Hernane Tavares de
(CAD — Estudos Brasileiros)
- SILVA, Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e
(CPCD — Direito Internacional Público)
- SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(CAD — História Diplomática do Brasil)
- SILVA, Paulo Cesar Machado da
(CPCD — Inglês)
- SILVA, Roberto Barbosa da
(CPCD — Português)
- SOUSA, Senador José Ferreira de
(CPCD — Direito Civil e Comercial)
- VASCONCELLOS, Conselheiro Dora Alencar de
(CAD — Prática Consular)
- VASCONCELLOS, Marina de Barros e
(CPCD — Francês)
(CE — Francês)
- VIANA, Hélio
(CAD — História Diplomática)

DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMATAS SELECIONADOS PELO INSTITUTO RIO-BRANCO

NOME	CARGO	EXERCÍCIO
AGUIAR, Sérgio Luiz Portella de	3.º Secretário	C. G. em New York
ALMEIDA, José Olímpio Rache de	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
ALVES, Dário Moreira de Castro	2.º Secretário	Embaixada em B. Aires
ALVES, Lauro Soutello	2.º Secretário	Embaixada em Washington
ANDRADA, Antonio Carlos Diniz de	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
ANDRADA, José Bonifácio Lourenço de	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
ARAÚJO, João Hermes Pereira de	3.º Secretário	Embaixada no Vaticano
AREIAS NETTO, João Luiz	Cônsul Adjunto	C. G. em Zurique
BARBOSA, Jorge Ronaldo de Lemos	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
BARBOSA, Raul José de Sá	2.º Secretário	Legação em Belgrado
BARREIROS, José	Cônsul de 2.ª	Consulado em Argel
BATH, Sérgio Fernando Guarischi	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
BATISTA, Paulo Nogueira	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
BELLOC, Pedro Hugo Fabrício	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
BIATO, Oswaldo	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
BITTENCOURT, Helio da Fonseca e Silva	2.º Secretário	Embaixada em Washington
BRAGA, Rogério Corção	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
BRANDÃO, Guy Marie de Castro	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
BRITO FILHO, Octavio do Nascimento	2.º Secretário	Legação em Pretória
CÂMARA FILHO, Antonio Arruda	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
CAMPOS, Fernando de Menezes	Cônsul Adjunto	C. G. em Hamburgo
CARDONA, Faust	2.º Secretário	Embaixada no Cairo
CARNAÚBA, Frederico Carlos	3.º Secretário	Embaixada em Santiago
CARVALHO, Adhamar Soares de	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
CARVALHO, Ernesto Alberto Ferreira de	Vice-Cônsul	C. G. em Liverpool
CARVALHO, Jorge Paes de	2.º Secretário	Secretaria de Estado
CARVALHO, José Murillo de	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
CASTELLO BRANCO, Regina Victoria	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
CASTRO, Paulus da Silva	2.º Secretário	Embaixada em Washington
CASTRO, Raymundo Nonnato Loyola de	2.º Secretário	Embaixada em Quito
CAVADAS, Luiz Garrido	2.º Secretário	Embaixada em Washington
CAVALCANTI, Geraldo Egídio da Costa	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
Holanda	Cônsul Adjunto	C. G. em S. Francisco
CESAR, Octavio Luiz de Berenguer	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
CHAUDON, Marco Aurelio dos Santos	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
COLLOR, Lindolfo Leopoldo	Cônsul de 3.ª	C. G. em Lisboa
COMERA, Marcos Antonio de Salvo	Vice-Cônsul	Secretaria de Estado
CONCEIÇÃO, Antonio	Cônsul de 3.ª	Embaixada em Manágua
CORBETT JUNIOR, Daniel Joseph	2.º Secretário	Secretaria de Estado
CORREIA, Mario Andrade	Cônsul de 3.ª	Leg. Junto à ONU
COSTA, João Frank da	3.º Secretário	Secretaria de Estado
COSTA, Luiz Loureiro Dias	2.º Secretário	Legação em Berna
COSTA, Mario Loureiro Dias	3.º Secretário	Legação Junto à OEA
COSTA, Ronaldo	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
COUTINHO, Rodrigo Amaro de Azeredo	3.º Secretário	C. G. em Valparaíso
CUNHA, Luiz Benjamim de Almeida	Cônsul de 3.ª	Secretaria de Estado
CUNHA, Pedro Emilio Penner da	Cônsul de 3.ª	C. G. em Paris
DANTAS, Rodolfo Godoy de Souza	Cônsul Adjunto	C. G. em Paris

(Continua)

(Continuação)

NOME	CARGO	EXERCÍCIO
MELLO, Gilberto Francisco Renato	Cônsul de 2. ^a ...	Secretaria de Estado
Allard Chateaubriand Eandeira de	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
MELLO, Maria Sandra Cordeiro de	3. ^o Secretário	Embaixada em Lima
MELLO, Ovidio de Andrade	2. ^o Secretário	Embaixada em Buenos Aires
MELLO, Paulo Cabral de	Cônsul de 2. ^a ...	Secretaria de Estado
MELLO FRANCO, Afonso Arios de	3. ^o Secretário	Embaixada em Ancara
MELLO MATOS, Ney Moraes de	Vice-Cônsul	C. G. em Antuerpia
MESQUITA, Henrique Augusto de Araújo	2. ^o Secretário	Embaixada em Assunção
MONTEIRI, João Desideratti	2. ^o Secretário	Embaixada em Bogotá
MONTEIRO, Marcio Rego	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
MOREIRA, Marcilio Marques	2. ^o Secretário	Deleg. Junto à ONU
MOTTA JUNIOR, David Silveira da	2. ^o Secretário	Legação em Genebra
MOUHA, Heitor Pinto de	2. ^o Secretário	Legação em Belgrado
NEVES, Octavio Raimho da Silva	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
NEVES, Siziño Pontes	Vice-Cônsul	Embaixada em Haia
NOGUEIRA, Isócrates de	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
OLIVEIRA, João Tabajara de	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
OURI PIETO, Gil Roberto Fernando de	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
PACHECO, Roberto Chalu	Vice-Cônsul	Consulado em Port of Spain
PATRIOTA, Antonio	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
PAULA, Francisco Hermógenes de	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
PENTEADO, Odilon Carmargo	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
PINTO, Carlos Alberto Pereira	3. ^o Secretário	Embaixada em Londres
PINTO, Paulo Frassinetti	Vice-Cônsul	C. G. em Buenos Aires
PIRES, Helcio Tavares	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
PIRES DO RIO, Jorge	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
QUEIROZ, José Maria Vilar de	3. ^o Secretário	Embaixada em Ottawa
RADZANSKI, Edmundo	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
RAFFAELLI, Marcelo	3. ^o Secretário	Embaixada em Caracas
REZENDE, Expedito de Freitas	3. ^o Secretário	Embaixada em Buenos Aires
RIBEIRO, Eurico Nazareth Nogueira	2. ^o Secretário	Embaixada no Panamá
RIBEIRO, Jorge Alberto Nogueira	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
RIBEIRO, Raul Fernando Belford Roxo Leite	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
RIBEIRO, Arnaldo	Vice-Cônsul	C. G. no Porto
ROMERO, Marcos Magalhães de Souza	Cônsul Adjunto	C. G. em New York
Rosa, Carlos Augusto de Proença	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
SANTOS, Agenor Soares dos	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
SCARABOLLO, Helio Antonio	Cônsul Adjunto	C. G. em Londres
SERRA, Joaquim de Almeida	3. ^o Secretário	Embaixada em Buenos Aires
SETTE, Luiz Paulo Lindenberg	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
SILVA, Celso Antonio de Souza e	2. ^o Secretário	Emb. em El Salvador
SILVA, Oswaldo Barreto e	Cônsul Adjunto	C. G. em Antuerpia
SILVA, Paulo Amêlo do Nascimento.	2. ^o Secretário	Embaixada em Paris
SILVEIRA, Victor José	2. ^o Secretário	Embaixada em Bonn

(Continua)

(Continuação)

NOME	CARGO	EXERCÍCIO
DENYS, Renato Bayma	3. ^o Secretário	Embaixada no México
DIEGUEZ, Ayrton Gonzalez Gil	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
DINIZ, Ayrton	2. ^o Secretário	Embaixada em Santiago
DINIZ, Celso	Vice-Cônsul	Consulado em Baltimore
FANTINATO NETTO, Antonio	Cônsul Adjunto	C. G. em Montevideu
FARIA, Felix Baptista de	3. ^o Secretário	Legação em Estocolmo
FERNANDES, Mario Wilson	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
FERNANDEZ, Oscar Soto Lorenzo	2. ^o Secretário	Embaixada em Washington
FERRARI, Angelo João Regattieri	2. ^o Secretário	Legação em Teerã
FERRERA JUNIOR, José Leal	3. ^o Secretário	Embaixada em Paris
FONTOURA, Lyle Amaury Tarrisse da	2. ^o Secretário	Leg. em Tel-Aviv
FONTOURA, Marcel Maria Tarrisse da	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
FRANCO NETTO, Fernando Augusto Buarque	2. ^o Secretário	Deleg. do Brasil em Genebra
FRANCO, Hersyl Castello Branco de Pereira	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
GALVÃO, Fernando Abbott	3. ^o Secretário	Delegação Junto à ONU
GOMIDE, Aloysio Marés Dias	Vice-Cônsul	Consulado em Miami
GRAEFF, Augusto	Vice-Cônsul	Consulado em Munique
GUANABARA, Alcindo Carlos	Cônsul Adjunt	C. G. em Capetown
GUIMARÃES FILHO, Alcides da Costa.	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
GUIMARÃES, André	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
GUIMARÃES, Othon	Vice-Cônsul	Consulado em Milão
HASSLOCHER, Marcel Dezon Costa	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
HENRIQUES FILHO, Othon Anaral	2. ^o Secretário	Embaixada em Bonn
HOSANNAH, Eduardo Moreira	3. ^o Secretário	Embaixada em Roma
JANOT JUNIOR, Mozart	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
LACERDA, Luiz Horacio de Oliveira	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
LAGO, Sergio Mauricio Corrêa do	2. ^o Secretário	Embaixada em Nova-Delhi
LEME, Marina de Moraes	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
LEME, Geraldo de Heráclito	Vice-Cônsul	Consulado em Londres
LIMA, Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos	2. ^o Secretário	Embaixada no México
LIMA, Paulo Monteiro	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
LIMA, Paulo Tasso Flecha de	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
LINS, Augusto Estellita	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
LOBATO, Wilson Sidney	Vice-Cônsul	C. G. em Hong-Kong
LOBO, Mauro da Costa	3. ^o Secretário	Secretaria de Estado
LOBO, Oswaldo de Castro	3. ^o Secretário	Embaixada em Washington
MAC-DOWELL, Joaquim Ignacio Amador	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
MACHADO, Eberaldo Abilio Telles	2. ^o Secretário	Embaixada em Washington
MADASI, Renato	Cônsul de 3. ^a ...	Secretaria de Estado
MAIA, Edipo Santos	2. ^o Secretário	Embaixada em Karachi
MARANHÃO, Annibal Alberto de Albuquerque	2. ^o Secretário	Legação em Varsóvia
MARQUES, Arnaldo Leão	2. ^o Secretário	Embaixada em Tóquio
MARTINS, Nisio Medeiros Baptista	2. ^o Secretário	Embaixada em Viena
MASCARENHAS, Armando Salgado	2. ^o Secretário	Embaixada em Caracas

(Continua)

(Conclusão)

NOME	CARGO	EXERCICIO
SMALL, Ronald Leslie Moraes	Cônsul de 3. ^a	Secretaria de Estado
SMANDEK, Raul Corrêa de	Cônsul de 2. ^a	Secretaria de Estado
SOARES, João Clemente Baena	3. ^o Secretário	Embaixada em Assunção
SOARES, Laél Simões Barbosa	Cônsul de 3. ^a	Secretaria de Estado
SOUTO MAIOR, Luiz Augusto Pereira	3. ^o Secretário	Legação em Damasco
SOUZA, Cláudio Garcia de	2. ^o Secretário	Emb. em Montevideu
SOUZA, Fernando de Salvo	Cônsul de 3. ^a	Secretaria de Estado
SOUZA-BANDEIRA, Octavio Lafayette de	2. ^o Secretário	Emb. em Ciudad Trujillo
TAVARES, Antonio Carlos de Souza	Cônsul de 3. ^a	Secretaria de Estado
THEIM, Luiz Carlos Barreto	Cônsul de 3. ^a	Secretaria de Estado
VALENTE, Murillo Gurgel	Cônsul de 3. ^a	Consulado em Glasgow
VASCONCELOS, Marina de Barros e	Cônsul de 3. ^a	Secretaria de Estado
VASSEUR, Victor Augusto Nunes	Cônsul de 3. ^a	Secretaria de Estado
VIDAL, Paulo Padilha	2. ^o Secretário	Secretaria de Estado
VIEIRA, Sergio de Chamberbaud We- guelin	Vice-Cônsul	C. G. em Montevideu
WEINSCHENCK, Guilherme	Cônsul de 3. ^a	Secretaria de Estado
ZAPPA, Italo	Vice-Cônsul	C. G. em Genebra

PROCEDENCIA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO EXAME VESTIBULAR DE 1953 A 1955

	1953	1954	1955
Distrito Federal	10	13	9
Espirito Santo	—	—	1
Maranhão	—	—	1
Minas Gerais	2	—	—
Paraíba	—	1	—
Pernambuco	1	—	1
Rio Grande do Norte	—	—	1
Rio Grande do Sul	1	1	—
Santa Catarina	1	—	2
São Paulo	1	1	—
Candidatos nascidos fora do Brasil e brasileiros por opção ou por serem filhos de diplomatas	2	1	2

PROCEDENCIA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO DE PROVAS DE 1954 E 1955

	1954	1955
Ceará	—	1
Distrito Federal	4	9
Espirito Santo	1	—
Goiás	—	1
Minas Gerais	—	2
Pará	1	—
Paraíba	1	—
Pernambuco	1	1
Piauí	—	1
Rio de Janeiro	1	—
Rio Grande do Norte	1	—
Santa Catarina	—	1
São Paulo	1	2
Sergipe	—	—
Candidatos nascidos fora do Brasil e brasileiros por opção ou por serem filhos de diplomatas	—	2

indicados para os programas de estágio de estudos realizados pelas Nações Unidas. Esses programas, que se realizam três vezes por ano, com a duração de dois meses, destinam-se a fornecer os elementos necessários ao conhecimento daquela organização.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO (C. A. D.)

Ficou estabelecido pelo Decreto n.º 9.032, de 6 de março de 1946, que, para serem removidos para o exterior, os novos funcionários deverão possuir o diploma de aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

CONFIRMAÇÃO

O critério para a confirmação dos novos diplomatas é baseado na ficha de julgamento, constituída de anotações num período que começa no Instituto de Seleção e Orientação Profissional e se prolonga até a parte final do estágio obrigatório de dois anos na Secretaria de Estado.

No período correspondente ao curso inicial do Instituto Rio-Branco, serão feitas, na ficha de conceito de cada aluno, anotações sobre o cumprimento dos deveres escolares, zelo, pontualidade, índice de aproveitamento no Curso, linha de temperamento, aspectos éticos, urbanidade, comportamento no campo social, habilitações especiais para a carreira, bom senso profissional, modalidades de inteligência, capacidade de expressão, cultura extra-curricular.

REMOÇÃO

Fim do estágio na Secretaria de Estado e confirmados na Carreira, poderão os novos funcionários ser removidos, para exercerem funções de Terceiro Secretário numa Missão diplomática ou Vice-Cônsul numa Repartição Consular, por um período mínimo de dois anos em cada posto e de quatro a seis anos no exterior.

INGRESSO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

NOMEAÇÃO

Concluído o Curso de Preparação e entregues os respectivos diplomas, procede-se à nomeação dos novos funcionários, obedecendo-se para tal a ordem decrescente da classificação final. A posse é geralmente dada poucos dias após a nomeação e marca o início de uma nova etapa, que é o estágio na Secretaria de Estado.

ESTÁGIO

De acordo com a legislação federal referente ao funcionalismo público, nos dois anos que se seguem ao dia da posse devem os novos funcionários demonstrar as qualidades mínimas indispensáveis ao bom exercício das funções diplomáticas ou consulares que lhes serão atribuídas de futuro.

Durante o estágio probatório é costume fazerem os novos diplomatas um rodízio por diversas seções da Secretaria de Estado — Arquivo, Divisão de Comunicações, Cerimonial, Passaportes, Econômica, Consular, Departamento de Administração e Secretaria Geral — o objetivo desse rodízio é proporcionar, com a brevidade possível, uma visão de conjunto dos serviços do Itamaraty àqueles que se iniciam na vida diplomática.

NAÇÕES UNIDAS

De acordo com a praxe estabelecida pelo Departamento de Administração, os primeiros colocados das turnas aprovadas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são

Anna Maria Ribeiro Teixeira (Auxiliar).
Rua Real Grandeza, 118, c/ 26. Tel.: 26-6558.

Wilson Teixeira (Auxiliar de Portaria e Encarregado do Mimeó-
grafo).
Rua Huron, 166.

Ivan Teixeira (Auxiliar de Portaria).
Rua Macaíba, 810. Anchieta.

Antônio Jorge dos Santos (Auxiliar de Portaria).
Beco São Jorge, 60, c/ 8. Barreira do Vasco. S. Januário.

Rubens Pereira de Souza e Silva — Mensageiro.
Avenida das Bandeiras, Conjunto do I.A.P.C. Quadra 19.
Bloco 161, apt. 201.

CORPO DOCENTE DO CPCD.

Secretário Carlos Calero Rodrigues.
Rua Joaquim Murtinho, 749. Tel.: 42-9212.

Professor Carlos Delgado de Carvalho.
Rua Siqueira Campos, 7, apt. 1.101. Tel.: 37-9931.

Professor Carlos Henrique da Rocha Lima.
Praça de Botafogo, 22, apt. 604. Tel.: 25-9638.

Professor Hamilton Leal.
Avenida Epitácio Pessoa, 374. Tel.: 27-1657.

Professor Hilgard O'Reilly Sternberg.
Rua Real Grandeza, 182, casa 5-A. Tel.: 26-6615.

Professor Jayme Magrassi de Sá.
Rua Almirante Cochrane, 153. Tel.: 28-8963.

Professor Jesus Belo Galvão.
Rua General Glicério, 486, apt. 303.

Professor John Knox.
Rua Barão de Guaratiba, 162. Tel.: 45-1255.

Professor John Mulholland.
Rua Cramandai, 442. Guarabú. Ilha do Governador.

Professor João Baptista Barreto Leite.
Rua Décio Vilar, 60, apt. 101. Tel.: 37-7150.

Professor José Cândido Sampaio de Lacerda.
Rua Jardim Botânico, 152. Tel.: 26-0164.

Professora Louise Jaquier.
Rua Aires Saldanha, 60, apt. 702. Tel.: 27-2527.

Professor Mario Pedrosa.
Rua Visconde de Pirajá, 228, apt. 302. Tel.: 47-2462.

Desembargador Oscar Accioly Tenório.
Rua Constante Ramos, 43, apt. 801. Tel.: 57-9566.

ENDEREÇOS

SECRETARIA

Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva (Diretor).
Avenida Atlântica, n.º 1.336, 6.º andar. Tel.: 57-3295.

Cônsul Vera Regina Amaral Sauer (Chefe da Secretaria).
Avenida Rui Barbosa, 310, apt. 1.101. Tel.: 45-7556.

Martha Freire Pereira Pinto (Chefe Interino da Seção de Adminis-
tração).
Rua Senador Vergueiro, 197, apt. 201. Tel.: 25-9225.

Rachel Biasotto Mano (Chefe Interino da Seção Técnico-Pedagó-
gica).
Rua J.J. Seabra, 15, apt. 302. Tel.: 26-9725.

Maria Vilhena Fabiano de Araújo (Chefe Interino de Pesquisas e
Publicações).
Rua Figueiredo de Magalhães, 40, apt. 401. Tel.: 37-7862.

Maria Aparecida de Carvalho e Sá (Tesoureira).
Rua Cosme Velho, 828. Tel.: 25-2134.

Estevão Botelho (Contador).
Rua Major Barros, 38, apt. 102. Vila Isabel. Tels.: 42-7410 e
42-8555.

Naura Teixeira Lopes da Cruz (Escriturário, Classe "F").
Rua Silveira Martins, 129, apt. 402. Tel.: 25-0132.

Lygia Lima de Abreu (Escriturário, Classe "E").
Rua Sorocaba, 411, apt. 301. Tel.: 46-4818.

Heloisa Behring (Bibliotecária auxiliar).
Rua Fontes Castelo, 3. Tel.: 38-6925.

Zina Arcary (Datilógrafo, Classe "E").
Rua Domingos Ferreira, 136, apt. 1.202. Tel.: 46-8724.

Maria Paletta de Alencar (Auxiliar).
Rua Fernando Mendes, 7, apt. 114. Tel.: 57-2663.

Luciola Junqueira (Auxiliar).
Rua Clemenceau, 106. Tel.: 30-5367.

ÍNDICE

<i>O INSTITUTO RIO-BRANCO</i>	Págs.
Excertos de discursos	3
Histórico	11
Organização	14
Atividades	15
<i>RELATÓRIO REFERENTE A 1953</i>	
Secretaria	21
<i>Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.)</i>	22
Exame Vestibular	22
1.º ano letivo — Corpo Docente	24
1.º ano letivo — Examinadores	25
1.º ano letivo — Corpo Discente	26
2.º ano letivo — Corpo Discente	27
2.º ano letivo — Examinadores	27
2.º ano letivo — Corpo Docente	28
Turna diplomada em 1953	29
<i>Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C.A.D.)</i>	30
<i>Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata</i>	31
<i>Cursos de Extensão e Especiais (C.Ex. — C.E.)</i>	33
<i>Comissão Assessora da Seção Técnico-Pedagógica</i>	34
<i>Conferências</i>	35
<i>Excursões</i>	36
<i>Congressos Culturais</i>	37
<i>Sessões Cinematográficas</i>	38
<i>Pesquisas e Publicações</i>	40
<i>Biblioteca</i>	41
<i>Programas</i>	43
Exame Vestibular	43
1.º ano letivo	43
2.º ano letivo	54
Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata	55
<i>Legislação</i>	61
<i>RELATÓRIO REFERENTE A 1954</i>	
Secretaria	63

<i>Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.)</i>	Págs. 64
Exame Vestibular	64
1.º ano letivo — Corpo Docente	66
1.º ano letivo — Examinadores	67
1.º ano letivo — Corpo Discente	68
2.º ano letivo — Corpo Discente	69
2.º ano letivo — Examinadores	70
2.º ano letivo — Corpo Docente	71
Turma diplomada em 1954	
<i>Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C.A.D.)</i>	73
Turma diplomada em 1954	75
Corpo Docente	75
Examinadores	75
<i>Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata</i>	76
<i>Comissão Assessora da Seção Técnico-Pedagógica</i>	81
<i>Seminário de Assuntos Interamericanos</i>	82
<i>Pesquisas e Publicações</i>	83
<i>Biblioteca</i>	84
<i>Programas</i>	85
Exame Vestibular ao C.P.C.D.	87
1.º ano letivo	87
2.º ano letivo	96
C.A.D.	108
Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata	114
<i>Legislação</i>	115
<i>RELATÓRIO REFERENTE A 1955</i>	127
Secretaria	129
<i>Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.)</i>	130
Exame Vestibular	130
1.º ano letivo — Corpo Docente	133
1.º ano letivo — Examinadores	134
1.º ano letivo — Corpo Discente	135
2.º ano letivo — Corpo Discente	134
2.º ano letivo — Examinadores	136
2.º ano letivo — Corpo Docente	135
Turma diplomada em 1955	136
<i>Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C.A.D.)</i>	138
Turma diplomada em 1955	139
Corpo Docente	140
Examinadores	140
<i>Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata</i>	141
<i>Pesquisas e Publicações</i>	146
<i>Biblioteca</i>	147

<i>Programas</i>	Págs. 149
Exame Vestibular ao C.P.C.D.	151
1.º ano letivo	155
2.º ano letivo	158
C.A.D.	164
<i>Legislação</i>	167
<i>PESSOAL DO INSTITUTO RIO-BRANCO DE 1945 A 1955</i>	171
<i>PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO</i>	175
<i>RELAÇÃO DOS PROFESSORES QUE LECIONARAM NO INSTITUTO RIO-BRANCO</i>	183
<i>DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMATAS SELECIONADOS PELO INSTITUTO RIO-BRANCO</i>	189
<i>PROCEDÊNCIA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO EXAME VESTIBULAR DE 1953 A 1955</i>	193
<i>PROCEDÊNCIA DOS CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO DE PROVAS DE 1954 E 1955</i>	193
<i>INFORMAÇÕES SOBRE O INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMATICA</i>	194
<i>ENDEREÇOS</i>	196